



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – PPGEL

**CINTIA DE SOUZA DACOREGIO**

**AS PRÁTICAS E TÉCNICAS DE SUAUIZACÃO DE SOTAQUE NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO TENTATIVA DE HOMOGENEIZAR O  
USO DA LÍNGUA**

**CHAPECÓ**

**2021**

**CINTIA DE SOUZA DACOREGIO**

**AS PRÁTICAS E TÉCNICAS DE SUAUIZACÃO DE SOTAQUE NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO TENTATIVA DE HOMOGENEIZAR O  
USO DA LÍNGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Estudos Linguísticos da  
Universidade Federal Fronteira Sul como  
requisito parcial para obtenção de título de  
Mestre em Estudos Linguísticos.

**Orientador: Professor Doutor Marcelo Jacó Krug**

**CHAPECÓ**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Dacoregio, Cintia de Sousa

As práticas e técnicas de suavização de sotaque no português brasileiro como tentativa de homogeneizar o uso da língua DA LÍNGUA / Cintia de Sousa Dacoregio. -- 2021.

104 f.

Orientador: Doutor Marcelo Jacó Krug

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, 2021.

I. Krug, Marcelo Jacó, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

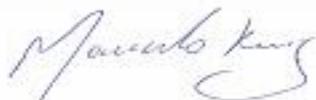
**CINTIA DE SOUZA DACOREGIO**

**AS PRÁTICAS E TÉCNICAS DE SUAVIZAÇÃO DE SOTAQUE NO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO COMO TENTATIVA DE HOMOGENEIZAR O USO DA LÍNGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em  
Estudos Linguísticos, defendida em banca examinadora em 14/12/2021.

Aprovada em: 14/12/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



**PROF. DR. MARCELO JACÓ KRUG – UFFS**

Presidente da banca/orientador



**PROF. DR. MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA - USP**

Membro titular externo



**PROFA. DRA. CRISTIANE HORST - UFFS**

Membro titular interno

Chapecó/SC, dezembro de 2021.

“Também é ser, deixar de ser assim”.  
(Cecília Meireles)

## AGRADECIMENTOS

O estudo leva à reflexão que nos leva ao questionamento. Os questionamentos instigam o aprofundamento do estudo que conseqüentemente nos conduzem a mais questionamentos. Estudar para mim sempre foi estar constantemente reformulando as perguntas na procura de melhores respostas e, portanto, não considero esse texto uma escrita pronta, pois, junto com as respostas que ele me trouxe vieram novas indagações.

Se o questionamento é a ocupação de quem pesquisa, escrever é o desafio do pesquisador e escrever sobre um tema em particular é um exercício de paciência que oscila entre a frustração e a contemplação. Mas, “uma hora é preciso parar de escrever”. Foi com estas palavras que meu orientador, Marcelo Jacó Krug, pontuou o momento de preparar a defesa desta pesquisa. Sim, é preciso parar de escrever embora pareça que o assunto nunca se esgote. De fato é melhor que seja assim, a ciência faz sentido enquanto houver mais perguntas a serem feitas, acrescentando às reflexões já construídas novos elementos que retroalimentarão a produção de mais ciência.

A escrita desta dissertação é resultado da confluência dos saberes coletados durante o processo do mestrado com minhas informações prévias da fonoaudiologia e do teatro. Aos poucos, identificada com a sociolinguística, fui tomando coragem de fazer novas perguntas acerca deste conhecimento prévio e das novas informações que vinham se somando, chegando assim, ao tema da suavização ou neutralização de sotaque no Brasil. Menciono a coragem, pois inicialmente o assunto provocou em mim desconforto uma vez que mexia com crenças profissionais, que embora eu nunca tivesse compactuado também nunca havia me atrevido a questionar. Talvez, este tenha sido o maior desafio desta escrita, transformar em confluência o que insistia em persistir na divergência e reformular uma crença sem ônus da culpa.

Para chegar até este ponto muitas colaborações se somaram e há muitos a agradecer. Embora a escrita seja um processo bastante solitário, a construção do pensamento sobre o que se escreve não é e muitas pessoas e experiências adicionaram perguntas e respostas que talvez iniciem aqui uma primeira reflexão sobre este tema. Desta forma, nada teria de texto caso estivesse sozinha, pois apenas com o suporte de tantos foi possível expandir o olhar e me atrever a (re)pensar.

Agradeço a minha família, em especial a meus pais, Modesto Dacoregio e Rosa de Souza Dacoregio, e a meu irmão, Douglas de Souza Dacoregio, por todo apoio e incentivo durante toda a minha vida acadêmica e em especial por terem me dado desde muito cedo a noção de liberdade criativa responsável.

Agradeço à comunidade de Cunhataí que foi estruturadora da minha educação escolar e social e que desde a década de 70 acolhe minha família.

Agradeço aos mestres e professores que tive na Fonoaudiologia que conduziram meu raciocínio clínico e despertaram o meu interesse pela comunicação humana.

À escola do teatro e em especial aqui ao mestre e amigo Estevan Casanova que me instigou à quebra “da quarta parede”, expondo no palco da minha vida uma nova perspectiva de estudo: a arte como ciência.

À Universidade Federal Fronteira Sul por possibilitar um espaço de pesquisa que priorize um estudo sério e de qualidade e ao CAPES por financiar este estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e a todos os professores que o compõe.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam conhecimentos e angústias e em especial à Vanessa Jacqueline Kirsten, Sara Alves dos Santos Carvalho e Irdes Melyna Branco que me foram um tripé de suporte em todas as dificuldades, das mais triviais como, por exemplo, salvar um arquivo no computador, as mais complexas como tradução de textos e bloqueios criativos. Com vocês, entendi que aprender junto torna o caminho mais leve.

Em especial, agradeço a meu professor orientador Dr. Marcelo Jacó Krug a quem tenho muita admiração e foi o grande mediador de todo este processo. Ele foi capaz de conduzir minhas confusões/reflexões entre idas e vindas (tanto nas questões teóricas quanto em divagações filosóficas), de forma que aos poucos, com muita **paciência** e alguma pressão necessária, fosse possível construir este texto como agora se apresenta. Sua presença foi determinante desde o início, pois trouxe um resgate a reminiscências da minha infância (pela proximidade com a cultura alemã) que me conduziu a questionamentos que até então permaneciam velados sob a ignorância de

“não saber mais sobre o assunto”. A sua orientação me incentivou a sair da zona de conforto e a perguntar de novo e novamente todas as vezes que pensava ter a resposta, me incitou a buscar mais aprofundamento teórico ao mesmo tempo em que nunca limitou o perguntar. Ao me dizer: “que é preciso parar de escrever” também deixa claro que é preciso continuar a pensar e a estudar e que é com humildade, empatia e acolhimento se constroem conhecimentos novos vinculados à responsabilidade de quem produz ciência não para um, mas para um todo.

E finalmente, agradeço aos Deuses e à vida que celebra a diversidade de “ser”.

A pesar do sentimento de (in)conclusão chego aqui com a sensação de alívio e inquietação. Ao mesmo tempo em que suspiro aliviada com a possibilidade de contribuir, sinto-me provocada a seguir questionando e compreendendo mais sobre a complexa e natural pluralidade da comunicação humana.

## RESUMO

O Brasil é um país multilíngue onde a língua portuguesa é falada em todo o território nacional. Em função de sua grande dimensão territorial e a fatores históricos de colonização, a língua portuguesa se diferenciou no decorrer da história e assumiu características típicas regionais que lhes conferem particularidades fonêmicas, lexicais, melódicas e estruturais. O falante da língua portuguesa no Brasil consegue facilmente reconhecer de qual região é outro falante independente da distância geográfica em que os dois se encontram. O português brasileiro na sua imensa variedade confere diversos sotaques a falantes das diferentes regiões do Brasil e a suavização ou neutralização de sotaque surge como uma tentativa de homogeneizar a fala da língua portuguesa em todo o território e a partir da década de 50 começa a ser implantada especialmente para profissionais da comunicação. Na atualidade, com o advento da cultura midiática essa proposta tem atingido outros grupos de falantes fomentando ainda mais o preconceito linguístico que já tem grandes proporções no Brasil. Esta dissertação foi elaborada por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, investigando as atuais práticas de suavização ou neutralização de sotaque no português brasileiro e as publicações relacionadas ao tema a partir da década de 30. O material localizado foi compilado e descrito num conjunto de técnicas que organizam a prática e discutido a partir de uma visão sociolinguística que compreende a língua como um fenômeno social.

Palavras chave: suavização de sotaque; neutralização de sotaque; sotaque neutro; português brasileiro; preconceito linguístico; variedade.

## ABSTRACT

Brazil is a multilingual country where the Portuguese language is spoken throughout the national territory. Because of its large territorial dimension and the historical colonization factors, the Portuguese language has differentiated itself throughout history and assumed typical regional characteristics that give it phonemic, lexical, melodic and structural particularities. The Portuguese speaker in Brazil can easily recognize which region is another speaker regardless of the geographical distance in which two speakers live. Brazilian Portuguese in its immense variety gives different accents to speakers from different regions of Brazil and the smoothing or neutralizing of accents appears as an attempt to homogenize the speech of the Portuguese language throughout the territory and from the 1950s onwards it began to be implemented especially for communication professionals. Currently, with the advent of media culture, this proposal has reached other groups of speakers, further promoting the linguistic prejudice that already has large proportions in Brazil. This dissertation was prepared through a bibliographical research, investigating the current practices of smoothing or neutralizing of the accent in Brazilian Portuguese and publications related to the subject from the 1930s onwards. The material found was compiled and described in a set of techniques that organize the practice and discussed from a sociolinguistic view that understands language as a social phenomenon.

Keywords: Accent Smoothing. Accent Neutralization. Neutral accent. Brazilian portuguese. Linguistic Prejudice. Variety.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Curso para modificação e produção de sotaques.

**Tabela2:** Curso suavizar sotaque

**Tabela 3:** Curso sotaque musicalidade das palavras

**Tabela 4:** Sotaques sons da fala: mapas e modelos

**Tabela 5:** Treinamento para melhorar seu sotaque em português

**Tabela 6:** Aula e exercícios ajudam atores a alcançar sotaque neutro.

**Tabela 7:** A padronização do sotaque no telejornalismo

**Tabela 8:** A falta da voz brasileira na Globo

**Tabela 9:** Globo 'adestra' sotaques de atores para soar realista

**Tabela 10:** Fonoaudiologia ajuda a neutralizar sotaque

**Tabela11:** 7 dicas para neutralizar o sotaque

**Tabela 12:** Sotaque: qual o momento de suavizar?

**Tabela 13:** Aulas e exercícios ajudam atores Fonoaudiólogos afastam os vícios das falas de cada região

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Delimitação linguística das áreas regionais do Brasil (NASCENTES, 1955).

**Figura 2:** Organograma estrutural básico dos sotaques no português brasileiro (PB).

**Figura 3:** Equação dos sotaques no português brasileiro.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 Suavização/neutralização do sotaque e suas práticas no português brasileiro..</b>	<b>26</b>
<b>3.2 A língua portuguesa no Brasil .....</b>	<b>39</b>
3.2.1 <u>Variedades linguísticas no Brasil e as diferenças na valoração no contexto social</u> .....	46
3.2.2 <u>A língua e suas variedades, sotaques e dialetos</u> .....	49
3.2.3 <u>A da crença da homogeneização do português no Brasil: de Gândavo à</u> <u>Globalização</u> .....	56
3.2.3.1 Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada.....	58
3.2.3.2 Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro .....	64
<b>3.3 Técnicas para a neutralização do sotaque no português brasileiro</b> .....	<b>68</b>
<b>3.4 Preconceito linguístico no Brasil.....</b>	<b>72</b>
<b>3.5 Políticas linguísticas e a invisibilidade das variedades regionais do português no</b> <b>Brasil.....</b>	<b>75</b>
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>81</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

A relação com a linguagem e com língua, desde muito cedo foi esculpindo e adaptando meu interesse e curiosidade pelo fenômeno da comunicação humana. Ainda na primeira infância, com a mudança da minha família do litoral para o oeste do Estado de Santa Catarina, tive o primeiro contato com uma segunda língua. A comunidade de Cunhataí, que em 1977 pertencia ao município de São Carlos/SC, era habitada em 100% por descendentes de imigrantes alemães, que preservavam os costumes, a culinária, os festejos, a arquitetura e muito especialmente a língua. A língua alemã era falada por todos os moradores e era a forma habitual de comunicação e interação social na comunidade. As pessoas adultas da comunidade eram fluentes nas duas línguas (português e alemão), e as crianças falavam apenas alemão até a idade escolar.

Diante dessa nova realidade e apoiada pela capacidade de adaptação e aprendizagem inerente às crianças, imergi nesse mundo bilíngue e em um curto período de tempo era fluente na língua alemã falada por toda comunidade e no português brasileiro falado pelos meus pais e praticado dentro de casa. Esse fato, no início de meu aprendizado social, foi fundamental na formação de conceitos e valores que trago por toda a vida. Foi neste ambiente bilíngue que construí minhas primeiras memórias de relações sociais na infância, os primeiros grupos de amigos e desafetos, as primeiras leituras de mundo, as primeiras conquistas e frustrações, os primeiros processos de individualização dentro do coletivo. E tudo isso era muito orgânico e natural, falavam-se duas línguas na comunidade (muito mais a língua alemã) e não havia estranhamento nem punições, ao contrário disso, havia certo orgulho de que alguém de outra região aprendesse a língua local tão facilmente.

Essa realidade se manteve em minha mente de infância até mais ou menos os seis ou sete anos de idade quando ingressei na escola. A escola da comunidade na época tinha o desafio e o compromisso, de além de passar os conteúdos tradicionais que são aprendidos nas escolas, “ensinar as crianças a falar” a língua portuguesa. Todos chegavam à escola para a alfabetização em português sem saber falar nenhuma palavra na língua. Dessa forma, enquanto eu pude ingressar no mundo bilíngue muito pequena, todos os meus amigos de infância tiveram essa experiência só quando chegaram à escola alguns anos depois de mim.

Nas primeiras aulas lembro-me de ouvir a voz da professora falando em português para um grupo de crianças com o olhar assustado e em silêncio, onde apenas eu podia compreender o que estava sendo dito. Essa experiência de silenciamento sempre me provocou inquietação, embora como criança tivesse dificuldade de elaborar como isto afetava a todos, ficava evidente o sentimento de desconforto coletivo. A frase “é proibido falar alemão na escola”, silenciava até crianças que já falavam em português como eu, o fato de proibir a língua tornava-se sinônimo de proibição à comunicação o que por consequência vinha limitar o aprendizado social e escolar.

Nesse contexto, eu e meus amigos aprendemos a ler e escrever em português, alguns com maior ou com menor facilidade, porém a maior parte conseguiu se alfabetizar e seguiu ou não estudando no futuro. Essas experiências de base foram muito importantes na minha formação, pois crescer e conviver ouvindo mais de uma língua e compreender a diversidade da comunicação local (na fala do português), que tinha fortes influências da língua alemã que no contexto da época era a primeira língua da comunidade, estruturou valores sobre a linguagem e sobre a comunicação. Conhecer e respeitar essas diferenças colocaram freios, desde muito cedo, em qualquer forma de preconceito ou minimização de uma língua em detrimento de outra ou de uma variedade em relação às outras variedades.

A palavra sotaque fez parte de toda essa história, pois foi com ela que recebi as primeiras explicações de porque as outras crianças falavam português diferente de mim. Junto com ele uma série de afirmações e conceitos causava confusão como, por exemplo: “quem fala alemão fala português errado, o alemão estraga a língua portuguesa, o sotaque de alemão é feio, eles falam tudo errado”, entre outros. Perguntas sobre os julgamentos feitos em relação ao uso da língua surgiam constantemente, mas a resposta oferecida pelos adultos era sempre a mesma para todas elas: “é assim porque no Brasil se fala português”. Dentro disso tudo, o principal questionamento era sobre a afirmativa constante de que alguém (falante de português) pudesse falar “português errado”, pois como poderia estar errado se eu era capaz de compreender?

Muitas dessas perguntas não foram respondidas na infância e outras ainda carecem de muito aprofundamento. A graduação em Fonoaudiologia e a posterior prática clínica com os distúrbios de fala e linguagem, que acometem tanto a infância quanto a idade adulta, preencheram algumas dessas lacunas e deram conta de esclarecer alguns questionamentos, embora ainda encontram-se, ao nosso olhar, muitas

contradições sobre a atuação profissional do fonoaudiólogo em relação à diversidade de pronúncias do português brasileiro em todo território nacional. Na prática observa-se que a variação linguística chega ao campo da fonoaudiologia enquanto “questão terapêutica”, trazida por um perfil de falantes composto por profissionais ou futuros profissionais comunicadores de mídia como: locutores, jornalistas, cantores, atores e mais recentemente políticos e influenciadores digitais. A partir do momento em que o “sotaque” se torna uma queixa para atendimento clínico o questionamento da infância novamente é provocado, conduzindo outra vez àquele antigo e conhecido lugar de desconforto em que a diferença era um problema.

Expressões como “suavizar sotaques”, “fala neutra”, “neutralizar sotaque”, “sotaque padrão”, “amenização de sotaque”, tornaram-se comuns, porém nunca pareceram naturais ou justas diante da grande dimensão territorial do Brasil e da diversidade cultural e linguística que compõe a realidade dos brasileiros. O português brasileiro é resultado de toda essa diversidade linguística sendo que o Brasil não pode ser compreendido como um país monolíngue. Segundo dados fornecidos pelo IBGE (censo de 2010), os grupos indígenas no Brasil conservam ainda centenas de línguas distintas, além das dezenas de línguas imigrantes que são praticadas em todo território. Partindo desse ponto iniciamos a discussão sobre a incongruência e a impossibilidade de se padronizar a pronúncia da língua portuguesa no Brasil, não apenas por questões geográficas como também por aspectos sociais, culturais e de identidade regional. Há uma crença por parte dos brasileiros de que algumas variedades do português brasileiro se sobrepõem às demais, estabelecendo hierarquias de valores e criando uma classificação sobre as pronúncias da língua que recebem a nomenclatura de “sotaque neutro ou padrão”.

Dessa forma, e tomando como referência as falas regionais, valores são atribuídos e algumas variedades são mais prestigiadas que outras, direcionando ao falante, julgamentos que o qualificam como capaz ou não, inadequado ou apropriado e até mesmo limitado ou não em relação as suas habilidades sociais e ou cognitivas. Essas diferenças de valoração começam a ser discutidas em meados do século passado surgindo assim as primeiras técnicas e abordagens na tentativa de padronizar o uso da língua portuguesa falada no Brasil.

O primeiro movimento científico, nesse sentido, data da década de 50, a década de referência da chegada da televisão no Brasil. Este evento foi o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, realizado na Universidade da Bahia em 1956 e inspirado em evento anterior (Primeiro Congresso Nacional da Língua Cantada, organizado pelo Departamento de Cultura de São Paulo em 1937). Ambos os congressos são importantes para auxiliar na linearização e justificar o percurso da padronização da pronúncia do português no Brasil, bem como construiu o discurso de homogeneidade da língua e de “sotaque neutro”. É a partir da década de cinquenta que essa prática torna-se alicerce na preparação de profissionais como locutores, jornalistas, cantores, atores entre outros. De lá até aqui, poucas discussões científicas foram feitas acerca do assunto e o maior volume de material produzido é sob o ponto de vista do uso da língua portuguesa pela mídia.

O Trecho abaixo apresenta uma sequência discursiva da abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, proferida pelo professor Celso Ferreira da Cunha, professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e diretor da Biblioteca Nacional, onde o ideal de padronização da língua é defendido e estendido a várias camadas da sociedade brasileira.

A consciência dessa necessidade se manifestou antes, como não podia deixar de ser, no meio teatral brasileiro, porque foi nele que mais diretamente se sofreu primeiro o imperativo de uma pronúncia que pudesse manter viva a ilusão de realidade requerida pela arte de representar. O nosso Congresso, porém, creio eu, não aspira a servir tão somente à língua falada no teatro. Ao contrário, aspira à língua falada culta no Brasil todo inteiro. Se chegarmos a um padrão culto aceitável para o teatro, este se imporá, por vir de conseqüência, ao rádio e à televisão, ao cinema e ao magistério, ao parlamento e à tribuna em geral, em suma, a tôdas as categorias profissionais que fazem da técnica da língua uma como finalidade, ou pelo menos um instrumento cuja finalidade seja na medida do possível pan-brasileira. Assim o King's English na Inglaterra; e o Bühneausssprache, na Alemanha. (ANAIS, 1958, p.38).

No entanto, recentemente, esse assunto toma novas proporções recebendo aporte extra de exposição, devido à massificação da internet e das mídias e passa a ser deslocado para diferentes profissões e habitantes de diversas áreas do Brasil. Em tempo, é preciso refletir novamente e discutir mais sobre esse movimento que busca intervir num fenômeno linguístico que participa da estruturação e da identificação do falante, que dentro de suas diferenciações, se caracterizam como indivíduos únicos, indivisíveis e ao mesmo tempo vinculados ao todo.

Observa-se nos últimos anos que a suavização do sotaque no Brasil tem fortalecido seu status de “bom uso do português” possivelmente devido ao fenômeno de massificação da internet e das mídias sociais. Diante desse fato, esse trabalho pretende responder à seguinte pergunta: como se estruturaram essas técnicas e as práticas de suavização de sotaque do português brasileiro a partir do final da década de trinta?

Levando em consideração que, em meados do século XX a televisão chega ao Brasil e que no contexto brasileiro há crenças e ideologias em relação às variedades da língua portuguesa que são mais ou menos valoradas pela mídia, a perspectiva do presente trabalho mantém um veio de pesquisas que analisa as crenças sobre a língua e sobre suas variedades no domínio da mídia. Scoparo e Miqueletti (2014), apontam em seu trabalho como a mídia propaga o preconceito linguístico ao enfatizar a crença de que o domínio da norma padrão promove a ascensão social.

Isso se torna pertinente, pois se outrora a “suavização de sotaque” estava restrita a profissionais de jornalismo e artes cênicas, atualmente essa afirmação não é mais verdadeira, pois se promove uma projeção dessa crença para outras atividades sociais e para outras profissões, como fator preponderante para acessar oportunidades de trabalho e crescimento profissional. Esse dado pode ser verificado no crescente número de cursos e manuais de treinamento vinculados na internet que, por consequência, potencializaram a demanda, rompendo as fronteiras das artes e do jornalismo e contemplando assim outras áreas como a de: professores, palestrantes, vendedores, políticos, juízes, advogados, influenciadores digitais entre outros.

O fato é que as variedades linguísticas do português no Brasil existem independente da criação de demanda para suavização de sotaques. A história da língua portuguesa no Brasil prova que a língua seguiu sua natureza mesmo sendo influenciada por práticas governamentais, e dessa forma o português no Brasil em cinco séculos de história agregou a sua estrutura a pluralidade cultural que aqui sempre existiu. Com a fusão multicultural, comunidades foram se organizando em regiões e o português brasileiro tomou formas, distanciou-se e diferenciou-se da versão europeia, bem como se diferenciou internamente, estabelecendo variedades nas regiões.

A crença da unificação da língua portuguesa no Brasil tem seu início na colonização com a proibição da língua geral a partir das reformas feitas por Marquês de

Pombal, com intenção de extinguir a língua falada entre os indígenas e os jesuítas. No entanto, posteriormente a este fato, outros povos ainda vieram para o Brasil como os vários povos africanos, e, após isso, imigrantes de diversos países (pós-abolição da escravidão em 1888), que para cá vieram a fim de suprir a necessidade de mão de obra nos trabalhos agrícolas.

Estes povos imigrantes, de acordo com Oliveira (2009) e Maher (2013), chegaram com poucos recursos materiais de sua terra natal, porém, lhes era de grande valor a sua identidade étnico-cultural. As políticas linguísticas acima citadas, no período colonial com o objetivo de civilizar os índios ou ainda as mais recentes implementadas no século XX durante governo Vargas, propunham homogeneizar e reprimir tais línguas a partir da imposição de uma língua dominante e legítima: o português.

Esse contexto multicultural reflete toda essa diversidade linguística no Brasil. Eleger uma variedade ou outra com preponderância sobre as demais autoriza um preconceito (sócio) linguístico que promove mais segregação. Com o aprofundamento dos estudos em Linguística, especialmente em Sociolinguística, passei a questionar se as técnicas de suavização de sotaque, em diferentes contextos de aplicação dentro e fora da clínica fonoaudiológica, estariam reforçando um tipo de preconceito que alimenta a ficção do “monolinguísmo” no Brasil.

Diante disso, têm-se duas hipóteses nesse trabalho:

- A primeira seria que essas intervenções através do incentivo para a suavização de sotaque no português brasileiro, funcionam como representadoras de crenças e definidoras de valores em relação à língua, às variedades da língua e em relação aos seus falantes na atualidade.
- A segunda hipótese levantada durante essa discussão é o fato de que a língua portuguesa no Brasil vem se constituindo, no decorrer da história, como um instrumento de inclusão e exclusão social.

Mesmo tendo o conhecimento de que alguns sotaques recebem valorização social de maior prestígio em detrimento de outros, a experiência e as leituras que trouxe da fonoaudiologia nunca abriram espaço para tratar aspectos de falas regionais em ambiente clínico. Aqui surge uma grande inquietação, pois não parecia justificável que uma variedade do português brasileiro imperasse sobre as demais, visto que, os critérios

de modificação se inseriam sobre a língua e sobre a tentativa de controlar o uso dela e, por consequência, controlar os seus falantes.

[...] uma avaliação negativa que nada tem de linguística: é uma avaliação estritamente baseada no valor social atribuído ao falante, ao seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou proibidos, na cor de sua pele, em seu sexo e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais. (BAGNO et al., 2011).

Outra motivação para a pesquisa é oriunda da experiência com o teatro e da profissionalização mais recente no ofício de atriz. Junto com isso surge a preocupação em trabalhar, em cena, a fala regional de personagens brasileiros sem cair no estereótipo caricato e principalmente sem correr o risco de menosprezar ou diminuir a história e a cultura de todo um grupo ou comunidade. Bagno (2003) afirma que há uma forte contribuição da mídia para impressão negativa que as pessoas formam sobre algumas variedades linguísticas que existem no Brasil, principalmente quando a representação de determinada região é apresentada de forma cômica e caricata com o objetivo de provocar risos nos telespectadores.

Interessa nessa pesquisa buscar um princípio de compreensão de como estas técnicas se estruturam em práticas no decorrer da história da língua portuguesa no Brasil. Tendo em vista que a “suavização de sotaque” tem ganhado maior visibilidade nos últimos anos e que ainda são raros os materiais científicos que tratam dessa temática (contrastando com a maciça disseminação das práticas na atualidade através de treinamentos, aulas e terapias) essa pesquisa procura iniciar uma discussão acerca do tema provocando uma reflexão transdisciplinar entre ciências complementares que tem objetos de estudo em comum: a língua e a linguagem.

Esta pesquisa também está incluída no projeto maior Atlas das Línguas em Contato na Fronteira e tem como **objetivo geral** investigar as técnicas e práticas de “suavização de sotaque” e sua fundamentação teórica no Brasil a partir da década de trinta até a atualidade. Já de forma específica **objetiva-se**:

- Realizar um levantamento histórico acerca do material bibliográfico produzido sobre a suavização de sotaque no português brasileiro a partir de 1937 até o atual momento.
- Descrever, de forma comparada, o funcionamento de algumas políticas linguísticas no Brasil e suas relações com as práticas de incentivo para modificação ou suavização de sotaques regionais.

- Elencar as mais frequentes propostas para suavização de sotaque e mapeá-las observando quais suas repercussões à luz do preconceito linguístico.
- Relacionar os tipos de preconceitos com bases em regionalismos, apontando as razões de alguns regionalismos serem mais estigmatizados que outros.

No decorrer deste trabalho, no capítulo 2, as questões metodológicas da presente pesquisa são descritas dentro de uma abordagem qualitativa e através de pesquisa bibliográfica explicativa, fazendo uma varredura sobre o material produzido acerca de neutralização/suavização do sotaque no português brasileiro, políticas linguísticas no Brasil e preconceito linguístico.

O referencial teórico com a explanação do material encontrado acerca da suavização/neutralização do sotaque no português brasileiro será organizado em quatro seções. A primeira delas se destina a descrever diretamente os conceitos encontrados na atualidade sobre suavização e neutralização do sotaque no português brasileiro.

A segunda trata e situa a língua portuguesa no Brasil, dialogando sobre a diversidade do português brasileiro e as diferenças da sua valoração no contexto social. Será incluído nesse espaço contextualizações e teorias sobre língua, variedade linguística, sotaque e dialeto. Nessa seção ainda será feita uma breve explanação histórica da crença da homogeneização da língua portuguesa no Brasil, dando especial ênfase aos congressos sobre a língua portuguesa cantada no Brasil e a língua portuguesa falada no teatro brasileiro que aconteceram respectivamente em 1937 e 1958.

A terceira seção se ocupará de descrever as principais adaptações sugeridas pela técnica de suavização de sotaque e a quarta seção irá tratar do preconceito linguístico no Brasil levantando questões como regionalismos, preconceito etnolinguístico e preconceito a falantes bilíngues.

A seção final desse capítulo procurará discutir e revisar as políticas linguísticas desenvolvidas no Brasil no decorrer da história e quais seus impactos sobre o uso espontâneo do português brasileiro e sobre as práticas de suavização de sotaque que vêm se proliferando no Brasil atualmente.

As análises e conclusões do quarto e do quinto capítulo se desenrolarão sob percepções teórico-científicas e relações contextuais produzidas a partir da experiência pessoal com a Fonoaudiologia e com o teatro. Sobretudo há intenção de estabelecer um

ponto de conexão e compreensão entre os estudos científicos, oriundos de diferentes áreas do conhecimento humano que se ocupam de compreender os fenômenos da língua e da linguagem, visto que cada vez mais é importante buscar diálogos estruturadores e fundamentados que se aproximam e se diferenciam na interdisciplinaridade.

## 2. METODOLOGIA

Metodologicamente, esse trabalho se apresenta numa abordagem qualitativa com objetivo de compreender e descrever o fenômeno das práticas e técnicas de neutralização/suavização de sotaques no português brasileiro. Para tanto, a coleta e organização do material disponível acerca desse assunto acontecerá através de pesquisa bibliográfica explicativa procurando contextualizar o tema e apresentar o que já existe sobre o assunto. Será feita uma varredura sobre o material produzido acerca das práticas e técnicas de neutralização/suavização do sotaque no português brasileiro, das variedades linguísticas do Brasil e do português no Brasil, sobre, políticas linguísticas no Brasil e sobre preconceito linguístico.

A pesquisa qualitativa procura um aprofundamento da compreensão de um fenômeno, que no caso deste trabalho, são as técnicas e práticas de suavização de sotaque no português brasileiro. Esse tipo de pesquisa preocupa-se com fatos da realidade que não podem ser quantificados, como explica Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores, atitudes, ou seja, um olhar mais profundo a processos ou relações que não podem ser quantificados.

Esta pesquisa bibliográfica procura contextualizar o material publicado existente sobre o objeto suavização/neutralização de sotaque no português brasileiro. Segundo Macedo (1994), a revisão bibliográfica é uma varredura sobre o assunto e sobre os autores que publicaram sobre o assunto. Diante disso, nesta pesquisa, será feito um levantamento e fichamento das teorias e conceitos acerca da suavização de sotaque e de conceitos que permeiam o tema: suavização/neutralização de sotaque, variedade linguística do português brasileiro, políticas linguísticas e preconceito linguístico.

As buscas aprofundadas serão feitas estabelecendo relações entre essas fontes utilizando estudos, que de acordo com Paiva (2019), podem ser coletados em livros e artigos acadêmicos além de informações encontradas em páginas da web, blog, vídeos, banco de dados, apresentações digitais entre outros.

Optou-se por adiantar este capítulo ao do referencial teórico com intuito de auxiliar a compreensão da linearidade deste estudo, bem como, situar o leitor na natureza das buscas realizadas e como esse material foi compilado e organizado na sequência para sua descrição.

O material sobre suavização/neutralização de sotaque pesquisado em páginas da internet será selecionado por comandos de busca que correspondam especificamente às seguintes expressões: “suavização de sotaque” e “neutralização de sotaque”. Faz-se uma ressalva aqui, pois serão excluídos materiais encontrados que façam referência à suavização ou à neutralização de sotaque aplicada a outras línguas que não seja a língua portuguesa no Brasil.

Como foi afirmado na introdução desse trabalho, pretendemos responder ao seguinte problema: como se estruturaram essas técnicas e as práticas de suavização de sotaque do português brasileiro a partir do final da década de trinta? E algumas questões de pesquisa foram levantadas sendo elas:

- Qual material bibliográfico acerca da suavização/neutralização de sotaque no português brasileiro já foi publicado desde 1937 até a atualidade?
- Que relação é estabelecida entre algumas políticas linguísticas no Brasil com as práticas de incentivo para modificação ou suavização de sotaques regionais?
- Quais as principais propostas para suavização de sotaque e suas repercussões à luz do preconceito linguístico?
- Quais as razões de algumas falas e regionalismos serem mais estigmatizados que outros?

Para responder à primeira questão de pesquisa, construímos as seções 2.2 que situa o leitor nos conceitos de suavização e neutralização de sotaque no português brasileiro e a seção 2.2.2 que dá conta de teorizar sobre questões que permeiam as nomenclaturas de língua, variedades, sotaque e dialeto usando como referências autores como Faraco (2008), Labov (1972), Romaine (1994), Monteiro (2000), Chambers; Trudgill (1993), Hudson (1984), Coseriu (1982) que em seus estudos e publicações trazem contribuições importantes na elaboração da justificativa que conduz interpretação de sotaque neutro ou suavizado adotado nessa pesquisa. Nestes textos buscamos verificar, qual o embasamento teórico científico produzido até o momento que podem concordar ou refutar as técnicas de neutralização e suavização de sotaque do português brasileiro. Para a realização desse levantamento, foram consultados os principais portais de publicações de periódicos nacionais: o portal de periódico da CAPES, o SciELO e a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertação e Teses (BDTD).

A busca foi iniciada pelo Portal de Periódicos da CAPES. Nos itens de busca avançada inserimos o termo “suavização de sotaque” e “neutralização de sotaque” e nenhuma referência foi encontrada sobre o assunto. Em nova busca apenas utilizando a expressão “sotaque” ocorreram 216 resultados, sendo que desses apenas quatro faziam alguma referência que era pertinente para a discussão desse trabalho.

No portal SciELO a busca por “suavização de sotaque” e “neutralização de sotaque” também não encontrou nenhuma referência e a expressão “sotaque no português brasileiro” também não localizou nenhuma publicação.

No portal da BDTD, quando buscamos “suavização de sotaque” e “neutralização de sotaque” encontramos uma publicação de 2015 referente a uma experiência, em formato de oficina, com locutores falantes de variedade do português com foco na modificação da pronúncia do “r” retroflexo.

A segunda pergunta, pertinente às políticas linguísticas e suas intersecções e contribuições para a manutenção e incentivo das práticas de suavização de sotaque é explanada nas seções 2.2.3 numa discussão sobre as crenças mantidas desde o período colonial até os momentos atuais acerca da homogeneização da língua portuguesa no Brasil citando autores como: Orlandi (2002), Lucchesi (2006), Mariani (2003), Andrade (1974), Monteiro (2020), Brito (1986). Na seção 2.2.3.1 e 2.2.3.2 um recorte histórico é feito de dois grandes congressos, de caráter pré-científico que marcam as primeiras discussões sobre suavização e neutralização de sotaque no português durante o século XX. Foram eles: o Primeiro Congresso da Língua Cantada Nacional em 1937 e o Primeiro Congresso Brasileiro da Língua no Teatro em 1957. Foram referenciados pelos Anais dos congressos, Anais (1938), Anais (1958), Rodrigues-Alcalá (2011), Pfeiffer (2020), Vieira (2020).

A seção 2.5 aborda as questões que fazem referência e estabelecem paralelos entre políticas linguísticas do século XX e XXI e a suavização de sotaque como é praticada na atualidade entre os falantes do português brasileiro. São citados autores como Spolsky (2000; 2004; 2009; 2012), Riciento (2000) e Fiorin (2009).

A seção 2.3 responde a terceira questão, mapeando e descrevendo as práticas mais comuns de suavização de sotaque e tendo como base de dados o material produzido por profissionais fonoaudiólogos em suas práticas clínicas ou em oficinas de

preparação vocal. Há uma carência significativa de produção científica sobre o tema e raríssimas publicações. Sendo dessa forma, a coleta dessas informações foi feita em cursos e treinamentos oferecidos por esses profissionais e consultas em fontes como livros e artigos acadêmicos além de informações encontradas em páginas da web, blog, vídeos, banco de dados, apresentações digitais entre outros.

O material sobre suavização/neutralização de sotaque pesquisado em páginas da internet será selecionado por comandos de busca que correspondam especificamente às seguintes expressões: “suavização de sotaque” e “neutralização de sotaque”. Serão excluídas referências à suavização ou à neutralização de sotaque aplicada a outras línguas que não seja a língua portuguesa no Brasil.

A questão do preconceito linguístico é abordada em duas seções do texto discutindo a valoração das variedades da língua portuguesa no Brasil em 2.2.1, e a questão do preconceito linguístico em si na seção 2.4 (que responde também ao último questionamento da pesquisa). Nas referências desses tópicos cita-se Monteiro (2000), Bagno (2003), Krug (2004), Bortoni-Ricardo (2005), Faraco e Ziles (2007), Mariani (2008), Altenhofen (2013).

Por fim, a discussão, análise dos resultados e as conclusões finais serão apresentadas nos capítulos 4 e 5.

Priorizamos a pesquisa bibliográfica para possibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre os incentivos de homogeneização da língua portuguesa no Brasil, através das técnicas de suavização ou neutralização de sotaque, bem como para responder aos questionamentos principais dessa pesquisa.

Na seção de políticas linguísticas, além dos conceitos teóricos acerca do assunto, legislações brasileiras que se aplicam às variedades linguísticas no Brasil serão abordadas, bem como livros e trabalhos acadêmicos relacionados. De forma semelhante, a temática sobre as variedades do português brasileiro e o preconceito linguístico será tratada, buscando traçar relações contextuais que expliquem as práticas e técnicas de suavização de sotaque da língua portuguesa no Brasil.

De acordo com Gonsalves (2003), a pesquisa explicativa procura identificar fatores que contribuem para a ocorrência de um fenômeno, procurando aprofundar sobre a realidade. Nessa pesquisa, portanto, pretende-se explicar as razões e as circunstâncias

em que as técnicas de suavização/neutralização de sotaque (sobre a língua portuguesa) se estruturam no Brasil.

As informações elencadas a partir da seleção de material sobre o tema e sobre os conceitos que orbitam o tema serão posteriormente discutidas e interpretadas, combinando conceitos e pareando os achados a fim de clarear e compreender melhor o fenômeno das práticas e técnicas de suavização de sotaque no português brasileiro. Essas análises se desenrolarão sob percepções teóricas científicas e relações contextuais empíricas produzidas através da pesquisa bibliográfica, de minhas observações e da experiência pessoal com a Fonoaudiologia e o teatro.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este capítulo tem por objetivo fazer o levantamento bibliográfico sobre a suavização/neutralização de sotaque no Brasil e os pressupostos teóricos que norteiam o tema. Dessa forma, o conteúdo será apresentado em cinco seções distintas que abordarão os seguintes assuntos: a primeira traz as referências sobre os pressupostos teóricos da suavização/neutralização de sotaque no português brasileiro, A segunda seção é sobre a língua portuguesa no Brasil e trazem os conceitos básicos sobre língua, variedade linguística do português brasileiro, dialeto e sotaque.

A terceira seção se ocupará em descrever as técnicas propostas para suavização ou neutralização de sotaque do português brasileiro com seus conceitos e justificativas, elencando os principais aspectos da variedade que propõe a prática para ser alterado ou eliminado.

A quarta seção, sobre preconceito linguístico no Brasil abordará conceitos sobre regionalismos, preconceito etnolinguístico e preconceito a falantes bilíngues.

A seção final desse capítulo procurará discutir e revisar as políticas linguísticas desenvolvidas no Brasil no decorrer da história e as e suas relações com as variedades do português, pareadas com a prática de suavização de sotaque na atualidade.

#### **3.1 Suavização/neutralização do sotaque e suas práticas no português brasileiro**

A temática principal do trabalho gira em torno do título dessa seção e que ainda não apresenta um esclarecimento científico. Suavizar ou neutralizar o sotaque! O que consiste, quais as funções e aplicações, por quais motivações o sotaque deve encontrar um formato “neutro” ou “suavizado”? Como não foram encontradas na literatura referências que se ocupem em conceituar cientificamente, procura-se inicialmente uma reflexão sobre as escolhas léxicas de “neutro” e de “suavizar”.

De acordo com descrição do dicionário Aurélio da língua portuguesa, suavizar é tornar mais suave, mais brando, atenuar. Já a palavra neutralizar é descrita como declarar neutro, impedir de agir, anular por uma ação contrária. Ao levar em consideração que os termos suavização ou neutralização de sotaque vêm associados ao uso espontâneo da língua, que por sua vez é dinâmica e heterogênea, parece

incompatível atribuir-se ao fenômeno linguístico uma condição tão fixa e rígida como “suavizar” ou “neutralizar”.

Desde o princípio da formulação das teorias em sociolinguística é contemplado o olhar de heterogeneidade da língua que é compreendida por estabelecer relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais. Labov inaugura na década de 60 a hipótese de que o conhecimento linguístico abstrato contém heterogeneidades e que esse sistema abstrato não é autônomo, isto é, contém aspectos que se relacionam com as condições de produção e com características sociais dos falantes. (LABOV, 1963, 1965, 1966; WEINREICH, LABOV E HERZOG, 1968).

Com base nesse aporte científico levanta-se a questão: como limitar e encapsular um fenômeno (a língua em fala espontânea) que por natureza é dinâmica complexa, subjetiva e social? Todas as manifestações de falas regionais, étnicas ou construídas em bases históricas e culturais são legítimas e autênticas, ou seja, não há o que se atenuar nos sotaques de uma língua, pois isso são características particulares de falantes e suas regiões, da mesma maneira que, não há como neutralizar a história de um indivíduo de uma cultura, de uma região ou de um grupo social.

“Artigo 5.º Esta Declaração baseia-se no princípio de que os direitos de todas as comunidades linguísticas são iguais e independentes do seu estatuto jurídico ou político como línguas oficiais, regionais ou minoritárias. Designações tais como língua regional ou minoritária não são usadas neste texto porque, apesar de em certos casos o reconhecimento como língua minoritária ou regional poder facilitar o exercício de determinados direitos, a utilização destes e doutros adjetivos serve frequentemente para restringir os direitos de uma comunidade linguística.” (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996).

A língua portuguesa, no decorrer da história do Brasil, se modificou intensamente de acordo com a localização geográfica dos brasileiros. Sabe-se, por exemplo, que o português falado no Acre é muito diferente do português falado no Paraná, que o português falado pelo carioca é distinto do que é falado em Florianópolis. Da mesma forma, é reconhecido que o português falado em Portugal não o mesmo português falado no Brasil, ou seja, a língua portuguesa se diferenciou no tempo e no espaço passando a manifestar-se por muitas variedades nas diferentes regiões do Brasil.

A estigmatização das variedades do português brasileiro pode ter suas origens no processo de urbanização do Brasil em meados do século XX. De acordo com Cardoso (1998), por volta da década de 50 o Brasil deixa de ser um país rural para se tornar predominantemente urbano. Segundo Pagotto (2005), em termos linguísticos, isso significa que uma série de variedades do português brasileiro, que se encontravam

isoladas, são colocadas em contato nos grandes centros urbanos. Essa mistura produzida no século XX ainda tem muito a ser estudada, porém é considerada uma forte hipótese para o alto grau de variação do português falado no Brasil. Concomitantemente a isso, a universalização da escola coloca falantes de regiões diferentes em contato o que tem produzido, segundo o autor, um aumento na tensão normativista da língua.

Vivemos um momento de inflexão normativa, já que mais e mais pessoas de estratos mais populares têm alcançado os cursos superiores, onde a demanda pelas formas normativas é maior. Porém o peso das diferenças é muito grande, o que tensiona o falante, de um lado, e a língua, de outro. É cada vez mais difícil manter como norma aquela recomendada pelos gramáticos; ao mesmo tempo, formas desse dialeto normativo idealizado são incorporadas pelos falantes nos seus textos escritos, em especial. (PAGOTTO, 2005).

Até hoje algumas variedades recebem maior valorização em relação a outras e as técnicas e práticas para suavizar ou neutralizar sotaques têm recebido aumento de demanda nas últimas décadas se respaldando na justificativa de que alguns sotaques devem ser modificados, pois impedem ou atrapalham o prestígio e a ascensão social. Escalas de valor e poder são atribuídos a determinadas variedades do português brasileiro e validadas por sua localização regional no Brasil, escalas essas, que são alimentadas pela mídia. Acredita-se que as técnicas que objetivavam suavizar sotaque, tenham nascido no cerne do ambiente televisivo e direcionadas inicialmente a artistas e jornalistas que se deslocavam de outras regiões do Brasil para seguir carreira profissional na região Sudeste (já que a mesma concentra até hoje a maior estrutura e contingência de oportunidades para essas classes profissionais).

A chegada da televisão no Brasil parece decisiva para a criação do contexto de suavizar ou neutralizar sotaques. A TV chega ao Brasil, em setembro de 1950, (trazida por Assis Chateaubriand) que funda o primeiro canal de televisão na capital do estado São Paulo, a TV Tupi. Na sequência, quatro meses após, entra no ar a TV Tupi Rio de Janeiro com sede na capital carioca. O fenômeno da televisão se popularizou muito rapidamente no decorrer das décadas seguintes e as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro permanecem até hoje como o berço e referência da cultura televisiva no país.

É comum associar às profissões de ator, jornalista, locutor entre outros a habilidade de se comunicar bem, àquele que fala corretamente ou ainda referência de bom uso da língua portuguesa. O fato é que esses profissionais, ao longo de sua formação são conduzidos à necessidade de “corrigir ou neutralizar” suas falas passando por um processo de neutralização do sotaque motivados por uma idealização de

pronúncia homogênea e sem identificação regional. Dentro de ambientes como a televisão, o rádio e o teatro, a prática de suavização de sotaque vem acontecendo efetivamente desde meados do século XX, tendo como marco histórico o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956), que será melhor explanado nas seções seguintes.

Até hoje se observa marcas históricas de preconceito e de intolerância linguística no discurso da imprensa, apontando qual variedade da língua portuguesa é mais valorada pela mídia e qual a variedade mais adequada e recomendada para todos os brasileiros. Afinal, que língua é esta? Que sotaque é este que diz comunicar melhor? Que português é este que valoriza ou desvaloriza o falante e seu grupo social? Como se constitui esse falar neutro, como ele se manifesta e como funciona? Essas reflexões conduzem para uma compreensão da língua e do seu funcionamento marcada historicamente por um “bem-dizer na língua” (PFEIFFER, 2000). O que se percebe é um forte apelo da mídia nesse movimento que valoriza a própria variedade linguística em detrimento das demais.

O pioneirismo da Rede Globo de Televisão em disponibilizar de forma permanente este serviço aos profissionais da emissora só corroborou para a configuração de um chamado “padrão”, primeiro para o telejornalismo e após para atores e atrizes. Atualmente, muitas emissoras adotam esse “padrão” adequando conteúdo e forma para uma fala homogênea do português no Brasil.

Apesar de já terem passado sete décadas de produção de técnicas sobre suavização de sotaque, pouco se tem de publicações científicas. É possível encontrar estudos referentes à percepção do ouvinte e a preferência dos mesmos à escuta de uma forma de expressão da linguagem oral ou de outra, referências e documentação de oficinas (em especial para atores), porém não se encontra justificativa teórica que fundamente a necessidade de modificar a forma natural das pessoas falarem.

Levanta-se o questionamento agora do que seriam as técnicas e o que seriam as práticas de suavização e neutralização de sotaque? Como técnica justificamos a partir das reflexões Martin Heidegger sobre o uso do termo na modernidade. Este pensador embasado nas teorias da fenomenologia reflete no conceito da essência da técnica, buscando compreendê-la no seu aspecto mais geral. Não é sua pretensão compreender qual a técnica ou de alguma manifestação especial da técnica, mas sim como essencialmente a técnica se desdobra no aspecto mais geral.

Para o filósofo, a técnica em companhia da ciência é um fenômeno em que se expressa o modo de ser, a questão do ser na cultura ocidental. Heidegger pretende interrogar a técnica acerca da sua própria essência. Nas palavras do autor:

De acordo com uma antiga lição, a essência de alguma coisa é aquilo que ela é. Questionar a técnica significa, portanto, perguntar o que ela é. Todo mundo conhece ambas as respostas que respondem esta pergunta. Uma diz: técnica é um meio para um fim. A outra diz: técnica é uma atividade de um homem. Ambas as determinações da técnica pertencem reciprocamente uma a outra. Pois estabelecem fins, procurar e usar meios para alcançá-los é uma atividade humana. (HEIDEGGER, 2002, p. 11).

Para este autor a essência da técnica está diretamente ligada ao sentido do desencobrimento. O questionamento do traço fundamental da técnica, comumente conceituada como meio para algum fim, tem sua essência na ideia do desencobrimento.

A técnica não é, portanto, um simples meio. A técnica é uma forma de desencobrimento. Levando isso em conta, abre-se diante de nós todo âmbito para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desencobrimento, isto é, da verdade. Esta perspectiva nos traz estranheza. E o deve fazer, e o fazer no maior tempo possível e de maneira tão impressionante que, finalmente levemos a sério uma simples pergunta, a pergunta do que nos diz a palavra “Técnica”. (HEIDEGGER, 2008, p. 17).

No entanto o desencobrimento que gera a técnica moderna, no pensamento de Heidegger, é um tipo de exploração que impõe à natureza uma condição de reserva, tendo como principal característica deste desencobrimento a exploração.

O desencobrimento que domina a técnica moderna possui, como característica, o pôr, no sentido de explorar. Esta exploração se dá e acontece num múltiplo movimento: a energia escondida na natureza é extraída, o extraído vê-se transformado, o transformado, estocado, o estocado, distribuído, reprocessado. Extrair, transformar, estocar, distribuir, reprocessar é todos modos de desencobrimento. Todavia, este desencobrimento não se dá simplesmente. Tampouco, perde-se no indeterminado. Pelo controle, o desencobrimento abre para si mesmo suas próprias pistas, entrelaçadas numa trança múltipla diversa. Por toda parte, assegura-se o controle. Pois controle e segurança constituem até as marcas fundamentais do desencobrimento explorador (HEIDEGGER, 2008 p. 20).

Essa exploração caracteriza o descobrimento próprio da técnica moderna tornando a natureza um objeto que pode ser calculado e medido, explorado, processado, armazenado e distribuído. Há um processo de coisificação da natureza que se torna algo disponível para o ser humano manusear e explorar. Esse modo de desencobrimento torna-se um problema, pois se a natureza é vista como um objeto para o ser humano o mesmo deixa de se perguntar que a natureza é de fato o que representar o “ser”. Diante disso questiona-se se nesse processo de coisificação da natureza, o próprio ser humano não se torna à manutenção e a exploração?

Tomando a língua como uma condição inerente à natureza humana, as técnicas de suavização ou neutralização de sotaque atendem ao apelo de exploração da técnica moderna e as tecnologias disponíveis reforçam esse padrão. Para a efetivação dessas técnicas, algumas práticas são elaboradas a fim de dar conta das proposições feitas pela suavização de sotaque.

O crescimento das mídias sociais, a popularização dos vídeos, áudios e textos das mais diversas fontes, tem encontrado um espaço fértil para comercialização de um português neutro no Brasil, que na verdade busca replicar o modelo e se equiparar à pronúncia do português praticado na televisão brasileira. As redes sociais, nos últimos anos, têm criados celebridades tão influentes (ou até mais influentes) que personalidades da televisão, rádio e teatro. Os atuais influenciadores digitais vêm conquistando largo espaço entre os brasileiros influenciando comportamentos e modificando hábitos. Essa massificação da internet e comercialização da imagem nas redes sociais gerou um novo campo de atuação onde a fala e a imagem são as principais ferramentas para popularização e ascensão profissional.

Nesse cenário, emergem as práticas de suavização de sotaque que são representadas pelos cursos e treinamentos que priorizam e validam uma única forma de uso da língua em detrimento da diversidade regional da manifestação do português no Brasil. Há uma mobilização em massa promovida por estes “novos artistas” de imagem digital, pois se estima que em média 71% dos usuários de redes sociais da internet seguem algum influenciador que por sua vez, é capaz de reunir milhões de seguidores em suas redes (QUALIBEST, 2018).

Dessa forma se estruturam as práticas sobre as técnicas de suavização de sotaque. Em uma sequência de buscas no site *Google* a respeito do assunto, uma regularidade de notícias também se apresenta no que tange à padronização do modo de falar. Essa vem revestida na técnica para o ator, para os cantores ou jornalistas. No entanto, comumente têm sido uma proposta associada à estética da fala e a um modelo ideal de expressão do português. Da mesma maneira, as expressões “suavização de sotaque e sotaque neutro” são muito comuns em buscas na rede. Para tanto, selecionamos algumas manchetes de notícias, veiculadas em sítios eletrônicos, jornais, revistas e portais de entretenimento que evidenciam essa repercussão acerca do uso da língua portuguesa no Brasil.

Alguns desses achados são listados abaixo sobre curso e treinamentos disponibilizados na rede que tencionam a neutralidade do sotaque do português no Brasil, sendo isso associado diretamente à competência e habilidade profissional do indivíduo.

Tabela 1: curso para modificação e produção de sotaques.

Curso: Técnicas para produção ou modificação do sotaque			
Descrição:	Conteúdo:	Modo:	Carga horária:
<p>Locutores, jornalista, atores, dubladores, professores e muitos outros profissionais, procuram modificar o sotaque ou aprender outro, dependendo das situações de trabalho e dos seus objetivos. Esses profissionais apresentam habilidades na comunicação devido às diferentes situações que são expostos, com por exemplo a variedade de anúncios publicitários que são solicitados para os locutores ou os diferentes papéis assumidos por um ator. Dessa maneira, organizamos um curso de comunicação para você que busca modificar seu sotaque/dialeto com conceituação teórica e atividades práticas.</p> <p>Vamos te mostrar como você pode desenvolver a habilidade de modificar o seu sotaque fazendo atividades durante o próprio curso. Além de fazê-lo compreender porque existe tanta variação linguística no Brasil, os motivos e implicações do sotaque no mercado de trabalho e porque muitos profissionais buscam modificação.</p>	<p>Conceituação sobre sotaque e dialeto. Breve histórico dos dialetos no Brasil. Visão sobre preconceito linguístico. Implicações do sotaque no mercado de trabalho O que é um “sotaque suavizado”. Técnicas para modificar o sotaque.</p>	Online	04 horas
<p>Fonte: <a href="https://fonoonline.com.br/curso/tecnicas-para-neutralizar-o-seu-sotaque">https://fonoonline.com.br/curso/tecnicas-para-neutralizar-o-seu-sotaque</a>. Consultado em 15 de abril de 2021.</p>			

Tabela2: Curso suavizar sotaque

Curso: Suavizar Sotaque			
Descrição:	Conteúdo:	Modo:	Carga horária:
<p>Segredos da Suavização de Sotaques é um curso voltado para atores, locutores, dubladores, jornalistas. Profissionais que necessitam em seu ofício suavizar marcas regionais de pronúncia para</p>	<p>Nas aulas realiza-se um estudo dos sons da língua brasileira e suas manifestações regionais, bem como um treinamento</p>	Presencial	18 horas

<p>melhor desempenho da sua atividade profissional.</p> <p>Informação adicional: Nas aulas realiza-se um estudo dos sons da língua brasileira e suas manifestações regionais, bem como um treinamento dos pontos de articulação de tais fonemas no aparelho fonador e a fixação desses aspectos por meio de um treinamento auditivo.</p>	<p>dos pontos de articulação de tais fonemas no aparelho fonador e a fixação desses aspectos por meio de um treinamento auditivo afetivo. A partir dessas estratégias o profissional se conscientiza das suas marcas regionais suavizando seu sotaque conforme suas necessidades profissionais.</p>		
<p>Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Suaviza%C3%A7%C3%A3o-de-Sotaques-480399752013696/about/">https://www.facebook.com/Suaviza%C3%A7%C3%A3o-de-Sotaques-480399752013696/about/</a> , Consulta em 14 de fevereiro de 2021</p>			

Tabela 3: Curso sotaque musicalidade das palavras

Curso: Sotaque a musicalidade das palavras			
Descrição:	Conteúdo:	Modo:	Carga horária:
<p>Um curso com conteúdo exclusivo e totalmente online, que une a ciência e a arte. Um projeto que vai apresentar, desmistificar e ensinar os diferentes “jeitinhos de falar” dos brasileiros.</p>	<p>Panorama Brasileiro e Latinoamericano da produção dos diferentes sotaques.</p> <p>Influências históricas nos sotaques brasileiros.</p> <p>Sotaque e identidade cultural.</p> <p>Características sonoras, musicais e articulatórias para produzir sotaques regionais.</p> <p>Referências brasileiras no cinema e TV com atores que modificaram sotaque para viver um personagem.</p> <p>Diferentes sotaques no Brasil e suas influências históricas.</p> <p>Percepção e treinamento auditivo para produzir diferentes sotaques.</p> <p>Exercícios de mobilidade e agilidade fonoarticulatória para facilitar a produção dos diferentes sotaques.</p> <p>Musicalidade e melodia da voz na identificação e produção dos diferentes sotaques.</p> <p>Características articulatórias, vocais e de musicalidade que identificam o sotaque.</p> <p>Suavização do sotaque para diferentes demandas profissionais: Jornalismo, TV, cinema, teatro, séries.</p>	Online	08 horas
<p>Fonte: <a href="http://www.vozativaed.com.br/sotaque-a-musicalidade-da-palavra-2021/">http://www.vozativaed.com.br/sotaque-a-musicalidade-da-palavra-2021/</a>. Consulta em 28 de novembro de 2021.</p>			

Tabela 4: Sotaques sons da fala: mapas e modelos

Curso: Sotaques sons da fala: mapas e modelos			
Descrição:	Conteúdo:	Modo:	Carga horária:
<p>O curso de sotaques “Sons da Fala:</p>	<p>Sons do Português Brasileiro Consoantes e suas representações;</p>	Online	Não informado

<p>mapas e modelos” tem o objetivo de oferecer, aos <b>profissionais da voz</b> e terapeutas envolvidos (vocal coaches, fonoaudiólogos, professores de teatro, etc), as ferramentas necessárias para mapear as características e/ou aprender a criar sotaques e dialetos a partir dos sons da fala.</p> <p>Os conhecimentos somados neste curso são resultado de 10 anos de estudo e dedicação prática do autor, e apesar de não ser um curso científico, é um curso de sotaques com base nas ciências vocais contemporâneas.</p> <p>Este curso de sotaques não tem o objetivo de oferecer apenas modelos prontos para que os alunos reproduzam o que está nas aulas. Mas sim, um dos objetivos do curso é que os alunos sejam capazes de aplicar esse conhecimento na composição de novos sotaques, estejam estes presentes no curso ou não.</p> <p>Portanto, ao finalizar o curso, o aluno terá conhecimento suficiente para colocar em prática a sua criatividade na elaboração e composição de sotaques.</p>	<p>Sons do Português Brasileiro Vogais e suas representações; Estrutura dos sons do Português Brasileiro; Aquisição dos sons da fala; Variações regionais na aquisição dos sons da fala; Modelos Fonológicos mais conhecidos no Brasil; Alterações de fala comuns e suas características sonoras; Modelos Fonológicos de Estrangeiros no Brasil.</p>		
<p>Fonte: <a href="https://negocioslucrativosonline.com/extra1/curso-de-sotaques-brasileiro/">https://negocioslucrativosonline.com/extra1/curso-de-sotaques-brasileiro/</a> Consultado em 15 de abril de 2021.</p>			

Tabela 5: Treinamento para melhorar seu sotaque em português

Curso: Treinamento para melhorar seu sotaque em português			
Descrição:	Conteúdo:	Modo:	Carga horária:
<p>O objetivo do curso é oferecer a todos que desejam melhorar seu sotaque no português uma oportunidade única. Com diversas técnicas, dicas e métodos aplicados com os alunos de diversos países e contribuiu grandemente no aprendizado do idioma e o que você mais deseja: sotaque brasileiro. Não importa seu nível no idioma, do básico ao fluente. O que você vai aprender é único, novo e ajudará em qualquer etapa do seu desenvolvimento. São técnicas para melhorar seu sotaque, dicas infalíveis.</p>	<p>Não informado.</p>	<p>Online</p>	<p>10 horas</p>
<p>Fonte: <a href="https://www.superprof.com.br/curso-online-treinamento-para-melhorar-seu-sotaque-portugues-desde-nivel-basico-avancado.html">https://www.superprof.com.br/curso-online-treinamento-para-melhorar-seu-sotaque-portugues-desde-nivel-basico-avancado.html</a> Consulta em 28 de novembro de 2021.</p>			

Tabela 6: Aula e exercícios ajudam atores a alcançar sotaque neutro.

Vinculação de notícia: “Aulas e exercícios ajudam atores a alcançar o ‘sotaque neutro’”

Descrição: Notícia em revista.	Publicação: Revista digital Bem Paraná	Modo: Online	Data: 02/06/2008
Fonte: <a href="https://www.bemparana.com.br/noticia/aulas-e-exercicios-ajudam-atores-a-alcancar-o-sotaque-neutro-68776#.YFIAmq9KjIU">https://www.bemparana.com.br/noticia/aulas-e-exercicios-ajudam-atores-a-alcancar-o-sotaque-neutro-68776#.YFIAmq9KjIU</a> . Consulta 03/01/2021.			

Tabela 7: A padronização do sotaque no telejornalismo

Vinculação de notícia: “A padronização do sotaque no telejornalismo”			
Descrição: Notícia em jornal eletrônico.	Publicação: Jornal digital: GGN	Modo: Online	Data: 24/02/2012
Fonte: <a href="https://jornalggn.com.br/editoria/cultura/televisao-cultura/a-padronizacao-do-sotaque-no-telejornalismo">https://jornalggn.com.br/editoria/cultura/televisao-cultura/a-padronizacao-do-sotaque-no-telejornalismo</a> ). Consulta em 30/03/2021.			

Tabela 8: A fala da voz brasileira na Globo

Vinculação de notícia: “A fala da voz brasileira na Globo”			
Descrição: Notícia em blog	Publicação: Blog	Modo: Online	Data: 24/02/2012
Fonte: ( <a href="https://umolharvoltadoparaomundo.blogspot.com/2012/02/falta-da-voz-brasileira-na-globo.html">https://umolharvoltadoparaomundo.blogspot.com/2012/02/falta-da-voz-brasileira-na-globo.html</a> ). Consulta em 17/04/2021.			

Tabela 9: Globo ‘adestra’ sotaques de atores para soar realista

Vinculação de notícia: “Globo ‘adestra’ sotaques de atores para soar realista”;			
Descrição: Notícia em blog	Publicação: Blog	Modo: Online	Data: 27/10/2008
Fonte: <a href="https://tvacontece.blogspot.com/2008/10/globo-adestra-sotaques-de-atores-para.html">https://tvacontece.blogspot.com/2008/10/globo-adestra-sotaques-de-atores-para.html</a> . Consulta em 17/04/2021			

Tabela 10: Fonoaudiologia ajuda a neutralizar sotaque

Vinculação de notícia: “Fonoaudiologia ajuda a neutralizar sotaque”			
Descrição: Divulgação de treinamento	Publicação: Site	Modo: Online	Data: Não informada
Fonte: ( <a href="https://www.centraldafonoaudiologia.com.br/dicas-de-saude/fonoaudiologia-ajuda-a-neutralizar-sotaque">https://www.centraldafonoaudiologia.com.br/dicas-de-saude/fonoaudiologia-ajuda-a-neutralizar-sotaque</a> ). Consulta em 17/04/2021.			

Tabela 11: 7 dicas para neutralizar o sotaque

Vinculação de notícia: “7 dicas para neutralizar o sotaque”			
Descrição: Divulgação de notícia	Publicação: Site de cursos	Modo: Online	Data: 01/02/2017
Fonte: <a href="https://www.desenvolvimentoartistico.com/single-post/2017/02/01/7-DICAS-PARA-NEUTRALIZAR-O-SOTAQUE">https://www.desenvolvimentoartistico.com/single-post/2017/02/01/7-DICAS-PARA-NEUTRALIZAR-O-SOTAQUE</a> . Consulta em 27/11/2021.			

Tabela 12: Sotaque: qual o momento de suavizar?

Vinculação de notícia: Sotaque: qual o momento de suavizar?			
Descrição: Divulgação de notícia	Publicação: Blog	Modo: Online	Data: 12/11/2011
Fonte: <a href="https://vozebomsom.blogspot.com/2011/11/sotaque-suavize-ou-aceite.html">https://vozebomsom.blogspot.com/2011/11/sotaque-suavize-ou-aceite.html</a> . Consulta em 27/11/2021.			

Tabela 13: Aulas e exercícios ajudam atores. Fonoaudiólogos afastam os vícios das falas de cada região

Vinculação de notícia: “Aulas e exercícios ajudam atores. Fonoaudiólogos afastam os vícios das falas de cada região”			
Descrição: Divulgação de notícia	Publicação: Site	Modo: Online	Data: 08/02/2009
Fonte: <a href="https://ftp.hardmob.com.br/threads/380327-Sotaque-neutro">https://ftp.hardmob.com.br/threads/380327-Sotaque-neutro</a> . Consulta em 27/11/2021.			

As referidas manchetes são poucos exemplos dentro de uma demanda muito maior e são agentes motores da prática de suavização do sotaque no português brasileiro, visto que a partir delas se constrói e se idealiza o sotaque neutro trazendo a tona discussões que permanecem nos bastidores de ambientes acadêmicos e que na atualidade é pauta popular, gerando polêmica acerca das diversas formas de falar a língua portuguesa no Brasil.

As variedades sociais e regionais no Brasil perpassam o sistema linguístico em diversos níveis, porém sempre é dada maior ênfase às diferenças fonéticas e lexicais por ocorrerem com maior frequência e serem mais facilmente percebidas. A todo esse conjunto formado à maioria dos falantes da língua é atribuída a denominação de “sotaque”.

Sobre essa imprecisão em seu uso, Crystal (1986:244-5) comenta que “a literatura da linguística insiste que o termo se refere apenas a pronúncia, distinguindo-se do dialeto que se refere à gramática é ao vocabulário”. De acordo com esse autor o termo sotaque “indica os efeitos auditivos dos traços da pronúncia de uma pessoa que identificam sua procedência regional ou social”. Esses sotaques regionais podem estar associados a qualquer local, comunidades rurais ou urbanas, regiões de um país, grupos que falam a mesma língua e ainda impressões que incluem outras línguas (sotaque de pessoas imigrantes de outros países).

Apesar de o português ser comum em todo país, há modos de falar distintos que são reconhecidos como variados sotaques. Sotaque do Norte, sotaque gaúcho, sotaque mineiro, sotaque carioca, sotaque nordestino e assim por diante. Ainda há que se considerar, que dentro dessas macrorregiões compreendidas pelos estados, há diferenciações internas de manifestações linguísticas do português levando em consideração, cultura, descendências, economia, regiões rurais e urbanas. De acordo com Leite e Callou, 2002, todo brasileiro é capaz de reconhecer instintivamente uma linha divisória entre os falares do Norte e os falares do Sul do Brasil.

Em 1953, Antenor Nascente, junto com Serafim da Silva, lança as bases para elaboração de Atlas Linguístico do Brasil, a fim de delimitar os diferentes falares do português brasileiro. Rapidamente constatou-se que a divisão do país em áreas linguísticas era dificultada pela falta de delimitação de isoglossas que demarcassem cada um dos fenômenos linguísticos o que não impede a aceitação de variantes delimitáveis. Nascentes propõe uma delimitação linguística das regiões no Brasil, criando uma divisão entre duas grandes áreas Norte e Sul e que contêm ao todo cinco subfalares: ao Norte os subfalares amazônico e nordestino e ao Sul os subfalares baiano, fluminense, o mineiro e o sulista como é possível conferir no mapa abaixo.



Figura 01: Delimitação linguística das áreas regionais do Brasil (Nascentes, 1955).

A respeito dessa divisão Ferreira e Cardoso (1994:42) comentam:

“Tal proposta ainda não pôde ser testada integralmente a partir do confronto dos limites que estabelece com as características dialetais de que se revestem as áreas em questão. Em parte, pode-se dizer que pelo menos no que se refere à linha divisória entre o falar do Norte e o falar do Sul, com base na realização das vogais médias pretônicas, ela se confirma. Os dados do Atlas Prévio dos falares Baianos, conjugados aos do Atlas Linguístico de Sergipe e do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais permitiram comprovar-se que os limites estabelecidos por Nascente, e para esse caso, correspondem à realidade descrita.”

As referências mais antigas encontradas a cerca das diferenciações na pronúncia do português brasileiro, são pautadas, via de regra, em impressões auditivas e muitas vezes em julgamentos de valor. Serafim da Silva Neto, em 1950, em sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, reitera a fala carioca como escolha padrão tendo como base suas “propriedade intrínsecas”.

“Faremos distinção de um lado entre a pronúncia culta do Rio de Janeiro (carioca) considerada padrão, e por outro, entre várias pronúncias regionais. As razões da preferência pela carioca, confirmada em dois congressos, são: ela é a de maior musicalidade; ela é a mais elegante e mais urbana das pronúncias brasileiras; ela é uma síntese de colaboração de todos os brasileiros e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles; enfim é a que mais fácil se difunde em todo o país.” (NETO, 1950, p.147).

Também, na década de 50, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro”, evento organizado na Universidade da Bahia, em 1956 e que será melhor referenciado no avançar deste trabalho. Esse evento buscava justificar uma fala ideal para o teatro no Brasil e que por consequência se estenderia a todos os brasileiros. Dessa forma, é possível indicar esse congresso como o fundador de um discurso que embasa a idealização e regularização de um tipo de fala que deve ser reconhecida e legitimada (uma fala padrão ).

O panorama do sotaque suavizado têm raízes em todos esses fatos e os reflexos dessas condições persistem até a atualidade e têm tido seus argumentos cada vez mais fragilizados principalmente pelo advento da sociolinguística a partir da década de sessenta e as frequentes discussões sobre preconceito linguístico que tem aflorado na esfera social nos últimos anos.

Afinal, em que consiste esse sotaque neutro e destituído de referências regionais? Como essa variedade produzida é descrita pelos seus defensores e supostos praticantes? Existem poucas publicações acerca das técnicas empregadas e da teoria que fundamenta a suavização de sotaque. A coletânea de materiais que será descrita na pesquisa é fruto de achados na internet em sites, páginas, blogs e vídeos que tratam de

forma direta os procedimentos práticos adotados pela técnica. Buscou-se fazer uma varredura dos diferentes materiais publicados em mídias, redes sociais, páginas da web, blog, vídeos, banco de dados e apresentações digitais. Esse material inclui dados publicados acerca dos termos suavização de sotaque e neutralização de sotaque da língua portuguesa no Brasil.

De uma forma geral, foi possível reconhecer que as principais mudanças sugeridas são adequações nas produções das vogais e nas diferentes pronúncias do fonema /s/ e as diversas formas de fala do “r” no português brasileiro. De forma abreviada, a “suavização de sotaque”, privilegia a variedade Sudeste do português brasileiro, especificamente a variedade urbana culta praticada nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, a suavização de sotaque que é proposta como técnica de homogeneização da língua portuguesa no Brasil incorre muito mais sobre as variedades do português falado do que sobre o sotaque em si, visto que, marcas linguísticas regionais tendem a ser apagadas ou substituídas.

### **3.2 A língua portuguesa no Brasil**

A história da língua portuguesa no Brasil começa com a chegada das caravelas de Cabral há mais de cinco séculos. Inicialmente coube aos portugueses a designação de colonizadores, tanto para os povos nativos como para os que foram chegando ao longo dos séculos seguintes. Nesse contexto a língua portuguesa, aos poucos, foi se tornando uma “necessidade” para favorecer a comunicação, a interação social e o movimento político entre todas estas culturas. No entanto, embora tenha sido ignorado, excluído, negado e até mesmo censurado, a situação de multilinguismo no Brasil é uma condição autêntica e característica do país e já existente muito antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Essa diversidade permanece até a atualidade e é amplamente estudada por diferentes áreas do conhecimento que tem como objeto de estudo os fenômenos da língua e da linguagem na sociedade. Nos primeiros séculos da colonização europeia essa diversidade coexistia, porém o processo de oficialização da língua portuguesa aconteceria por condução política dos colonizadores. A Lei do Diretório dos Índios de 1755, é um dos marcos históricos que inauguram a segregação linguística no Brasil. O

Documento decretava (entre outros direcionamentos) a substituição da língua geral pela língua portuguesa, estabelecendo uma relação hierárquica e de supremacia de um grupo social sobre outro. Segue parágrafo 6º da Lei do Diretório de 1755 .

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. (PORTUGAL, 1755; art. 6º).

O Brasil colônia passa a ser formado por portugueses, indígenas e africanos e nos três primeiros séculos de colonização o contato étnico foi intenso o que gerou nos termos de Mattos e Silva (1993, p. 77) um “multilinguismo generalizado”. Esse processo de institucionalização da língua portuguesa é acelerado ainda mais com a chegada da família real portuguesa (1808). Isto iria transformar parte importante do cenário, pois a permanência da realeza instituiria novos hábitos junto à população do início do século XIX.

Tomando como exemplo apenas esse recorte histórico é possível afirmar que o português brasileiro pode ser explicado com base nos contatos linguísticos que iniciaram no período do Brasil colônia. Da mesma maneira, a formação sócio-histórica do povo brasileiro e por consequência da língua portuguesa no Brasil, favoreceu as variações e as mudanças linguísticas que aconteceram e ainda acontecem nas variedades do português brasileiro até a atualidade.

Evidentemente ainda estabelecem-se relações entre o português europeu e o português brasileiro e as mudanças e diferenciações acontecem como consequência natural da evolução das línguas. Segundo Labov (1972 [1965] apud MATTOS E SILVA, 2008, p.176.). “A mudança linguística não pode ser explicada por argumentos puramente internos dentro do sistema; mesmo se externas, as relações sociolinguísticas são reconhecidas como fatores condicionadores adicionais”.

A formação do português brasileiro e sua relação com a sociedade deve ser observada de forma ampla considerando os diferentes povos, língua e culturas que fomentaram todas as variedades de português encontrado no Brasil. De acordo com Lucchesi (2017, p. 349), será possível elucidá-lo, considerando os diferentes povos e suas respectivas línguas:

Estima-se que mais de mil línguas indígenas eram faladas no território brasileiro no início do século XVI (Rodrigues 1993), e mais de duzentas línguas africanas foram introduzidas no país pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850 (Petter, 2006). Assim, durante quase dois séculos, o português foi apenas uma das muitas línguas faladas no território brasileiro. Porém, hoje cerca de 98% da população tem o português como língua materna, conquanto o Brasil seja também, e paradoxalmente, um dos países de maior diversidade linguística do planeta, com centenas de línguas indígenas pertencentes a cinco famílias tipologicamente diferenciadas (embora a maioria esteja em vias de desaparecimento) e dezenas de línguas de imigração. (Lucchesi 2015b). (LUCCHESI, 2017, p. 349).

Ainda levando em consideração a formação sócio-histórica do português no Brasil, Lucchesi (2000; 2002; 2015) afirma que o português brasileiro é além de heterogêneo polarizado, pois na realidade linguística brasileira pode se pensar em norma culta e norma popular. A norma popular apresenta menor valorização e prestígio, sendo que os falantes da norma culta por outro lado, são escolarizados e suas variedades de português brasileiro não são estigmatizadas e nem desprestigiadas socialmente.

Portanto, a história sociolinguística do Brasil tem em seu cerne um violento processo de homogeneização linguística, embora a clivagem étnica que marca a formação da sociedade brasileira ainda se reflita em sua atual polarização sociolinguística (Lucchesi 2015b). (LUCCHESI, 2017, p. 349).

Ainda em referência ao trabalho de Lucchesi (2002), o termo norma trata da ideia do que é normativo, uma regra a ser seguida; e o conceito do que é normal, espontâneo. Essa questão destaca a divisão entre normas objetiva e subjetiva. As normas culta e popular, por representarem a fala real das pessoas, figuram no grupo da norma objetiva, por serem funcionais, enquanto a norma padrão pertence ao grupo da norma subjetiva, uma vez que se refere ao normativo que não é seguido em regra pelos falantes de uma comunidade de fala.

Diante do que foi exposto é preciso lembrar que toda essa discussão sobre o estágio atual do português brasileiro perpassa, junto com a história do contato linguístico, a história da escolarização no Brasil. Entende-se que a escolarização é importante para o domínio da norma padrão e historicamente no Brasil o acesso à educação formal ainda é tomado por privilégios de alguns grupos sociais. Assim, é preciso considerar que a história da educação formal no Brasil não têm sido democrática. Segundo Geraldi (1991, p. 116):

Antigamente, os professores eram da ‘elite’ cultural e os alunos, da ‘elite’ social; os alunos aprendiam, apesar das evidentes falhas didáticas; aprendiam muito com professores altamente capazes por vocação e, sobretudo, pelas condições favoráveis, saúde, alimentação, farta possibilidade de leitura. Nos anos 1970-1980, o crescimento da população escolar nas escolas públicas do

Estado de São Paulo foi da ordem de um milhão e meio de crianças. Esse crescimento foi um primeiro resultado da política educacional implantada no período que sucedeu a revolução de 64 em nosso país e que, ampliando o número de anos de escolaridade a um contingente da população, pretendeu fazer passar a idéia de uma educação que se ‘democratizava’, porque fazia aumentar as chances de igualdade de condições.

Ainda tomando como ponto de discussão a história do contato linguístico no Brasil, Lucchesi (2015) acena que processo desencadeou a polarização do português brasileiro. A princípio essa polarização aconteceu entre portugueses, línguas indígenas e língua geral, depois novamente a polarização aconteceu entre portugueses e línguas africanas e na sequência, entre portugueses e as variedades de português faladas por indígenas e africanos. Na atualidade essa polarização ainda permanece entre as variedades cultas do português brasileiro faladas por pessoas altamente escolarizadas e as variedades populares faladas pela maioria dos brasileiros.

De acordo com Costa e Filho (2004), obviamente que a língua portuguesa não se impôs no Brasil por meio apenas de políticas estatais. Ela foi sendo adotada desde a população colonial, pois era a língua que propiciava reconhecimento social na época, sobretudo para as populações de origem africana e indígena que chegaram a ser a maioria no Brasil. O fato é que o português falado no Brasil se desenvolveu na oralidade de seus falantes não nativos da língua. Assim, a população brasileira se apropriou da língua com base em modelos diversos ao modelo português europeu e distante dos padrões praticados originalmente em Portugal. No Brasil o português se desenvolveu muito mais por meio da oralidade e da fala cotidiana, sendo que, muito posteriormente foi exposto a uma normatividade estabelecida pela escolarização.

Outro fato que marcou a história linguística do Brasil foi o Estado Novo de Getúlio Vargas que procurava diminuir a influência que as comunidades de imigrantes exerciam no Brasil, forçando sua integração censurando e proibindo que outras línguas, diversa do português fossem faladas. Apoiado nisso, centros culturais de imigrantes foram fechados, censuraram-se programas de rádio e jornais e nomes de centros comerciais e fábricas tiveram de ser mudados. Tudo deveria, obrigatoriamente, ser traduzidos para língua portuguesa, deslocando as demais línguas para o espaço da marginalização.

De acordo com Campos (2006), a regulamentação, por meio de legislação, da língua nacional serviu para enfatizar que ela não foi aceita com facilidade pelas populações às quais se designava. Assim, vieram as práticas interventoras, com o intuito de modificar não apenas aquilo que correspondia à vida pública da população, mas também à vida privada: “[...] essa prática passou pelo refazer de hábitos e condutas, elementares nas relações pessoais, na sociedade local, bem como pela transformação dos indivíduos em trabalhadores brasileiros” (CAMPOS, 2006).

Esse projeto nacionalista atingiu diversas instituições, foi da família à escola e aos espaços de trabalho, no o intuito de aceder os imigrantes e seus descendentes aos aspectos de brasilidade que se constituíam por uma identidade nacional homogênea. Ainda de acordo com Campos (2006), essa homogeneidade, cultivada pelas políticas nacionalistas do Estado Novo, encontrou na diversidade cultural e linguística dos imigrantes e seus descendentes um conflito. Foi assim que paradoxalmente, segundo a autora:

[...] o Estado getulista perseguiu certos segmentos como inimigos da nação, acusando parte dos descendentes de imigrantes alemães de nazistas, mas ao mesmo tempo adotou métodos muito semelhantes àqueles vigentes na Alemanha no mesmo período. (CAMPOS, 2006, p. 20).

Havia um forte caráter de controle, sobretudo em relação ao que era estrangeiro (desde pessoas até palavras). O imigrante era considerado uma ameaça à nação, mais especificamente ao projeto de nacionalização do governo. As políticas linguísticas foram diversas, iam desde a regulamentação do acordo ortográfico (que passou a vigorar na imprensa e nas repartições públicas) até a proibição de palavras em outras línguas e passando pela nacionalização do ensino, ou seja, escolas brasileiras, com professores brasileiros ministrando aulas em língua portuguesa. Segundo Campos (2006), a questão linguística era estratégica naquele momento e essencial para a constituição do nacionalismo do Estado Novo e para que o uso da língua portuguesa fosse difundido no país inteiro, inclusive nas regiões colonizadas por imigrantes. Dessa forma, a partir da década de 40, o discurso até então sustentado pelo governo cedeu espaço a uma valorização dos costumes nacionais.

A preocupação do Estado pode ser explicada também a partir do que Foucault apresenta em “A Governamentalidade”: uma mudança na forma de governar. Se antes

o objetivo do Estado era manter o seu território, agora mais que isso a população também era objetivo.

[...] a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. (FOUCAULT, 2009).

Ainda é possível olhar para a realidade sociolinguística no Brasil sob a ótica dos três *continuum* propostos por Bortoni-Ricardo (2005). Para Faraco (2008, p. 44), este representa o modelo mais adequado para o registro da diversidade linguística brasileira. De acordo com o autor, essa teorização vai além dos cortes dicotômicos já realizados como “português culto/português popular” e por isso se aproxima mais da realidade linguística no Brasil. No que se refere aos *continua*, são eles: de urbanização ou rural-urbano, de oralidade-letramento e de monitorização estilística. Em relação ao *continuum* rural-urbano, Bortoni-Ricardo (2005) levanta o argumento de que há uma linha imaginária que delimita duas extremidades: em uma das extremidades encontram-se as variedades rurais isoladas e no outro extremo as variedades urbanas padronizadas e entre as duas coabitam as variedades rurais e urbanas do português brasileiro.

Enquanto os falares rurais ficavam muito isolados pelas dificuldades geográficas de acesso, como rios e montanhas, e pela falta de meios de comunicação, as comunidades urbanas sofriam a influência de agências padronizadoras da língua, como a imprensa, as obras literárias e, principalmente, a escola. Nas cidades também se desenvolvia o comércio e, depois, a indústria; ali se instalavam as repartições públicas civis e militares, as organizações religiosas e outras instituições sociais que são depositárias e implementadoras de culturas de letramento. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 51-52).

Com o fenômeno da globalização esse panorama se modificou e hoje as comunidades rurais também se expõem e ficam expostas à mídia e seus falantes frequentam escolas e instituições formais de ensino da língua. Mesmo tendo ocorrido a modificação de todo esse panorama não é possível apagar a história dessas comunidades de fala e simplesmente argumentar a favor de uma padronização linguística. As variações que acontecem na língua (morfo-sintáticas ou lexicais) devem ser

compreendidas a partir de questões socioculturais que estão diretamente relacionadas a aspectos linguísticos.

Em relação à oralidade-letramento, Bortoni-Ricardo (2004), destaca em uma extremidade os eventos de oralidade e na outra os eventos de letramento. Sendo que o primeiro não tem relação com os eventos da escrita e o segundo são pautados por influências da língua escrita. De acordo com a autora, “não existem fronteiras bem marcadas entre os eventos de oralidade e de letramento” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62) e que um evento que é, originalmente, considerado de letramento, isto é, que se pauta em textos escritos, “pode ser permeado de minieventos de oralidade” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62).

Em relação ao continuum de monitoração estilística Bortoni-Ricardo (2004), argumenta sobre mais ou menos monitoração. De acordo com a autora há situações que “exigem muita atenção do falante” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62), o que demanda mais monitorização e isso está diretamente relacionado ao ambiente em que o falante se encontra, ao interlocutor e ao tópico da conversa.

Cabe salientar aqui, que a urbanização no Brasil viria a acontecer de forma tardia em comparação com os países europeus que já iniciaram esse processo durante a Idade Média. Segundo (Bortoni-Ricardo, 2011[1985], p. 11), tomando como referência os dados do IBGE, no Brasil, a urbanização é impulsionada a partir do século XX levando a população brasileira (que até a década de 50, era predominantemente rural), para uma condição de urbanização o que passou a ser condição prioritária a partir da década de 80.

Com a transformação social a língua também sofreu influências desses movimentos migratórios de falantes da zona rural para a urbana. Já no que concerne à padronização da língua portuguesa no Brasil, Bortoni-Ricardo (2011, p. 32) indica uma correlação com o processo de urbanização, visto que, a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro proporcionou além do desenvolvimento da cidade, a difusão da língua padrão e da cultura portuguesa, mostrando que “o acesso à leitura e à escrita correu paralelo no Brasil ao processo de urbanização” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 33).

A língua portuguesa no Brasil traz impressões de todo esse percurso histórico e foi diretamente influenciada pela multiplicidade de línguas que conviveram e ainda

convivem nas diferentes regiões e comunidades de fala. A história da homogeneização da língua colide com essa realidade e tenta padronizar ou definir como padrão uma variedade sobre as demais. A nosso ver a suavização de sotaque é parte dessa resistência que perpetua uma conduta de segregação social.

### 3.2.1 Variedade Linguística no Brasil e as diferenças na valoração em contexto social

É histórica a persistência no imaginário do povo que no Brasil não se fala bem, que o português aqui falado não é um “bom português”. Cinco séculos passaram após a colonização e o português europeu muitas vezes ainda permanece como referência de domínio e uso adequado da língua. Tanto não somos um país monolíngue que recentemente, em 2007, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) veio oficializar outras línguas além do português como patrimônio imaterial do país e tornou oficialmente o Brasil um país multilíngue. Assegurando assim o direito à preservação da identidade e da cultura de comunidades diversas, colaborando para a construção de uma nova concepção de nação onde o respeito às diferenças se sobrepõe à imposição do direito de igualdade.

Porém, critérios de valoração continuam a ser atribuídos, principalmente em relação à supremacia do português no Brasil, e uma citação de Labov pode dar conta de explicar este fenômeno, mesmo que parcialmente, apontando os critérios que induzem a atribuição de maior ou menor valor às variedades em que podem se apresentar uma língua: “de fato, valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há variação. Os falantes não aceitam de imediato o fato de que duas expressões diferentes realmente têm o mesmo significado” (LABOV, 2008).

Há uma resistência em aceitar todas estas diferenças linguísticas e por consequência há uma normalização dessas atitudes que colocam as práticas de suavização de sotaque num lugar comum, num espaço respaldado por valores coloniais voltados para uma expressão produzida na artificialidade e na imagem de um padrão de fala do português brasileiro, que na realidade, é impossível de ser padronizado. De acordo com Grada Kilomba (2008), há uma normalização de palavras e imagens que informa quem pode representar a condição humana e quem não pode. Dessa feita, a

linguagem também pode transportar violência e sendo assim, há necessidade de se criar novos formatos e narrativas.

Como a impressão digital, a língua e o modo como é falada revela sobre particularidades e manifesta a identidade do falante. A fala entrega ao ouvinte a situação cultural, social e étnica e dá pistas sobre as características profissionais, sobre a idade e a origem geográfica de quem fala. Ou seja, a fala desvenda o sujeito que fala, sendo a verbalização da linguagem um ato de autoafirmação, não é aceitável transformá-la em uma forma de denúncia ao um grupo dominante de prestígio ou uma forma de exclusão social.

De acordo com Krug (2004), a negação de variedades minoritárias se relaciona ao prestígio e à estigmatização atribuída a ela, principalmente a partir do momento em que o sujeito começa a frequentar a escola. Essa por sua vez, ao assumir posturas negativas em relação à identidade linguística dos falantes, desconsidera aspectos que são muito importantes à escolarização e à socialização.

Sendo assim, qualquer valoração atribuída as suas formas de uso é na verdade atribuída aos falantes que se identificam por ela e com ela. O conceito de identidade do qual parte este estudo, contempla a imagem de que a mesma é o resultado da história pessoal e de um contexto social no qual o indivíduo está inserido, que privilegia construções e reelaborações a partir das interações e das relações estabelecidas coletivamente de forma espontânea no cotidiano. De acordo com Mattelart e Neveu (2004), “a crescente sensibilidade à diversidade de traços sociais dos indivíduos logicamente levou a questionamentos sobre as identidades e a subjetividade”.

De acordo com Krug (2004), é preciso conceber a identidade como algo não-estável, ou seja, nem um atributo e nem um objeto do qual se possa fazer posse. A identidade é um processo individual e coletivo de produção de significado e sentido.

Especificamente em relação à valoração das variedades linguísticas, esta, em geral, está fundamentada na concepção tradicional e redutora de que “a língua” é sinônimo de “norma padrão” e de que ela é homogênea e estável. É o que Bagno (2000) denomina de mito da homogeneidade linguística, assentado na crença de que a Língua Portuguesa falada no Brasil mantém uma unidade linguística em todo território nacional.

Um exemplo conhecido foi a polêmica gerada em torno do livro “Por uma vida melhor” aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2011, que

abordava a questão das variedades linguísticas do português brasileiro. Na ocasião, muitos textos veiculados na mídia apresentaram posicionamento contrário à decisão do MEC de distribuir o livro, sendo o principal argumento de que a escola estaria ensinando a Língua Portuguesa *errada*. Independente da espetacularização em torno disso e de interesses políticos que, tenham estado por trás da abordagem dada ao livro nos meios de comunicação, o que se destaca é que muitas das vozes que circularam na mídia revelam crenças sobre o português e o tipo de variedade de português que deve ser ensinado na escola.

Para ilustrar esse episódio, cita-se a matéria de capa da Revista Isto É de 20 de maio de 2011 - “*Assassinato da língua portuguesa*”, a manchete já indicava quais ideologias sobre a língua seriam veiculadas na reportagem. Os argumentos apresentados revelam diferentes nuances da crença de que há somente uma maneira correta de usar a língua portuguesa no Brasil, enquanto as outras estariam erradas. Trechos extraídos da referida matéria, apresentam afirmações como na citação abaixo:

“[...] a obra vai condenar esses jovens a uma escuridão cultural sem precedente.” – a norma culta é a única que pode retirar as pessoas da situação de aculturação; “Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como ‘os livro’ e ‘nós pega’ causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do país.” – a aprendizagem da norma culta promove o crescimento de uma nação; “[...] Tente conseguir um emprego falando ‘nós vai’ e você certamente terá suas chances reduzidas a zero” – a aprendizagem da norma culta promove a ascensão social; “Ao dificultar o aprendizado da norma correta, os professores da ignorância terão criado uma espécie de ‘apartheid linguístico’ [...]” – a norma culta retira as pessoas da ausência de conhecimento. ( Revista Isto É de 20 de maio de 2011).

Por outro lado, é difundida a crença de que a escola e as aulas de português não têm espaço para o “ensino sobre a língua” e para a diversidade linguística, mas tem espaço tão somente para “o ensino da língua”, a saber: a norma de prestígio (GRIGOLETTO, 2012). Isto se constata na afirmação do Pasquale Cipro Neto em uma matéria publicada na Folha de São Paulo: “O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial. Esse é o verdadeiro debate”. O que se observa nesses exemplos é a existência de uma lacuna entre conhecimentos da ciência linguística e conhecimentos possíveis de ser ensinados na escola, apesar de toda uma discussão sobre a substituição das expressões “certo” e “errado” por “adequado” ou “inadequado” presente no discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, que, por sua vez, propugnam que se deve

“conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico.” (BRASIL, 1998).

São esses tipos de políticas linguísticas, praticadas na sociedade brasileira, que fomentam o ciclo do preconceito e intolerância. A partir dos exemplos apresentados é possível observar que existe um mercado linguístico brasileiro onde a norma padrão do português brasileiro é reconhecida como “a língua” e as políticas linguísticas percebidas veiculadas em textos da mídia e as praticadas nas redes sociais têm um papel fundamental no fortalecimento dessa crença.

Diante de tudo isso, se conclui que a hierarquização existente entre as classes sociais é transposta da língua para os falantes. Tornando-se assim a língua uma poderosa ferramenta de controle e coerção social, isso justifica as relações que por vezes se apresentam conturbadas quando falantes de variedades linguísticas distintas interagem. Essas dificuldades na interação, que estigmatizam uma parte dos falantes, trás à luz uma problemática sociolinguística no Brasil: a percepção de que a língua portuguesa é um sistema pronto e acabado que rejeita o fenômeno linguístico das variações.

### 3.2.2 A língua e suas variedades, sotaques e dialetos

Comunicar mensagens e ideias por meio de um aparelho biológico articulado é privilégio exclusivo do ser humano e a fala é uma das formas utilizadas para as pessoas comunicarem pensamentos, sendo que a língua é a ferramenta que possibilita a realização dessa complexa habilidade.

A língua é central em nossa conceptualização do mundo e para interpretar, entender e transformá-lo. A língua nos apoia no ordenamento de nosso mundo e libera energia para outras tarefas. Palavras para conceitos são como varais sobre os quais penduramos os significados que depositamos no armazém de nossa mente. (SKUTNAB-KANGAS, 2019).

No entanto, a língua não é homogênea em sua natureza e por sua característica mutável pode compor diferentes formas de uso e distintas maneiras de comunicar. Tudo depende daquele que estiver fazendo uso dela, ou seja, tudo depende de quem fala com quem fala e de onde fala. Na sua natureza a comunicação humana é garantida em comunidades ou comunidades de fala, ou seja, em grupo de pessoas que compartilham

da mesma língua, de semelhantes características de fala e similares maneiras de interpretar a comunicação.

Labov (1972) teoriza que a comunidade de fala não é definida por um acordo marcado quanto ao uso da língua, mas pela participação de um conjunto de normas que são compartilhadas por um grupo. Essas normas, por sua vez, são observadas em comportamentos explícitos dos falantes e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariáveis quando observados a níveis particulares de uso da língua dentro de um mesmo grupo de falantes.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais, a língua portuguesa diferenciou-se de região para região e compôs o português brasileiro com variedades e sonoridades que identificam a origem geográfica do falante no Brasil. Ocorre que algumas dessas variedades são menos prestigiadas e os falantes desses grupos são sujeitos a julgamentos, escárnios, e correções que buscam aproximar a sua pronúncia de alguma outra variedade de prestígio ou da norma culta.

Segundo Faraco (2008) o adjetivo “culto” diz respeito a sua forma escrita da língua e essa nomenclatura foi criada pelos pretensos falantes dessa “norma”. Falantes estes, que se encontram em posições sociais privilegiadas e se autodenominam “mais cultos” que os demais. A ideia de uma variedade cultivada da língua resultou sempre do esforço das elites para criar símbolos que pudessem distingui-las das camadas mais populares. (FARACO, 2008).

Dessa forma, é possível afirmar que a variedade de uma determinada comunidade de fala é a norma linguística daquele grupo, pois as variações são também “tentativas de regularização, de normatização” (TARALLO, 1990). No entanto, ainda insiste-se que os falantes atendam a uma norma de uso do português através da reprodução de um padrão regular e homogêneo que não corresponde à natureza da língua e da linguagem humana, bem como, não corresponde de fato a nenhuma variedade do português brasileiro.

Se tomarmos como padrão de referência apenas a norma brasileira do português, precisaremos centrar o foco nas normas representativas das diferentes regiões brasileiras, que por sua vez são concebidas como variantes condicionadas por fatores socioculturais. Sendo assim, há de se ressaltar duas noções distintas de norma:

“uma norma geral – a da sociedade global ou da nação – e as normas parciais, regionais, ou as normas dos grupos minoritários dentro da comunidade”. (BIDERMAN, 2001).

Dentro desse raciocínio, as variedades do português brasileiro atendem primeiro a suas próprias “normas” intrínsecas (local/regional) ao mesmo tempo em que atendem uma capacidade de comunicação geral ou nacional. Este é o cenário onde se apresentam os sotaques no português do Brasil, que se diferenciam por todo território, por questões históricas, geográficas, regionais, culturais, econômicas, políticas entre outras. Ser brasileiro e falar alguma variedade do português é falar com sotaque do Brasil. E sendo assim, aparádos em Romaine (1994), é possível afirmar que em relação ao português brasileiro “é impossível falar alguma variedade sem algum sotaque”.

Nesse ponto, cabe ressaltar qual o conceito de sotaque adotado nesta pesquisa que se estrutura no reconhecimento de que existem formas diferentes de pronunciar os sons de uma determinada língua (suas vogais, semivogais e consoantes) sendo possível ocorrer variações na forma de entonação, no ritmo da fala e na ênfase dada nas produções. Além disso, é importante evidenciar uma clara oposição entre o sotaque e o dialeto, esse último por sua vez se configura também por meio do léxico, das construções morfossintáticas e semânticas de uma língua (MONTEIRO, 2000; CHAMBERS; TRUDGILL, 1993; HUDSON, 1984).

Segundo Coseriu (1982) todo sistema que funciona como fala é uma língua e que entre dialeto e língua não há diferenças nesse sentido, visto que ambas apresentam um sistema fônico, gramatical e léxico.

Ello significa que también el concepto de “dialecto” cae bajo el concepto general de “lengua” y que entre dialecto e lengua ho hay diferencia de naturaliza o “sustancial”. Intrínsecamente, um dialecto es simplemente uma lengua: um sistema fônico, gramatical y léxico. (COSERIU, 1982).

Não existem dialetos do português e o que ocorre no Brasil é um sistema de falas que se diferenciam através de aspectos léxicos, fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Borba (1976), estabelece um conceito de dialeto no Brasil em sentido amplo, reconhecendo que não há no território brasileiro dialeto da língua portuguesa como é observado na Europa. O que existe no Brasil é a caracterização de um português brasileiro que se apresenta nas falas regionais e que não constitui dialetos em si.

Ao se abordar a nomenclatura de sotaque, é possível situá-lo como um elemento constituinte de um sistema maior, que é uma língua ou um dialeto. Na definição de Laver e Trudgill (1979), as realizações articulatórias das unidades linguísticas (consoantes, vogais, entonação, tom, ritmo) compõem a base fonética do sotaque do falante. A partir dessa delimitação, o sotaque é uma "unidade" menor que dialeto, que incluiria ainda aspectos morfossintáticos e lexicais. (Chambers e Trudgill: 1980).

Nesses termos, é possível afirmar o que é um sotaque paulista e descrevê-lo a partir de seus traços fonéticos, também é possível fazer igual com um sotaque carioca, ou do interior de Goiás, ou ainda de um sotaque mineiro de Belo Horizonte, do Rio Grande do Sul ou do interior de Santa Catarina etc. Ou seja, cada lugar desenvolve um sotaque passível de ser descrito tecnicamente.

Talvez seja o sotaque o exemplo notável de uma marca social na fala. Essa noção psicossocial é trazida por Milroy (1982), que conduz o termo para um nível de valores e representação que envolve os indivíduos e as concepções que eles possuem acerca de fatos linguísticos. Semelhantemente, Bourdieu (1982), propõe a existência de um “mercado linguístico” em que os fatos da língua possuem valores simbólicos. Nesse contexto, esse autor chama atenção para a ideia de que há critérios para a identificação regional ou étnica do falante - e aí se localizam as línguas, os dialetos e os sotaques – que são na prática fenômenos de natureza social, objetos da representação mental do falante, lugares de investimento por parte dos agentes de pressupostos e interesses, denotam apreciação e percepção além de serem atos de manipulação simbólica.

Ainda de acordo com Bourdieu (1982), é possível situar noções dicotômicas associadas ao sotaque como, por exemplo, ser marcado versus não-marcado, cantado versus sóbrio, arrastado versus corrido, bonito versus feio. Esses valores estendem-se do campo linguístico até o social relacionando-se a ideia, por exemplo, de que um sotaque baiano é cantado e arrastado e devido a isto estes adjetivos se estendem a toda população baiana. Surge assim, características de valoração negativa atribuídas à noção de sotaque, defendendo-se, a possibilidade de um “não-sotaque” ou da produção de um sotaque neutro sem marcações. A ideia de um sotaque não-marcado, “neutro ou suavizado”, que se aproxima da fala de parte da mídia jornalística, suscita várias

questões a respeito das variedades do português brasileiro e de sobreposições entre níveis técnico e representacionais da língua no Brasil. (HANNA, 1986).

Além do alinhamento língua, dialeto e do sotaque aqui proposto, é importante também levantar questionamento sobre a prosódia. A prosódia também é um componente da fala, uma informação fônica que colabora e permite a estruturação e a organização dos enunciados. De acordo com Barbosa e Madureira (2015), é função da prosódia a coordenação dos gestos articulatórios ao longo do enunciado e, por isso, a prosódia molda a enunciação e imprime “ao que se fala” um “modo de falar”.

De acordo com Lopes; Lima (2014), os estudos em prosódia dividem-se em estudos de produção e de percepção. Em relação à produção da prosódia consideram-se os seguintes parâmetros fonéticos acústicos: duração, variação da frequência fundamental e variação da intensidade. Esses parâmetros, por sua vez, fazem a intermediação entre a forma e o conteúdo do discurso. Já de acordo com Barbosa (1999), os aspectos da percepção são identificados pelas noções de duração percebida, altura e volume.

A sonoridade produzida na prosódia não carrega, necessariamente, a marca social e cultural que se observa nas sonoridades produzidas nos diferentes sotaques, que indiscutivelmente, são marcados pelas características regionais e locais de comunidades de fala. Apesar de a prosódia também ser um componente importante da fala, ela funciona de forma distinta às percepções fonéticas acústicas do sotaque, pois a mesma mensagem pode ser transmitida com igual eficiência por diferentes variedades do português brasileiro, porém, pode ser equivocadamente interpretada se as marcas prosódicas forem pobres, com acentuação excessiva ou inadequada (HARGROVE, 1997), com entonação exagerada ou monótona (BARON-COHEN; STAUNTON, 1994), como acontece nos quadros clínicos de autismo, por exemplo.

A fala humana somente é possível pela articulação perfeita de um complexo combinado de características intrínsecas e extrínsecas ao sujeito. Para que a comunicação verbal aconteça a fala deve se estruturar em uma língua que se manifesta através de sua variedade ou de um dialeto (sem perder o status de língua). Todo esse combinado transporta, em sua sonoridade, as marcas culturais e sociais dos sotaques

regionais, bem como, as articulações e inflexões coordenadas biologicamente pela prosódia.

Encontra-se uma vasta literatura que discute língua, dialeto e prosódia. A expressão sotaque permanece à margem com poucas elucidaciones e ainda é muito utilizada pelo senso comum para se referir ao coletivo de diferenças existentes em uma língua (léxicas, morfossintáticas e regionais). Mas, ao olhar de forma mais aproximada, acredita-se que o sotaque é mais um dos componentes da língua, ao passo que a prosódia, com sua alteração de ritmo, duração, variação da frequência fundamental e variação da intensidade, interfere diretamente sobre a mensagem do falante (contribuindo na compreensão e construção de significado), o sotaque (que também é carregado de sonoridade e traços melódicos), não interfere no resultado da mensagem, porém localiza o falante indicando a região ou a comunidade de fala da qual ele se origina.

Na busca de encontrar mais referência sobre a expressão sotaque, investigou-se a etimologia da palavra. Não foram encontrados dados científicos oficiais que dão conta do termo e a palavra é classificada etimologicamente como de “origem obscura”. Em trabalho não documentado cientificamente, Carvalho (2020) levanta uma hipótese que a nosso ver parece bastante razoável. O pesquisador observou em seus estudos sobre línguas que a palavra sotaque acontece apenas no português comportando-se de forma diferente quando comparada as outras línguas europeias. Para o mesmo significado de sotaque a língua espanhola possui a palavra “acento”, no italiano é “accento”, em inglês “accent”, em alemão “akzent” além de outras línguas europeias que funcionam de forma semelhante. Todas essas palavras derivam do latim, de “accentus”, sendo que sotaque não apresenta a mesma raiz.

Carvalho (2020), relaciona a palavra sotaque ao Árabe. Especula-se que ela tenha surgido a partir da junção da palavra “sawt” (que significa ‘voz’ em árabe) ao sufixo possessivo em segunda pessoa “ak” (que confere significado ‘tua’), ou seja, a palavra em árabe “sawtak” (tua voz). Acredita-se que essa expressão possa ter surgido no período das grandes navegações entre os viajantes que se comunicavam oriundos de diferentes países, como forma de se referir à maneira de falar e que indicava a origem de cada falante. Embora essa hipótese pareça plausível, não há nenhum dado

confirmado cientificamente, mantendo-se ainda a expressão sob o alcinho de origem obscura.

Ainda sobre dados pré-científicos coletados sobre sotaque, Costa (2017) traz visão de que o sotaque é diretamente influenciado pelo clima e geografia da região em que habita o falante, além disso, também é influenciado pelas adaptações que o aparelho fonador realiza ao acomodar as condições ambientais externas de cada região. Dessa maneira, são considerados fatores constituintes do sotaque as diversas condições naturais como clima, relevo, flora, o tipo de ocupação (urbana ou rural), os hábitos coletivos da comunidade de fala, entre outros fatores extrínsecos à língua. Simultaneamente a isto, o Brasil por sua colonização, agrega diferentes culturas e línguas tendo as falas do português no Brasil sofrido influência de culturas indígenas, africanas e europeias.

Segundo a mesma autora isso criou um mapa de sonoridades influenciadas por características climáticas e geográficas do ambiente, que por sua vez, provoca modificações e adaptações no corpo e no aparelho fonador conferindo uma sonoridade vocal característica e única, ou seja, uma melodia diferente para cada região do Brasil. Para exemplificar a autora utiliza como exemplos sotaques de partes da região Sul e região Nordeste. Pelas características de relevo da região Sul, com os pampas e coxilhas, em conjunto com o clima frio derivado do vento Minuano e uma cultura embasada em hábitos equestres, produz-se toda uma adaptação no corpo do falante que irá conferir a sonoridade típica do sotaque gaúcho. Falantes destas regiões produzem uma cadência sonora em sua fala que se assemelha ao movimento de cavalgar pelos pampas, subindo e descendo pelo relevo acidentado, ao mesmo tempo em que o vento frio modifica todo o aparelho fonador, que se abre para respirar e articular a fala, mas se fecha rapidamente para manter e equilibrar a própria temperatura interna. Na linha melódica o sotaque gaúcho também se compõe por uma circularidade representada pelos hábitos sociais das rodas de chimarrão e das danças típicas. Para a autora, o desenho da geografia, do clima e dos hábitos sociais é perceptível na fala de uma comunidade lhe conferindo uma melodia única que indica de qual região é o falante.

Ao exemplificar o sotaque de algumas regiões do Nordeste, Costa (2017), descreve uma natureza agreste e seca, um clima muito quente e grandes distâncias em linha reta para percorrer. O caminhar descalço no solo quente leva a uma adaptação da

marcha que irá alterar toda a frequência respiratória e produzir um ritmo no corpo e no aparelho fonador. Neste cenário a fala de nordestinos apresenta maior abertura em vogais ao mesmo tempo em que confere um ritmo, que dá a sensação para o ouvinte, de que haverá sempre uma continuidade desse som, como se sempre houvesse alguma coisa a mais para se dizer, uma continuidade permanente na linha melódica da fala.

Existe muito ainda para se elucidar acerca da língua portuguesa no Brasil e muito há de contribuição nas variadas áreas de estudo que se atêm ao objeto língua/linguagem. A interação entre esses saberes pode ampliar o entendimento desse contexto, sendo que uma relação dialógica e criativa pode compreender e desativar componentes que pretendem homogeneização do que naturalmente é funcional pela sua heterogeneidade.

### 3.2.3 A crença da homogeneização do português no Brasil: de Gândavo à Globalização

A crença da homogeneização do português, representada atualmente pela suavização ou neutralização do sotaque se fundamentou durante toda a história do Brasil tendo seu início com a chegada dos colonizadores.

Haverá, portanto, duas maneiras de se fazer a História, a maneira sensata de los conquistadores, e a maneira insensata dos institutos culturais... E é de crer-se que os processos sejam muito idênticos, pois que si vemos hoje, com frequência as práticas militarizarem suas criancinhas, não estaremos nós militarizando as vogais? A diferença é simplesmente cronológica. A militarização das crianças é uma ambição de agora já, militarização das vogais constrói o futuro. (ANAIS, 1938, p.08)

Talvez seja o discurso de Mario da Andrade, no Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado pelo Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, em julho de 1937, que venha a inaugurar as narrativas em defesa da homogeneização dos falares da língua portuguesa no Brasil.

Mas, a história da padronização da língua falada no Brasil e a estigmatização das variedades linguísticas nacionais pode ser contada a partir da colonização como mencionado anteriormente. Inicialmente coube aos portugueses a designação de colonizadores, sendo que a língua portuguesa foi rapidamente sendo imposta aos povos

nativos, considerada superior ou mais evoluída em relação às milhares de línguas indígenas aqui ambientadas. A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua ilustra o princípio da construção dessa crença de supremacia da língua portuguesa, inicialmente sobre as línguas indígenas do Brasil.

A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida. (GÂNGAVO, P.M. 2004).

De acordo com Mariane (2003), na percepção do colonizador português, três instituições consistiam o núcleo do aparelho que movimentava o estado – a religião, a realeza e o direito. As mesmas eram representação de um estado mais avançado de civilização tendo como principal alicerce a língua nacional gramatizada e escrita. Partindo dessa hipótese a língua portuguesa é tida como uma instituição que faz parte do funcionamento social da nação e simultaneamente da legitimidade escrita às outras instituições do reino. Sendo assim, os habitantes da terra brasílica e suas línguas não são considerados civilizados porque não possuem o que os colonizadores portugueses consideram essencial à civilização.

Principia-se talvez, nesse momento, o mecanismo de oficialização da língua portuguesa no Brasil. Apesar de isso não ter ocorrido via processo de luta ou guerra ao longo da história, assemelha-se ao que ocorreu com o Império Romano, onde a dominação também se deu pelo idioma. Antes da independência do Brasil a Lei do Diretório dos Índios (1757) funcionou com instrumento político e legislativo de política linguística, direcionado aos povos indígenas que foram obrigados a adotar o português como seu idioma. Este português institucionalizado, que é engessado pela gramática e ensinado na sua forma escrita, ao ser difundido pela colônia, assegurava a Portugal sua unidade e identidade como nação dominadora e reforçava a ideia de uso prático de uma língua homogênea e estável (PIRES, 2009, p. 3).

Mariani (2003, p. 78), diz que “...se concretizou um ato político jurídico com o Diretório dos Índios”. A autora indica tal ato legislativo, como forma de assegurar a homogeneidade linguística marcava também a hegemonia política portuguesa na então colônia. Foi através da língua da elite administrativa e das autoridades jurídicas e

eclesiásticas que se marcou a relação de poder entre povo dominador e o povo dominado.

Antes da chegada dos portugueses em 1500, com a esquadra marítima de Pedro Álvares de Cabral, havia várias culturas e povos espalhados em tribos e comunidades por toda a extensão do território geopolítico que compreende hoje o Brasil. Observa-se que em uma breve retrospectiva na história do Brasil é possível verificar que a colonização linguística é tão antiga quanto as caravelas de Cabral. Contextualizar a língua portuguesa e seu uso no Brasil é de fundamental importância para conduzir a compreensão de todo cenário histórico que culminou na sua oficialização. Não há pretensão aqui de abarcar todos esses aspectos históricos envolvidos na construção das variedades do português no Brasil e sim, rememorar episódios importantes da história que alicerçam até a atualidade os padrões de fala do português brasileiro.

De acordo com Nascimento (2005), a luta para a conquista da terra se deu em dois fronts. Por um lado, era preciso submeter os residentes autóctones, que englobavam uma miríade de povos e culturas. Essa sujeição do nativo, dito “primitivo”, foi obtida por meio de todas as formas de sevícia: espoliação, assassinato, tentativa de escravização, em suma, ao longo de um amplo genocídio, que incluía as doenças trazidas nas embarcações e a assimilação por miscigenação. Por outro lado, os portugueses precisavam conter a concorrência de outros povos europeus, que disputavam a posse da colônia, notadamente os franceses, os holandeses e os espanhóis.

Sendo dessa forma, além dos portugueses, outros também tiveram responsabilidade no reconhecimento histórico da colônia lusitana, bem como, posteriormente do reconhecimento de nação independente, entre eles os franceses, os holandeses, os espanhóis e mais tarde, após o século XVIII, os povos ingleses, os alemães e os demais povos da Europa dita ocidental.

### 3.2.3.1 Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada

Reambientando essa sequência histórica e dando um salto no tempo para o início do século XX, um novo cenário começa a emergir entre a elite intelectual dos artistas no Brasil. Isso no futuro se tornaria determinante para a contextualização do

sotaque padrão no português brasileiro. Um movimento do modernismo no Brasil apresenta seus primeiros sinais nos anos de 1912 e 1917, que iria atingir seu marco historicamente mais significativo com a conhecida Semana de Arte Moderna realizada nos dias 15, 17 e 19 de fevereiro de 1922 em São Paulo.

De acordo Gragoatá (2015) é preciso estar atento para o cenário da época e para os acontecimentos que interessavam, na primeira década do século, a cidade de São Paulo, encontrava-se em plena transformação. Isso em função do grande fluxo migratório europeu oriundo da necessidade de cobrir a demanda da mão de obra no setor agrícola e da industrialização. Estes aspectos destacaram São Paulo das outras cidades do Brasil, inclusive da Capital Federal na época, o Rio de Janeiro. O alto nível de transformação na economia por consequência vinha alterar o plano social com o advento de uma burguesia industrial do proletariado a ela vinculado e de uma classe média em formação. É nesse quadro cultural, político e social que se formam e começam a atuar os intelectuais e artistas do grupo que idealizaram a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo.

A proposta era unir as comemorações do Centenário da Independência do Brasil ao marco de outra independência, a da cultura brasileira, paradoxalmente sob inspiração das vanguardas estéticas europeias: a futurista, a cubista, a expressionista e a dadaísta. Desse modo, em 29 de janeiro de 1922, o jornal O Estado de São Paulo anunciava a Semana de Arte Moderna, “por iniciativa do festejado escritor, Sr. Graça Aranha, da Academia Brasileira de Letras” (BRITO, 1986, p. 17).

A história do Modernismo começa no ponto em que alguns de seus representantes passam a ter contato direto ou indireto com as novas informações artísticas do início do século na Europa e, importando-as para o Brasil, provocando as mais diversas reações no meio cultural. Como disse Andrade (1974): “O modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional” (ANDRADE, Mário de, 1974, p. 235).

Nesse contexto, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro foi ponto que marcou uma ruptura no movimento dos intelectuais e que por consequência causou a desestabilização do sistema tradicional da cultura brasileira. Esse aspecto é abordado em um estudo de Miceli em 1979, afirmando que o acesso dos modernistas às frentes de vanguardas europeias, bem como sua proximidade com ciclos

sociais intelectualizados e da oligarquia paulista, foi a condição que lhes permitiu assumir o papel de inovadores culturais e estéticos no campo literário local.

Ao que tudo indica, as classes dirigentes na época no Brasil preocupavam-se em estarem atualizados com as últimas novidades europeias. De acordo com Gragoatá (2015), havia um esforço da oligarquia rural decadente, no entanto politicamente dominante, em preservar sua posição de superioridade em relação aos outros segmentos sociais. Isso se confirma com as palavras de Mário de Andrade quando o mesmo diz que: “A aristocracia nos deu mão forte, pondo em evidência mais essa germinação de destino – também ela já então autofagicamente destruidora, por não ter mais uma significação legitimável” (ANDRADE, 1974, p. 241).

Segundo João Luis Lafetá (1979), esse projeto estético sobre a cultura do Brasil, por parte dos modernistas, com a importação de “ismos” europeus (Futurismo, Cubismo, Expressionismo entre outros) reafirmam novamente as nuances de uma dependência cultural. Pouco se diferenciava ser Futurista no Brasil ou na Europa por mais que uma independência entre essas culturas fosse declarada o que não imprimia um rosto autêntico e próprio ao Modernismo no Brasil.

Na década seguinte, outro evento cultural, com questionável status pré-científico é marcante e pretende trazer novas contribuições à Linguística no Brasil. O mesmo aconteceu em julho de 1937, foi intitulado Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada e a exemplo da Semana de Arte Moderna de 1922, foi organizado novamente por Mário de Andrade.

Apesar de habitualmente seu nome ser associado a atividades literárias, Mário de Andrade era doutor de Estética e História da Música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Engajado na proposta de construção de uma identidade nacional e ocupando o cargo de Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, de 1935 a 1937, Mário de Andrade esteve à frente de muitos projetos artísticos e culturais da época que priorizavam a música e o folclore nacional.

Segundo, Monteiro (2020), essas ações buscavam estimular uma produção de música nacional, ampliando o público para a música erudita viabilizando a produção de obras inspiradas no folclore brasileiro. Para Mário de Andrade, o canto lírico seria a ferramenta que direcionaria brasilidade, pois reunia na mesma expressão artística caracteres étnicos presentes no folclore musical e na fala brasileira. É nesse contexto

que surge o Primeiro Congresso Nacional da Língua Cantada como fruto do desdobramento de projetos artísticos e culturais conduzidos por Mário de Andrade.

O evento aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo entre 7 e 14 de julho de 1937. Com caráter de abrangência nacional teve a participação de diferentes estados do Brasil (Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul). Os participantes foram convidados pela organização, que esperava receber “contribuições de todos os meios culturais do país [...] pelos seus nomes mais destacados” (O Estado de São Paulo, 07/071937, p.8).

A natureza das discussões empreitadas pelos congressistas tem como plano de fundo o discurso e as palavras de Mário de Andrade na ocasião da abertura do evento.

“Não sei, meus senhores, si estais bem conscientes da insensatez maravilhosa da nossa decisão de nos reunirmos nesse Congresso da Língua Nacional Cantada. Enquanto a política rosna lá fora, fundando imperialismos absurdos, nacionalismos infundados e mil e uma facetas, por onde se odiarem os homens; através dos espaços arejados os congressos correspondem na insensatez aparente da paz, do saber e da arte. (...) E é o Congresso da Língua Nacional Cantada, o primeiro Congresso Musical do Brasil, que neste momento abre a sua semana de pesquisa e de arte, nesta, de todos vós, a cidade de São Paulo. Quando Bartolomeu de Gusmão voou pela primeira vez, quando Oswaldo Cruz saneou do Rio de Janeiro, quando Euclides da Cunha escreveu Os Sertões, ou Carlos Gomes a Tosca, nenhum sangue correu nem os homens se odiaram mais. E si acaso, nos perfeitos momentos de humanidade vamos em busca do Brasil e sua verdadeira significação histórica no mundo,(...).Haverá, portanto, duas maneiras de se fazer a História, a maneira sensata de los conquistadores, e a maneira insensata dos institutos culturais. E é de crer-se que os processos sejam muito idênticos, pois que si vemos hoje, com frequência as práticas se militarizarem suas criancinhas, não estaremos nós militarizando as vogais? A diferença é simplesmente cronológica. A militarização das crianças é uma ambição de agora já, militarização das vogais constrói o futuro. Quer isto dizer: a militarização das vogais estará futuramente no número daquelas citações, estará entre os Bartolomeu de Gusmão, os Manguinhos, os Alberto Nepumuceno que dão a verdadeira significação histórica do Brasil na legítima, na profunda, na incomparável humanidade dos homens. (ANAIS, 1938, p.08).

De acordo com Monteiro (2020), o congresso recebeu estudiosos de diferentes especialidades entre língua, teatro, música, docentes de ensino secundário, normal e superior, críticos literários e musicais, jornalistas, escritores, musicistas, cantores e atores, bem como políticos do estado de São Paulo. Esse circuito conectava os projetos do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo aos profissionais convidados e às entidades em que os mesmos atuavam. Essa mobilização de estudiosos, artistas e instituições de diferentes estados, tinha como um dos principais objetivos fazer a

pronúncia padrão da língua portuguesa no Brasil uma causa de interesse nacional levando-a para uma grande adesão sendo adotada em todo o Brasil.

Segundo Pinto (2001), a primeira questão de discussão entre os congressistas foi a escolha de uma variedade de português local para ser nomeada como padrão nacional. Diante disso, a organização do evento já havia apresentado um pré-projeto que sugeria a adoção da variedade da fala carioca como padrão de pronúncia para o canto erudito e o teatro (já sugerido por João Ribeiro em 1927). Porém, a proposta do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo se embasava nas pesquisas de Antenor Nascentes, especificamente o *Linguajar Carioca* de 1922 e trabalhos organizados por ele em 1930 buscando determinar o padrão de pronúncia a ser ensinado nas escolas primárias, profissionais e normais do Distrito Federal.

É no final do século XIX que emerge a questão da língua portuguesa no Brasil não mais como uma relação entre os portugueses e os brasileiros, mas, como uma relação que acontece “entre brasileiros e brasileiros (incluindo, excluindo, valorizando, hierarquizando, estigmatizando, explicando)” (ORLANDI, 2002, p. 161).

Nesse período, irão surgir produções de instrumentos linguísticos no Brasil e uma literatura que passava a ser considerada nacional. O movimento no Brasil sobre a língua toma forma, especialmente, a partir da Proclamação da República e, sobretudo nos anos seguintes. De acordo com Orlandi (2002, p. 191), “a independência é um marco decisivo nesse nosso processo de gramatização e a República no Brasil [...] dá forma à relação dos brasileiros com sua língua, forma que se explicita no modo como eles mostram que a sabem, do ponto de vista institucional”.

Diante disso, é no início da década de 20 do século XX que se observa que “institucionaliza-se convenientemente a relação do brasileiro e do Brasil com a língua nacional, e a nossa sociedade organiza-se diante de suas necessidades de representação científica” (ORLANDI, 2002, p. 159).

A evolução nas discussões sobre a língua portuguesa do Brasil avança por toda a década de 20 chegando ao momento histórico do Primeiro Congresso Nacional da Língua Cantada em 1937, onde o Brasil emergia em um nacionalismo exacerbado e segundo Motta (1992), as identidades regionais eram reivindicadas como elementos constitutivos de nacionalidade. Essa competição entre os regionalismos refletia no Brasil uma rivalidade que era interpretada como uma ameaça para a construção de

consensos que sustentassem uma unidade nacional. E foi nesse contexto que se propôs a pronúncia carioca como a padrão para a fala do português no Brasil.

Havendo congressistas de outras regiões que credibilizaram essa escolha, como por exemplo, o “ Prof. Paulo Barros, dizendo-se filho do alto norte, declarava ainda não opor a mínima restrição à proposta [...]”. (ANAIS, 1938, p.11).

Diante desse fato, Antenor Nascentes declarou-se “isento de paixões locais, embora fosse nascido no Rio de Janeiro” citando “várias razões que o levam, independente das circunstâncias de ser carioca, a aceitar a proposta da pronúncia carioca como a exemplar para o teatro e o canto”. (ANAIS, 1938, p.12). Esse cuidado se fez necessário considerando o clima sensível de disputa entre as identidades locais e o fato de Antenor Nascentes ser carioca e fazer parte da organização do evento colaborando na área de filologia. De acordo com Monteiro (2020), seu posicionamento, ao mesmo tempo político e científico, diz muito sobre a condição da produção do conhecimento naquele contexto histórico.

A discussão seguinte, enfrentada pelos congressistas consistia em fazer uma descrição das vogais e consoantes da língua padrão, no entanto, não dispunham dos meios necessários para isso na época. Concordando dessa forma que:

Foi por todos reconhecida primordialmente, a natureza falível de semelhantes determinações enquanto não existam no país gabinetes de fonética experimental, que são o único elemento verdadeiramente científico e atual capaz de determinar de maneira insofismável o número e a natureza dos sons duma língua” (ANAIS, 1938, p.16).

No entanto, mesmo assim, isso não foi empecilho para elaboração de regras de pronúncia para o canto, o teatro e a recitação, que foram publicadas em setembro de 1937, na revista do Arquivo Municipal de São Paulo, organizada pelo próprio Departamento de Cultura, uma separata intitulada “Normas para boa pronúncia da língua nacional no canto erudito”. No ano seguinte sai a publicação dos Anais do I Congresso da Língua Nacional Cantada, igualmente editado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo onde foram registrados todos os detalhes sobre debates, comunicações e demais atividades que aconteceram durante esse evento.

Segundo Monteiro (2020), o Primeiro congresso da Língua Nacional Cantada foi talvez o primeiro evento no Brasil que envolvesse estudos da língua, porém é pouco considerado na área da Linguística devido a disputas de legitimidade entre as novas

perspectivas e abordagens estabelecidas, que em consequência da realidade cultural e acadêmica dos estudiosos da época dificultavam a comprovação da cientificidade.

Para a contextualização desse trabalho, considera-se esse Congresso como um marco importante por ter estabelecido, naquele momento, uma nova variedade linguística (a pronúncia padrão brasileira), elaborado uma política linguística nacional (imprescindível nas investigações posteriores sugeridas na Era Vargas e que por sua vez iriam adquirir um tom abertamente xenofóbico a partir do Estado Novo), bem como para compreender o debate histórico sobre autonomia linguística diante de Portugal. Isso incluía polêmica sobre o nome da língua entre outros desdobramentos como a estabilidade da polarização sociolinguística do país (LUCCHESI, 2006).

Segundo Serpa (2001), uma guerra nacionalista era instituída através da língua em que as vogais se tornam peças de artilharia militarizada, com o intuito de reformular a heterogeneidade espontânea da língua portuguesa no Brasil e, por consequência, o sentido da criação de distinção social através da língua. Ou seja, uma guerra de língua em favor da constituição da nacionalidade.

Como resultado de reuniões entre congressistas, foi divulgada a intenção deles de realizar um segundo Congresso em 1942 “... a fim de serem homologadas oficialmente as decisões de agora e corrigidas as que a maior experiência do tempo assim aconselhar” (NORMAS, 1938, p. 2).

### 3.2.3.2 Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro

Esse apontamento histórico é considerado importante para o trabalho, pois é uma questão recorrente no teatro e na televisão brasileira a preparação de elenco no que diz respeito ao modo como os atores devem falar e pronunciar as palavras. Esta memória do dizer da manifestação dramaturgica, volta o olhar para o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956), que em seu funcionamento político objetivava regular um ideal de fala, o que ainda ecoa nas montagens teatrais e de televisão na contemporaneidade no Brasil.

...muitas vezes, essa problemática é relacionada com a capacidade técnica vocal do ator, e nesse imaginário o ponto de ataque para se pensar a língua é com relação à clareza e à precisão na articulação da fala. No entanto, não formulamos esse problema pelo viés da técnica de atuação, mas situamos essa questão no fato de haver um efeito que faz funcionar a naturalização de um certo modo de ser falado no teatro e nas telenovelas brasileiras. E assumir esse posicionamento de leitura implica pensar em uma histórica de uma

política que constituem, necessariamente, esse padrão de fala a ser reproduzido nessas produções. (VIEIRA, 2020).

É válido recordar, quando se menciona o imaginário construído em torno da problemática da língua portuguesa em cena, no teatro, na televisão, no rádio, no cinema e mais recentemente nas redes sociais, que esse imaginário é fruto de uma construção simbólica e ideológica feita ao longo da história. Rodrigues - Alcalá (2001), ao retomar esse percurso do surgimento da reflexão, tendo como núcleo a gramática, aponta as relações estabelecidas inicialmente entre a *techné grammatiké*, “ciência das letras”, e a *musiké*, que abrangia o “falado”.

A reflexão gramatical surgiu originalmente no interior de outra disciplina, constituída no século VI a. C., que é o ancestral distante de todas as ciências da linguagem, a saber, a *musiké*, estudo da fala poética, dom das Musas, que era uma fala cantada. A *musiké* compreendia a análise de três aspectos: o ritmo, a melodia e o falado, o estudo desse último aspecto, o falado, separado do ritmo e da melodia, teria se emancipado, entre os séculos V e VI a. C., dando lugar a *techné grammatiké*. Esse fato teria estado relacionado às transformações do estatuto do texto escrito ocorridas por essa época. (RODRIGUES-ALCALÁ, 2011).

Consideramos esse apontamento histórico pertinente para o nosso trabalho pois, os sentidos da língua escrita da língua falada no teatro funcionam por meio de noções como falares regionais, pronúncia, sotaque, linguajar e prosódia. No entanto, diante de uma diversidade de modos de falar no território brasileiro, que língua, que sotaque utilizar em cena? O que aparentemente pode parecer uma questão simples na verdade é de grande complexidade, afinal não é suficiente apenas seguir a língua em que está escrito o texto e com o sotaque da região a qual se refere. Essa problemática fica bastante visível, quando se observa em veículos midiáticos a receptividade do público em relação às produções artísticas, pois a questão do modo de falar sempre retorna. É muito comum, por exemplo, nas produções de novelas no Brasil, o sotaque em que se passa o enredo ser carioca ou paulistano, independente da região brasileira onde está ambientada a trama.

Essa problematização da fala do ator em cena e as polêmicas que se levantam sobre a preparação vocal dele para o teatro e a televisão colocam sempre esse ofício em um lugar de adestramento e de preparo para a produção de um sotaque neutro, que de fato se equivale à forma de falar da região Sudeste do país, em especial os falares urbanos das capitais dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Vieira (2020), lança a hipótese de que as marcas desse funcionamento na atualidade ainda encontram

regularidade pois estão relacionadas com a memória de trabalho do ator na televisão, desde tempos remotos do rádio e do teatro.

Isso ainda se conserva, pois há uma aceitabilidade, uma naturalização entre cantores, jornalistas e atores, há um acordo de que existe um modo de falar que é mais aceito pelo público, um modo de falar que favoreça a melhor compreensão dos espectadores ou ainda, um modo de falar que reflita uma média dos falares no Brasil.

De acordo com os Anais do referido congresso, publicado em 1958, ele apresentava quatro principais objetivos. Sendo: uma língua padrão para o teatro, uma língua padrão da poesia para o teatro, critérios de interpretação dos aspectos dialetais da língua no teatro e critérios convenientes para a adoção e difusão dos seus padrões no meio teatral. Segundo Guimarães (1996), esse momento do congresso é ancorado na necessidade de marcar a especificidade da língua no Brasil, mas também da unidade dessa língua, e de acordo com os principais objetivos do evento, uma unidade padrão.

Certamente, o Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro em 1956, contribuiu muito para construção desse caminho do sotaque neutro no português brasileiro, tento sido sistematizado e intelectualizado trazendo em suas discussões um inventário de normas a serem adotadas numa pronuncia padrão do português no Brasil. Porém, em 1956, não houve somente a preocupação com uma língua-padrão, mas também um reconhecimento de uma tendência a uma unidade na fala. No seu discurso de abertura do evento, o Prof. Celso Ferreira da Cunha (Presidente Executivo do congresso e naquele momento professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, bem como diretor geral da Biblioteca Nacional) comentou que através do rádio, da televisão e do cinema, entre outros meios, o padrão culto terá uma tendência a se propagar nacionalmente.

A Bahia, tão zelosa do purismo linguístico, terra que foi de um Rui Barbosa e de um Carneiro Ribeiro, volta-se agora não só para o estudo da língua culta padrão, mas também para a dos falares regionais, cônica da verdade das velhas palavras de Charles Nodier: “todo aquele que não estudou cuidadosamente os falares da sua língua não a sabe além da metade” (Anais, 1958).

A questão da unidade perpassa todo o discurso de abertura e é tomada como uma tendência espontânea, como algo natural durante o desenvolvimento de uma língua. Não é levada em consideração a história da língua, como ela se estrutura e se propaga a partir da relação estabelecida entre os falantes.

Assim sendo, o problema da língua comum, unitária e nacional, apresenta no Brasil, a um tempo, tendência espontânea muito mais fácil de realizar-se naturalmente, e tendência que deve ser apoiada por uma política linguística consciente. A força do Recife para certa área, desta soberba, Salvador para outra, do Rio, de São Paulo, de Porto Alegre, de Belo Horizonte, cada um para sua periferia, mostra que tendemos irresistivelmente para certos padrões regionais amplos e pouco numerosos. Mas inspira-nos também na compreensão de que graças aos modernos meios de comunicação viva, à distância, aliados a uma população que se multiplica em permanente fusão de nacionais de todos os pontos em todos os pontos – é possível para a intercomunicação de âmbito universalista no nosso território nacional, adotarmos lúcida e conscientemente uma média de falar equidistante de todos os padrões básicos regionais. (Anais, 1958).

O teatro aqui ocupa o lugar onde deve se atingir uma “média padrão” de fala e seria a partir dele que se tornaria possível um modo ideal de pronúncia do português brasileiro que se estendesse para todo o território brasileiro. Isso pode ser observado na seguinte sequência do discurso do Professor Celso Cunha.

O nosso Congresso, porém, creio eu, não aspira a servir tão somente à língua falada no teatro, ao contrário, aspira a língua falada culta no Brasil inteiro. Se chegarmos a um padrão culto aceitável para o teatro, esse se imporá, por vir de consequência, ao rádio e à televisão, ao cinema e ao magistério, ao parlamento e à tribuna em geral, em suma, a todas as categorias profissionais que fazem da técnica da língua uma finalidade, ou pelo menos um instrumento cuja finalidade seja na medida do possível pan-brasileira. (Anais, 1958).

Nota-se que os termos “língua padrão”, “língua falada culta”. “padrão culto” são expressões recorrentes no Congresso para fazer referência ao uso ideal do português no Brasil. Prega-se dessa forma, que há um padrão de fala e que esse padrão deve ser culto. O Congresso centrou grande parte de suas discussões sobre essa língua padrão e normatizada. Pfeiffer (2000), elucida, facilitando assim, melhor compreensão da padronização e do funcionamento da normatização.

A questão do funcionamento da norma nos coloca diante da reflexão do modo de funcionamento da língua, instrumentalizada, domesticada, administrada pela sua gramatização. A língua normatizada não é da ordem do “ser”, mas do “ter” este *dever ser* vai ganhando sentidos, a partir do século das luzes, filiados a uma ideia de igualdade não só nacional, que permite construir a ideia de nação, mas também de igualdade cidadã. (PFEIFFER, 2000).

Na ocasião do Congresso a língua é vista como uma ferramenta, como um instrumento simplesmente, e não como um elemento que constitui o processo de subjetividade nas pessoas. A normatização nesse contexto, que tem em vista uma forma padrão, uma forma culta, não faz referência ao português falado no Brasil, mas se refere

a quem mantém o poder de falar, o poder de dizer sobre a língua. Os Anais do Congresso, em sua parte final, apresentam o alfabeto fonético adotados nos trabalhos, bem como as normas aprovadas no evento. Normas estas, que se dirigem ao teatro falado e por consequência a toda língua no Brasil, apontando o que é ou não adequado na fala e na pronúncia, ou seja, normatizar e normalizar um padrão tecido artificialmente a partir de um grupo de intelectuais que desconsideraram a história da língua, do sujeito e de suas práticas sociais.

Estes padrões, preconizados no século passado, ainda persistem com relação às práticas a fim de homogeneizar as relações entre indivíduos, o espaço que eles habitam e a forma como usam a língua portuguesa no Brasil. Recentemente, esse conceito de língua padrão transpõe o ofício das artes cênicas ou do jornalismo e tiraniza a fala espontânea de outros falantes do português brasileiro. Procura-se naturalizar o processo de “perder o sotaque”, porque, caso contrário, faltarão oportunidades de ascensão profissional e status, incorrendo no risco de não falar um “bom português”, o que de certa forma, desautoriza e monitora o uso espontâneo da fala em diversos contextos.

### **3.3 Técnicas para a suavização do sotaque no português brasileiro**

Como já mencionado anteriormente, poucos registros científicos foram localizados sobre suavização ou neutralização de sotaque. A expressão “sotaque” em si também é pouco referenciada na literatura da sociolinguística, sendo que o fenômeno da variação e da mudança recebe o maior volume de investigação em relação às diferenciações existentes nas formas de uso da língua portuguesa no Brasil.

Dessa forma, observou-se que muitos trabalhos que fazem referência a sotaques, descrevem na verdade variedades regionais do português brasileiro focando apenas nas características léxicas e morfossintáticas das palavras. A exemplo disso, a técnica de suavização ou neutralização de sotaque segue essa lógica e generaliza a palavra sotaque tratando-a como sinônimo de variedade ou de dialeto, o que para uma visão sociolinguística parece um equívoco científico, visto que todos esses conceitos se diferenciam entre si.

A demanda de suavização de sotaque, que inicialmente era direcionada a profissionais de jornalismo e atores, nos últimos anos está também sendo direcionada a

todas as pessoas que “necessitam” se adaptar a algum contexto social ou regional. Ou ainda como é mencionado por Sagrette (2017), que dependendo da necessidade do falante o sotaque pode ser suavizado, neutralizado e até mesmo modificado para atender a uma exigência social ou profissional.

As justificativas apresentadas para a suavização de sotaque sempre orbitam em volta das diferenças socioculturais do falante e os prejuízos sociais e econômicos que a fala de uma variedade regional de menor prestígio pode ocasionar a quem fala. De acordo com Peter, Camargo e Pinho (2007), o sotaque suavizado é desejado para que o modo de falar não chame mais atenção do que a informação que o profissional de comunicação irá transmitir.

Outro argumento em defesa da suavização do sotaque está relacionada a pesquisas que investigam a percepção de ouvintes frente a um sotaque suavizado ou não. Lopes (2012) desenvolveu um estudo nesse sentido e observou que ouvintes foram capazes de identificar sotaques regionais e demonstraram preferência por pronúncias de não ocorrência de variedade regional. Isso gera um ciclo onde o comunicador “suaviza” seus marcadores sociais de fala para conseguir mercado de trabalho e por consequência condiciona a escuta do interlocutor que passa a preferir essa forma adaptada.

Um exemplo disso está nas diferentes ocorrências de pronúncias do “r” no português brasileiro que comumente é o alvo das técnicas de suavização e neutralização de sotaque. De acordo com Sagrette (2017), o mesmo pode ser categorizado como “r forte”, “r retroflexo” e “r fraco ou brando”. Esse último não é foco de modificação visto que, de acordo com as referências consultadas, o mesmo ocorre de forma relativamente regular em todo o Brasil. Já o primeiro aparece com variações e é passível de ser suavizado, enquanto o retroflexo é subjugado a falas do interior. Sendo assim, a neutralização/suavização do sotaque é direcionada apenas as duas primeiras formas de pronúncia no intuito de aproximá-las às emissões desse fonema realizadas na variedade urbana culta carioca como pode ser observado nas palavras da autora:

...eu sou carioca, eu falo porta /pɔhta/<sup>1</sup>. Se você for, por exemplo, baiano você vai falar porta /pɔhta/ também. Então depende do lugar de onde você vem. Se você for gaúcho, você vai falar porta /pɔRta/. Certo? Se você for de

---

1 Nas passagens de falas coletadas de vídeos da internet, será feita a transcrição a fim de evidenciar as marcações que distinguem traços fonêmicos característicos nas falas das diferentes variedades do português brasileiro.

alguma cidade do interior... se você for...sei lá do Sul, do interior do Paraná, do interior de São Paulo, por exemplo, você pode falar porta /pɔɹta/. Tá? Tá errado? Ninguém tá errado nessa história. Mas, quando a gente quer suavizar, quando a gente quer neutralizar o ideal é usar o ‘r’ porta /pɔhta/. (SEGRETTI, 2017).

Ou seja, sugere-se nesse caso que as ocorrências da pronúncia de “r”, no português brasileiro, devam acontecer usando a forma velar quando esse estiver em posição de coda silábica. No caso do ‘r’ retroflexo, esse fica marginalizado e é desaconselhável seu uso em um sotaque suavizado.

O mesmo raciocínio é feito para as palavras iniciadas pelo fonema /r/ ou que apresentem composição dupla na forma escrita a exemplo de “rua” e “cachorro”. Nesses casos, as diversas possibilidades de pronúncia devem ser reduzidas à imposição fonêmica de um “r” velar para todas essas situações.

Outro aspecto fonêmico tratado nas técnicas para neutralizar ou suavizar os sotaques é a emissão das vogais no português brasileiro nas diferentes regiões do país. Nesse aspecto Sagretto (2017), enfatiza que existe um consenso com relação à neutralização do sotaque e o que é esperado, que independente da região do Brasil a mesma regra serve para todos os falantes do português. No que concerne ao universo das vogais, comumente a vogal “i” e a vogal “u” não são mencionados, pois não são acometidos de muitas variações marcadas no português brasileiro. No entanto, as vogais “e” e “o” são passíveis de suavização ou neutralização, levando-se em consideração suas características sonoras que podem ser mais abertas ou fechadas de acordo com a região e a variante do português brasileiro em que ocorrem.

Se eu falar para vocês com relação a vogal ‘ó’ /ɔ/. Tá? Como eu falo a palavra...ham...coração. Coração! Acabei de falar: coração /kɔrasão/. Aqui eu sou carioca, então como é aqui no Rio, né, eu falo coração. Mas, dependendo do lugar de onde você vem, você pode pronunciar coração /kɔrasão/. Então no quesito neutralização de sotaque, o que a gente busca é que você consiga fazer com a vogal mais fechada. ... As vogais mais fechadas são usadas para o sotaque mais neutro. (SEGRETTI,2017).

Já no que faz referência às variações de emissão da vogal “a”, suas duas formas, oral e nasal, são levadas em consideração, sendo que as formas menos nasaladas são aceitas como mais suavizadas, o que pode ser observado na variação da pronúncia da palavra “mas” no Brasil (nas suas ocorrências mais comuns de /mas/ ou /mãs/).

Ao se analisar a ocorrência do fonema /s/ no português brasileiro, a se julgar a posição em que aparece na palavra (no início, no meio e no final em posição de coda silábica, ou no meio em formato de dígrafo ou representado pelo grafema “ç”, grafema “c” ou ainda pelo grafema “x”). A primeira e a última ocorrência não são consideradas importantes no seu contexto de variação, quanto a sua realização em posição média na palavra a lógica da suavização/neutralização do sotaque se aplica na busca de pronúncias desse fonema com articulação mais dental-alveolar do que palato alveolar, evitando o conhecido popular “chiado” ouvido na emissão desse fonema na fala de cariocas, como por exemplo, em casca e festa (/kaʃka/, /fɛʃta/).

Ao se tratar como foco os fonemas /t/ e /d/ e suas pronúncias no português brasileiro, esse raciocínio é invertido, pois a característica africada conferida às emissões palato-alveolar são mais bem aceitas e consideradas de prestígio, em oposição a sua homônima dental-alveolar. A primeira é considerada mais neutralizada ou mais suave do que a segunda. Como exemplo cita-se as pronúncias da palavra “dia” que podem ser ditas como /dia/ ou /dʃia/, sendo que essa última forma é a maneira recomendada para um sotaque suavizado. Catoira, 2017 afirma que para que se tenha credibilidade na fala a pronúncia de /t/ e /d/ devem ser africadas o que é reforçado por Ugueto, 2021 que indica que a pronúncia desses fonemas de forma dental-alveolar não é a ideal para o sotaque neutralizado.

A se julgar que o núcleo da mídia no Brasil se concentra na região Sudeste, as correntes que buscam neutralização do sotaque no português brasileiro, na verdade mantem um caráter regionalista que tende a se aproximar das variedades urbanas das capitais de Rio de Janeiro e São Paulo e minimizar as demais variedades que ocorrem no Brasil. Isso pode ser constatado no canal “Locutores” no Youtube, na seguinte fala da fonoaudióloga carioca Luisa Catoira.

...neutralizar, deixar o sotaque mais perto do normal possível. O que é um sotaque normal, o que é um sotaque neutro? O sotaque neutro é àquele sotaque, que é onde a gente consegue, fazer o ‘s’ como se fosse de São Paulo o ‘r’ como se fosse do Rio. (CATOIRA,2017).

A mídia constantemente é citada como padrão que norteia um bom uso da língua e sendo assim é utilizada como modelo que fornece um formato homogêneo para a mesma. “...o jornalismo, principalmente o jornalismo de rede nacional, mostra muito

para gente o que é a neutralização de sotaque. (...) Quando se fala em rede nacional, exige aquele sotaque neutro e padronizado”. (SEGRETTI, 2017).

Outras marcas regionais também são mencionadas como inadequadas para uma fala homogênea e neutra ficando evidente a segregação proposta por um “movimento” que privilegia falantes de algumas regiões e desprestigia as variedades linguísticas do português brasileiro que ocorrem em outras partes do Brasil. De certa forma, a neutralização do sotaque busca um apagamento dos marcadores que indicam de qual região o falante é, ou seja, ocultando a sua cultura, sua região e por consequência negando a sua identidade.

Em detrimento do que já vem sendo discutido até aqui, o que se verifica na suavização de sotaque, é uma proposta que se projeta sobre falantes de português no Brasil e sobre as variedades do português brasileiro falado, muito mais do que sobre a forma de uso da língua nas diferentes regiões do Brasil.

### **3.4 Preconceito linguístico no Brasil**

O termo *linguicismo* é descrito pela primeira vez, no início da década de 80, pela linguísta finlandesa Tove Skutnabb-Kangas, ao pesquisar a discriminação através da língua sobre grupos minoritários. A partir daí surge a expressão *preconceito linguístico* que, segundo a mesma autora, acontece quando a forma de expressão linguística de um indivíduo causa estranheza gerando um preconceito e estabelecendo relações de poder entre as pessoas. Sendo que esse poder é maior para quem faz uso formal da língua e menor para quem não o faz.

Nesse ponto, é importante ressaltarmos que *preconceito linguístico* recebe diversas conceituações, conforme Faraco e Zilles (2017), Mariani (2008), Bortoni-Ricardo (2005), Scherre (2005), Monteiro (2000), entre outros, que pode ser sintetizado da seguinte maneira: acontece a estigmatização da forma como as pessoas falam (fazem uso da língua) ou de como a fala de um determinado grupo é desprestigiada em relação às demais.

Esta forma preconceituosa incide também sobre as variedades da língua portuguesa no Brasil e é naturalizada, bem como tem se expandido sem limitações e

sem filtros e está manifestada nas práticas sociais. Ocorre uma negação do falante, ou por ele optar em se expressar através de uma língua e não de outra, ou por utilizar (no interior de uma língua específica) uma determinada variedade considerada como inferior, desprestigiada ou incorreta (um sotaque ou uma determinada palavra, por exemplo).

Além disso, é preciso mencionar que a mídia contribui para que as pessoas tenham uma atitude negativa sobre determinadas variedades linguísticas quando apresenta, por exemplo, uma “caricatura linguística” na tentativa de representar determinada região do Brasil em programas humorísticos com o objetivo de provocar o riso nos telespectadores. (BAGNO, 2003).

O preconceito regional, junto ao preconceito socioeconômico, é umas das principais causas do preconceito linguístico no Brasil. É comum que habitantes de regiões economicamente mais privilegiadas manifestem alguma forma de rejeição, às variedades linguísticas, aos sotaques e aos regionalismos típicos de regiões menos favorecidas.

Dessa forma, julgamentos negativos ou positivos são dispensados a falantes, regulados pelas formas de uso que o mesmo faz da língua, que por sua vez, são componentes de uma determinada variedade da mesma língua. O falante é julgado por sua própria fala, pela região que habita, por sua identificação cultural, ou seja, por sua identidade como sujeito único, indivisível e social.

Adverso a outros preconceitos socialmente reconhecidos, o preconceito linguístico é invisibilizado no Brasil, pois há uma naturalização desse comportamento. Para Bortoni-Ricardo (2005), o maior dos preconceitos é o preconceito linguístico, pois esse está sedimentado na sociedade de forma que, outros contextos de diferenciação social (valores estéticos e morais) são mais facilmente aceitos do que a variedade linguística.

Aliás, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005), é sabido que o prestígio associado à variedade considerada “português padrão” está diretamente ligada aos valores culturais herdados ainda da época do Brasil colonial, os quais demonstram claramente a desigual distribuição de renda e de bens culturais e, por consequência, de oportunidades. Razão pela qual se evidencia o comportamento linguístico como “um indicador claro da estratificação social” (BORTONI-RICARDO, 2005).

Apesar de este trabalho discutir fenômenos que ocorrem sobre a língua portuguesa no Brasil, não é possível ignorar a multiplicidade de outras línguas que acontecem e as suas influências sobre o próprio português. Segundo Altenhofen (2013) “dificilmente, encontramos uma sociedade puramente monolíngue. Mesmo nas sociedades urbanas, a globalização, a ampliação dos espaços midiáticos e a internacionalização pressupõem variação e diversidade linguística”.

Dessa forma, o preconceito linguístico também é direcionado a falantes de outras línguas no Brasil (brasileiros falantes de língua de imigração ou pessoas originárias de outros países que vivem no Brasil). Resiste nesse contexto, conceitos preestabelecidos que fundamentam a marginalização de outras línguas que não seja a portuguesa. Um deles é a ideia de que as crianças bilíngues não tenham o mesmo potencial de aprendizagem que outras crianças ou até mesmo que o falante bilíngue possuiria inteligência abaixo da média entre outras explicações que não se confirmam. (KIELHÖFER E JONEKEIT (1983), apud KRUG (2004).

O português brasileiro é parte da realidade linguística no Brasil e é formado pela confluência de diversas línguas e culturas que deram nuances, diferenciando a língua portuguesa em variados contextos de uso. No entanto, há uma resistência sobre o português (aquele falado pela imensa maioria da população) que além de todas as marcas já mencionadas, incorpora ainda os processos de contato linguístico com as diferentes línguas indígenas, línguas africanas e línguas de imigração. E esse, por sua vez, novamente é alvo de preconceito, que nunca é direcionado à língua em si, mas para o falante e o contexto social, cultural e regional no qual ele se insere. De acordo com Bagno (2003), além de comentários que expressam juízo de valor sobre as diversidades linguísticas de forma explícita, há outros que revelam o preconceito associado ao conceito de norma culta para a língua.

Diante de todo esse contexto surge a ideia de se padronizar a língua através de um processo de suavização ou neutralização de sotaques, podendo ser este mais um movimento naturalizado de preconceito linguístico que incide sobre falantes de variedades do português brasileiro. Apesar das amostras coletadas sobre as técnicas apresentadas e disponibilizadas (especialmente na internet), são raros os estudos científicos que abordam diretamente o tema sob a luz do preconceito linguístico, sendo que este é pouco citado nesses contextos de pesquisa e quando citado é na tentativa de negar sua existência para a suavização e para a neutralização de sotaques no Brasil.

### **3.5 Políticas linguísticas e a invisibilidade das variedades regionais do português no Brasil**

A língua, forma de expressão ligada à liberdade é a essência da vida humana, é o ingrediente básico para o exercício do direito linguístico. O direito linguístico é um direito humano e cultural que viabiliza outros direitos. Sob essa perspectiva a comunidade internacional e também o Estado Democrático brasileiro têm refletido, não apenas no que concerne à proteção dos direitos linguísticos, mas também sobre os mecanismos e ações para valorizar e manter a diversidade linguística de grupos falantes. No âmbito global, além das normas que declaram o direito à cultura e de se expressar na língua materna como direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da Unesco (BARCELONA 1996), aponta o direito linguístico como o direito de um povo se expressar na sua língua.

Ao longo da história das constituições brasileiras, até o ano 1988 não havia registro acerca de que nosso idioma nacional fosse o Português. A Constituição Cidadã - Constituição Federal de 1988 também traz em seus princípios a preocupação com o respeito às diferenças, respeito à diversidade e respeito à inclusão. As escolas regulares, como referência de espaço de estudo, formação e difusão das línguas e da cultura, necessitam estar conscientes da grande responsabilidade de atentar e respeitar a pluralidade da realidade linguística do Brasil.

A forma como uma língua é considerada a língua oficial de um País não ocorre de maneira homogênea. Há casos em que a Constituição do País diz isto diretamente e há casos em que isto é praticado através das instituições do Estado sem que seja diretamente dito. (GUIMARÃES, 2005). Tratando-se especificamente do caso brasileiro, foi com a Constituição de 1988 que a Língua Portuguesa passou a ser, de forma expressa, a língua oficial do Brasil. Até esse momento, ou seja, desde a Constituição de 1824, não se fazia menção explícita sobre qual língua seria a oficial no Brasil. Segundo Guimarães (2005), a língua portuguesa era a língua oficial pela prática da Nação brasileira e do Estado brasileiro. Mesmo sendo ela a língua que servia como a

língua de identidade nacional e todas as ações oficiais se darem neste idioma, nenhuma das constituições anteriores afirmava isso.

Foi em novembro de 2014 que o Ministério da Cultura e o IPHAN promoveram o I Seminário Ibero-americano sobre Diversidade Linguística. Na ocasião, o Ministério da Cultura entregou o título de “Referência Cultural Brasileira” às línguas Talian, do Trocará e Guarani Mbya. Esses falares brasileiros inauguram o Inventário Nacional sobre Diversidade Linguística – INDL, criado em 2010, por decreto presidencial. Com a titulação dessas línguas brasileiras, o INDL se afirma como importante instrumento de proteção à diversidade linguística no cenário brasileiro, especialmente por ter conferido um espaço de oficialidade à pluralidade linguística do Brasil.

Esse reconhecimento público e formal tem um alcance bem maior do que as três línguas tituladas: ao lançar luzes para inúmeras línguas faladas em nosso território, o Estado não apenas protege as línguas e as comunidades falantes, mas principalmente incentiva bens e serviços essenciais para que o gozo dos direitos linguísticos (educação, acesso à justiça, à saúde, etc).

No plano local, a Constituição brasileira indica que os direitos da coletividade à memória coletiva e à identidade cultural devem ser acessíveis a presente geração e, ao mesmo tempo, constituem um legado para gerações futuras. A diversidade linguística, portanto, está citada em diversos artigos da Constituição e permeia assuntos sobre os direitos indígenas, direito ao patrimônio cultural, liberdade de expressão, direito à educação e de manifestação cultural, entre outros.

Nota-se atualmente um maior interesse do estado pela diversidade linguística. No contexto nacional, por exemplo, verificam-se iniciativas em busca do conhecimento, do registro e da preservação da diversidade linguística, lideradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura. Entre essas iniciativas figura a criação do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (2006), integrado por representantes de diferentes órgãos estatais e civis com objetivo de “analisar a situação linguística do Brasil, estudar o quadro legal dentro do qual a questão se insere e propor estratégias para a criação de uma política

patrimonial compatível com a diversidade linguística existente no Brasil” (Relatório de Atividades, 2006-2007).

Está documentado que oficialmente o Brasil não é um país monolíngue, embora exista um “fantasma” do monolinguismo unilateral, enraizado nas políticas linguísticas oficiais, que está institucionalizado e refletido nas práticas pedagógicas e teóricas (o que pode ser constatado ao se consultar documentos oficiais como PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), OCEM (Orientação Curricular para o Ensino Médio) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), onde o tratamento feito é sobre a língua portuguesa e não sobre as línguas do Brasil.

Além disso, nesses documentos, o regionalismo e por consequência as formas de falar que mais se sobressaem no cotidiano, os sotaques e a imanência de identidades dos sujeitos falantes, não são valorizados ou incentivados e nem mesmo considerados como possibilidade real. É edificado um espaço de purismo linguístico, terreno fértil para disseminação de preconceitos sobre os falantes e de resistência a novas formas de manifestação da língua, bem como das suas formas de usos que são consideradas não normativas.

Dito isso, retoma-se uma discussão histórica que acredita que no Brasil fala-se uma única língua (língua portuguesa) que é fruto de uma construção que se iniciou no período colonial e que teve um caráter fortemente político com fundamentação na ideia de hegemonia europeia e de um monolinguismo. Esse fato parece ser naturalizado na medida em que isso foi incorporado ao processo formal de educação no Brasil. Fato esse, marcado historicamente na educação linguística brasileira com a criação, em 1959, da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). A NGB passa a ditar uma norma singular, legitimando um movimento excludente e discriminatório sobre as variedades linguísticas do português brasileiro.

Acredita-se que a norma linguística, nessas situações de hegemonia, atende principalmente a uma construção discursiva e ideológica de uma língua que não possui ligações históricas ou culturais. Essa norma linguística pretende representar a unidade num universo de imensa pluralidade, mesmo levando-se em consideração apenas a língua portuguesa no Brasil, que por si só é composta por vasta diversidade. Conseguindo que os falantes se identifiquem com o modelo de língua que se apresenta

como ideal, consegue-se ao mesmo tempo ganhar sua lealdade para os projetos políticos e econômicos que se expressam nesse idioma (LAGARES, 2011).

De acordo com Bagno (2000), “[...] este é o maior e o mais sério dos mitos que compõem a mitologia do preconceito linguístico”. Sem se aprofundar aqui nas implicações culturais e educacionais dessa crença, inevitavelmente incorre ao fato de que o português ao se constituir no Brasil, como língua majoritária, reflete diferentes intervenções linguísticas que foram implementadas desde o período da colonização, gerando consequências desastrosas para o cenário linguístico do Brasil.

Uma das políticas linguísticas facilmente percebidas em nossa sociedade é de que brasileiro fala português do Norte ao Sul do País. Há um “apagamento” da situação plurilíngue em algumas regiões, principalmente no que se refere à existência de línguas autóctones e alóctones que ainda são faladas por algumas comunidades.

Partindo da definição de Spolsky (2009), sobre políticas linguísticas, o mesmo as define como sendo feitas de escolhas, seja escolhas relacionadas à qual língua utilizar (considerando um contexto multilíngue), seja escolhas relacionadas à qual variedade utilizar (considerando um contexto não multilíngue), é possível afirmar que a política linguística sempre esteve presente na história da humanidade.

Autores como Baldauf Jr. (2004) e Ricento (2000), estabelecem o final da Segunda Guerra Mundial como marco histórico para a realização de práticas de “engenharia da língua”, práticas essas que precederam a criação da disciplina de “Política e Planejamento Linguístico” (que surgiu no final dos anos 60).

Spolsky (2004, 2009, 2012), define Políticas Linguísticas a partir de três componentes que são: as práticas, as crenças e a gestão da língua. As práticas são as escolhas da língua que os membros de uma comunidade de fala realizam em seu dia a dia, como por exemplo, a escolha de uma variedade específica para realizar uma determinada função comunicativa, a escolha de que variedade usar para mostrar ou esconder uma identidade, a escolha de uma variedade linguística para se adequar ao interlocutor, dentre outras. Essas escolhas estão relacionadas a diferentes aspectos da língua como os sons, as palavras, as preferências gramaticais, níveis de formalidade da fala, por exemplo, e são realizadas de forma mais ou menos conscientes pelos falantes

(SPOLSKY, 2004). O autor ainda explica que essas práticas representam a política linguística real de uma comunidade de fala (SPOLSKY, 2012).

O segundo componente está relacionado às crenças sobre a língua. As crenças representam os valores atribuídos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas e representam as crenças dos membros de uma comunidade sobre estes valores. Spolsky (2009) esclarece que “o status de uma variante ou variedade deriva de quantas pessoas a usam e a importância de seus usuários, e os benefícios econômicos e sociais que um falante pode esperar usando-a”. Especificamente em relação a essa dimensão, Spolsky (2012) destaca que “[...] às vezes, as crenças podem ser organizadas em ideologias (...), mais elaboradas combinações de valores compartilhados por certos membros de uma comunidade”. Ele também afirma que as crenças representam o consenso de uma comunidade de fala em relação ao valor das línguas e de suas variedades (SPOLSKY, 2004).

Já o terceiro componente, geralmente chamado de planejamento, é preferencialmente nomeado por Spolsky (2009, 2012) pelo termo “gestão” e é definido como todos os esforços realizados por alguém, grupo, ou governo, ou seja, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social. Spolsky (2004) se refere à gestão da língua como a “[...] formulação e proclamação de uma política ou plano explícito, usualmente, mas não necessariamente escrito em um documento formal”. Esses esforços relacionados à gestão da língua, por sua vez, podem não estar necessariamente em convergência com as crenças e as práticas, ou seja, uma dada gestão pode contrariar o sistema de crenças ou de práticas de uma determinada comunidade de fala.

Outro aspecto que esse autor destaca é que essas dimensões são independentes, mas ao mesmo tempo inter-relacionadas. Inter-relacionadas, porque as crenças podem estar subjacentes à gestão, bem como as crenças podem estar fundamentadas nas práticas ou podem influenciar as práticas. Spolsky (2004) destaca que a modificação de qualquer um desses componentes pode ter efeito correlacionado em qualquer um dos outros componentes.

A proposta de Spolsky rompe com o modelo binário que, desde o surgimento da Política Linguística na década de 1960, orientou os pesquisadores da área. No modelo tradicional, há uma rígida relação hierárquica entre a política linguística e o planejamento. Formula-se uma política e após implementam-

se ações de planejamento visando atingir as metas pré-estabelecidas. Na perspectiva de Spolsky, a política linguística apresenta três componentes hierarquicamente equivalentes e inter-relacionados. (RIBEIRO DA SILVA, 2013).

A visão de política linguística desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012) promove a compreensão de que políticas linguísticas são realizadas em diferentes níveis da língua, desde uma dimensão relacionada a um micro nível até um macro nível. Políticas linguísticas operam em comunidades de fala de diferentes tamanhos e podem ser implícitas, mas podem ser analisadas nas práticas e nas crenças dos falantes desenvolvendo uma gama de fatores linguísticos como também não linguísticos.

Dentro deste contexto proposto por Spolsky as variedades do português e os sotaques podem ser melhor visualizados e contemplados pelas políticas linguísticas no sentido de reconhecer e legitimar este fenômeno da língua no Brasil e de minimizar (com o tempo suprimir) o preconceito linguístico que paira sobre falantes de português de algumas regiões do país. No entanto, importa muito mais que tais implementações possam ser traspostas para as práticas pedagógicas e para a formação de professores que atuam do ensino fundamental ao superior.

Reconhecer a alteridade do cenário linguístico plural no Brasil é um passo importante na construção de uma sociedade mais tolerante, equilibrada e justa onde todos os falantes de português, de Norte a Sul, possam se expressar (falar) baseados em suas escolhas linguísticas e em suas identificações culturais e regionais. Ao mesmo tempo em que desfruta de direitos linguísticos também se respeita a alteridades dos demais.

A política está intrínseca à língua, e a discussão das políticas linguísticas no Brasil aponta para o fato de que a língua não é apenas um instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, principalmente para aqueles que não a dominam a norma padrão. A intervenção na língua pode ser utilizada como um meio para se atingir determinados fins, ou seja, a política linguística pode se constituir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens. A necessidade de monitorar e controlar uma língua caracteriza também a cultura linguística, definindo, preconceitos, valores e restrições em relações às línguas e suas variedades. Enfim, “a língua é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes” (FIORIN, 2009).

### 3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os cursos e treinamentos, que constituem as práticas de suavização ou de neutralização de sotaque, têm ganhado espaço além do teatro e das artes cênicas no Brasil, em especial na última década. Essas práticas são organizadas em técnicas que propõe modificações fonêmicas na fala de brasileiros habitantes de algumas regiões do Brasil.

A história do sotaque neutro ou suavizado têm suas raízes em crenças coloniais. No entanto, começa a estruturar seus preceitos no final da década de 30 nas discussões de estudiosos no Primeiro Congresso Nacional da Língua Cantada e se estabelece como uma prática (para grupos específicos de indivíduos vinculados ao jornalismo e às artes cênicas) no final da década de 50, fomentado tanto pelo congresso da Língua Falada no Teatro, como com a chegada da televisão no Brasil. Nas décadas seguintes, de 70, 80 e 90, passa a ser estabelecido como prática comum nas emissoras de televisão, na tentativa de minimizar as diferenças de pronúncia existentes no português Brasileiro de atores e jornalistas oriundos de diversas regiões do país.

No século XXI as práticas persistem. Porém na última década elas têm saído de dentro das emissoras e produzido demanda para diversos grupos profissionais naturalizando ainda mais o preconceito linguístico e lhe conferindo certo “glamour” artístico. As crenças de apenas “um português correto” e a normalização das práticas de suavização de sotaque no Brasil foram cunhadas em imposições históricas que legitimaram e expandiram o uso da língua portuguesa desde o período colonial.

Algumas referências que discutem as diferenças das variedades do português brasileiro entre os sotaques neutros ou suavizados se pautam em impressões auditivas de ouvintes e, muitas vezes, em julgamento de valor que vão além da mensagem emitida pelo falante. Ou seja, durante a realização deste trabalho foi possível localizar algumas referências de estudos que descrevem preferência de ouvintes por uma variedade ou por outra variedade do português brasileiro, ou ainda, preferência pelo sotaque neutro, reafirmando o que Serafim da Silva Neto, 1950, escreve em seu trabalho “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil”, onde a variedade do português culto carioca é tomada como padrão devido suas “propriedades intrínsecas”.

Faremos distinção de um lado entre a pronúncia culta do Rio de Janeiro (carioca) considerada padrão, e de outro, entre várias pronúncias regionais. As razões da preferência pela carioca, confirmada em dois congressos, são. Ela é a de maior musicalidade, ela é a mais elegante e mais urbana das pronúncias brasileiras; ela é uma síntese de colaboração de todos os brasileiros e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles; enfim, é a que mais se difunde por todo o país. (NETO, 1950)

Essa afirmação era fundamentada no Primeiro Congresso de 1937, que gerou a publicação das Normas do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, onde a fala da capital do Rio de Janeiro, que no período era a sede do Distrito Federal, era eleita como modelo a ser seguido nas artes, sendo que as demais pronúncias das variedades do português do Brasil apenas aconteciam para efeito de identificação regional. A partir dos documentos produzidos nesse congresso, a variedade carioca de português brasileiro passava a assumir o status de fala neutra, “supra-regional” e representação artística da língua nacional. Essas decisões repercutem no congresso de 1956 (Primeiro Congresso da Língua Falada no Teatro) cujas normas voltam a reproduzir o congresso anterior.

No transcorrer da linearidade do tempo é possível observar que esses conceitos construídos em meados do século passado, ainda são utilizados como fundamentação de uma prática que valoriza uma variedade do português brasileiro em detrimento das demais. É neste contexto antigo que as técnicas de suavização ou neutralização do sotaque se sustentam e permanecem no terreno tranquilo do pouco questionamento científico até hoje.

Atualmente a suavização de sotaque prestigia, principalmente, tanto à variedade do português culto urbano carioca quanto à variedade paulista, ou seja, as variedades faladas nos principais centros da mídia no Brasil. Estas adaptações propostas pela técnica privilegiam basicamente a pronúncia das vogais, do “r” carioca e do “s” paulista. Observa-se o fato de que esta prática, que ficava isolada em formações para atores e jornalistas no século passado, ganhou na atualidade novo enredo com o advento da internet e o crescimento das redes sociais nas últimas décadas.

Com a cultura midiática moderna, que facilitou e abreviou a possibilidade de produção de vídeo e imagem, a suavização de sotaque avança para novos públicos e cria um nicho de mercado que pretende homogeneizar a fala de brasileiros padronizando-as no sotaque neutro ou suavizado. Sendo assim, a suavização de sotaque que começa pelo

telejornalismo no Brasil, na década de 50, hoje atinge muitas profissões com o argumento de melhor oportunidade e ascensão social.

A fonoaudióloga Glorinha Beuttemüller, foi pioneira no trabalho com sotaques junto a jornalistas numa das principais emissora de TV carioca nas décadas de 70 e 80. Inicialmente realizava apenas atendimentos de saúde vocal para os comunicadores e posteriormente passou a integrar projetos da emissora que buscavam “minimizar” as distorções e os sotaques na intenção de “uniformizar” a fala de repórteres e locutores da televisão. (BEUTTENMÜLLER, 2009).

No início do século XXI este tipo de entendimento é ampliado e a característica rígida de fala impostada dos jornalistas passa a ser lentamente substituída por uma expressão mais natural e humanizada nos noticiários regionais. Embora, para programas de televisão de alcance nacional o “sotaque neutro” ainda é um pré-requisito de qualificação profissional. Neste contexto moderno a suavização de sotaque acaba encontrando um terreno fértil no ambiente da cultura midiática que favoreceu a amplificação/diversificação de habilidades comunicativas, facilitadas por tecnologias móveis e conexões em rede, popularizando a imagem do vídeo e produzindo comunicadores em massa capazes de atender aos mais diferentes públicos.

A realidade da mídia atual visibilizou a prática do “sotaque neutro” (que era restrita a um público muito específico até final da década de 90) e produziu uma demanda, que tanto não se sustenta cientificamente como não corresponde a atual sociedade moderna e conectada. Dessa forma, em tempo, discussões científicas precisam ser levantadas por todas as áreas do conhecimento que se ocupem de compreender os fenômenos da comunicação humana.

No entanto, o material localizado sobre suavização de sotaque do português no Brasil reúne poucas publicações não oficiais e informações fechadas em ambientes de curso e treinamentos específicos. Ao que parece não houve um aprofundamento científico da técnica que se preserva até hoje pautada em uma reprodução das normas estabelecidas nas décadas de 30 e 50 e das práticas produzidas nas décadas de 70 e 80. Ou seja, a neutralização de sotaque é resultado de discussões pré-científicas de meados do século passado e suas técnicas foram organizadas em práticas a partir do trabalho da fonoaudióloga Glorinha Beuttenmüller na década de 70 e 80.

Até hoje os preceitos estabelecidos se sustentam com poucas modificações e os cursos, treinamentos e oficinas de suavização de sotaque têm ganhado espaço estendendo estas práticas para outras profissões além daquelas que atendiam originalmente a proposta. As práticas buscam criar uma demanda que inclua outras áreas profissionais alegando que o sotaque neutro melhora a comunicação e garante maior prestígio e reconhecimento profissional como pode ser observado nas tabelas da seção 3.1.

O que se observa nas técnicas de suavização ou neutralização de sotaque são algumas poucas características que propõe modificações para pronúncias de algumas variedades regionais do português. Diante do que pode ser levantado pela pesquisa, são listadas abaixo as principais e mais frequentes propostas elencadas para a suavização ou neutralização de sotaque do português brasileiro, caracterizando assim, o sotaque suavizado ou sotaque neutro.

- As palavras iniciadas pelo fonema /r/ ou que apresentem sua duplicidade na forma escrita a exemplo de “rei” e “carro” – [hei] e [kaho] - devem ser impostadas com “r” velar para todas as situações. Sendo assim, sua pronúncia deve ser aspirada em final de sílaba como acontece no sotaque carioca, embora com pronúnciação mais suave do que a variedade do Rio de Janeiro. Exemplo: terno [tɛhno].
- O acontecimento do “r” retroflexo não é aceito dentro do sotaque neutro ou suavizado devendo ser substituído pelo “r” brando ou aspirado dependendo de sua localização na palavra. No entanto, apesar da preferência em privilegiar o som aspirado, ocasionalmente ele é aceito de forma branda no final da palavra.

A produção deste fonema acontece pela elevação e posteriorização da ponta da língua em direção ao palato sem haver interrupção da energia acústica ou da passagem de ar. A suavização desta pronúncia acontece pela substituição do fonema retroflexo pelo tepe alveolar. Esta variação do “r” (retroflexo) é desprestigiada e cunhada como “caipira” desde Amaral (1920), autor do livro “Dialeto Caipira”. Para este autor, o falar caipira era observado na antiga província de São Paulo e com o advento da urbanização este modo de falar foi colocado à margem da sociedade que era considerada rural, inculta e atrasada.

Cabe lembrar aqui que atualmente no Brasil a ocorrência do “r” retroflexo não sofre mais tanto preconceito quanto nas décadas passadas devido à ascensão e à popularização da cultura sertaneja, em especial da música sertaneja e seus representantes que expõe uma condição social privilegiada por status, fama e poder econômico. No entanto, para efeitos da técnica de suavização de sotaque essa variante é refutada e substituída pelas formas já descritas anteriormente.

- O fonema /s/ no português brasileiro é avaliado de acordo com a posição que aparece na palavra (início, meio ou final, em posição de coda silábica, no meio em formato de dígrafo ou representado pelo grafema “ç”, grafema “c” ou ainda pelo grafema “x”). Em posição média da palavra a lógica da suavização/neutralização do sotaque se aplica buscando a pronúncias com articulação mais dental-alveolar do que palato alveolar, evitando o “chiado” característico da variedade do português falado por cariocas, como por exemplo, em pasta e nêspira [pasta], [nespera].
- Ao se tratar como foco os fonemas /t/ e /d/ a característica africada conferida às emissões palato-alveolar são mais bem aceitas e consideradas de prestígio, em oposição a sua homônima dental-alveolar. Dessa forma, espera-se que a pronúncia em [dʒ] e [tʃ] quando acontecem antes do fonema /i/ e em final de palavras acompanhadas do fonema [e]. Exemplo: pacote [pakotʃi] e cotia [kotʃia].
- As vogais “e” e “o” preferencialmente devem ter sua pronúncia fechada como ocorre em regiões como o Sul e Sudeste. Em relação à vogal “a”, em sua apresentação oral ou nasal, as formas menos nasaladas são aceitas como mais suavizadas, o que pode ser observado na variação da pronúncia da palavra “mas” no Brasil (nas suas ocorrências mais comuns de [mas] ou [mã̃s]).

Em relação às questões melódicas dos sotaques regionais, nenhuma forma de referência é feita, sendo que as justificativas para entonação, frequência, ritmo e intensidade são todas baseadas nos conceitos de prosódia e não na sonoridade característica de sotaques regionais. Para esse tipo de adequação é sugerido o treinamento repetitivo de um novo padrão de sonoridade com reprodução dos traços melódicos do sotaque urbano paulista ou carioca.

Alguns trabalhos que referenciam o assunto tratam preferencialmente a percepção de ouvintes (como citado anteriormente) em relação às variedades naturais e ao sotaque suavizado no telejornalismo, com a justificativa de que para os meios de comunicação

em massa, em rede nacional, o sotaque suavizado é desejável para que o modo de falar do locutor não chame mais atenção do que a mensagem que se pretende passar. (PETER; CAMARGO; PINHO, 2007).

Lopes (2012), estudou a percepção de ouvintes em relação a falas regionais e o prestígio atribuído a estas variedades e observou uma preferência pelas pronúncias sem marcas locais. Isso confirma um ciclo de retroalimentação onde o comunicador suaviza características de seu sotaque natural para se inserir no mercado de trabalho e para atender a um expectador que está condicionado historicamente a preferir um sotaque neutro ou suavizado, ou seja, com poucas características regionais acentuadas. De acordo com Bagno (2002), esta postura revela um ciclo vicioso de preconceito linguístico entre comunicadores e expectadores.

Inseridos ainda neste ciclo de retroalimentação, profissionais da comunicação continuam acreditando na necessidade de suavizar seus sotaques como forma de garantir melhor desempenho, oportunidade e status no mercado de trabalho. Atualmente, embasados neste mesmo argumento, as técnicas e práticas de suavização ou neutralização de sotaque se desdobram para outras profissões como condição para melhor comunicação, sendo que, a suavização de sotaque passa a ser um pré-requisito de qualificação profissional.

Outro fato observado no discurso e na escrita dos profissionais que trabalham com a técnica é uma breve e rasa referência ao preconceito linguístico, buscando sempre enfatizar que não há uma forma considerada “certa ou errada” de falar e que todos os sotaques são autênticos e que devem ser respeitados. No entanto, sempre a palavra “mas” irá propor uma divisão deste discurso. De forma resumida é como se dissessem: “não tenha preconceito linguístico, mas em alguns contextos é necessário suavizar ou neutralizar seu sotaque”. Ou seja, ao mesmo tempo em que se diz que é preciso preservar as variedades do português brasileiro também se afirma que é importante suavizar ou neutralizar os sotaques para se adequar a certos contextos e condições sociais.

## 4 CONCLUSÃO

Respondendo aos nossos objetivos de forma ampla e crítica, este capítulo reúne as principais conclusões e retornos obtidos diante dos questionamentos levantados neste estudo. O sotaque neutro ou suavizado e construído junto com a história da língua portuguesa no Brasil, sendo que sua estrutura como prática e técnica se fundamentaram no decorrer do século XX.

Mesmo antes da ocorrência de todas as variedades do português brasileiro a diversidade linguística no Brasil já era uma realidade natural. Esta é uma condição histórica de um país que, por natureza, é diverso, diverso na sua geografia, clima, cultura, crenças, línguas e falas, de forma que, as diferentes formas de viver implicam em variadas formas de falar português gerando assim, as sonoridades, melodias e identidades regionais.

É necessário que se deixe bastante claro que este trabalho privilegia a linguagem expressiva oral que se manifesta através do português brasileiro, ou seja, esta pesquisa é orientada pelos fenômenos possíveis de serem observados na fala em seu contexto social. Diante disso, tendo-se como entendimento que há variedades do português no Brasil e que estas diferenças são tão inerentes à língua quanto à natureza humana (igualmente múltipla, tanto em sua estrutura biológica como em sua estrutura social), e diante disso, acredita-se que o sotaque é um fenômeno extrínseco à língua que fortalece a identificação social e estrutura a construção do sujeito.

Observa-se, em especial nas últimas duas décadas, a massificação de propostas nas práticas que se organizam em formato de cursos, treinamentos e vinculação de notícias que promovem a técnica de suavizar e neutralizar sotaque (propostas de modificações na fala) como uma maneira de homogeneizar o uso do português falado no Brasil. Essas propostas orbitam sobre as variedades do português brasileiro e sobre os falantes de várias regiões do país e se respaldam em conteúdos que incluem características articulatórias para produção de fonemas no português (como pode ser observado na tabela 3 da seção 3.1), as variedades regionais do português brasileiro (tabela 4 da seção 3.1) e implicações ocasionadas pelo sotaque no mercado de trabalho (tabela 1 da seção 3.1).

Dentro destas práticas, descritas acima, as técnicas de suavização ou neutralização de sotaque são propostas que têm intenção de modificar condições naturais de falas regionais em detrimento de um sotaque neutro que se aproxima, de forma geral, a falas de áreas específicas localizadas na região Sudeste. Ou seja, as principais propostas de substituições fonêmicas do sotaque suavizado ou neutro incidem em especial sobre as variações de “r”, “s”, “t”, “d” e das vogais (“e”, “o” e “a”) que privilegiam as variedades que são praticadas no centro da mídia no Brasil: ou seja, as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para este estudo entende-se que o sotaque se diferencia de variedade e pode ser descrito em um espaço individual que não se orienta nem, pela prosódia (como é justificado pelos profissionais que trabalham com suavização de sotaque) e nem pelo dialeto como é conhecido por senso comum e muitas vezes citado por estudiosos da área. O sotaque ocupa seu próprio lugar e se soma a toda diferenciação que caracteriza cada variedade do português no Brasil, sendo um elemento a mais que compõe a língua.

Entende-se que o sotaque se diferencia da prosódia, pois a prosódia está diretamente relacionada com o contexto da mensagem. Já o sotaque é soma das características da pronúncia de determinada variedade com uma sonoridade melódica (por detrás dos fonemas) capaz de identificar a região do falante. Ilustrando o que foi afirmado, se compararmos o sotaque com uma canção, as variedades regionais seriam letra e mensagem e o sotaque seria o canto executado em música.

Há muitos elementos ainda a serem desvendados sobre os componentes dos sotaques no Brasil, em especial os aspectos relacionados às sonoridades regionais do português brasileiro ainda são pouquíssimo discutidas. Esta sonoridade é composta por elementos culturais/sociais da comunidade de fala, elementos biológicos e individuais do falante e elementos ambientais relacionados com o clima e relevo de cada região do Brasil. Essa combinação de diferentes elementos compõe sonoridades distintas, que somado à variedade regional do português brasileiro, determinam particularidades típicas que diferenciam a forma dos brasileiros falarem português em todo território nacional.

Propõe-se inicialmente um organograma de base para compreensão destas estruturas que constituem os sotaques do português brasileiro dando especial ênfase ao aspecto da sonoridade e dos elementos que a compõe. Cada um desses elementos cabe

investigação local e descrição detalhada de acordo com cada região, microrregião ou comunidade de fala.

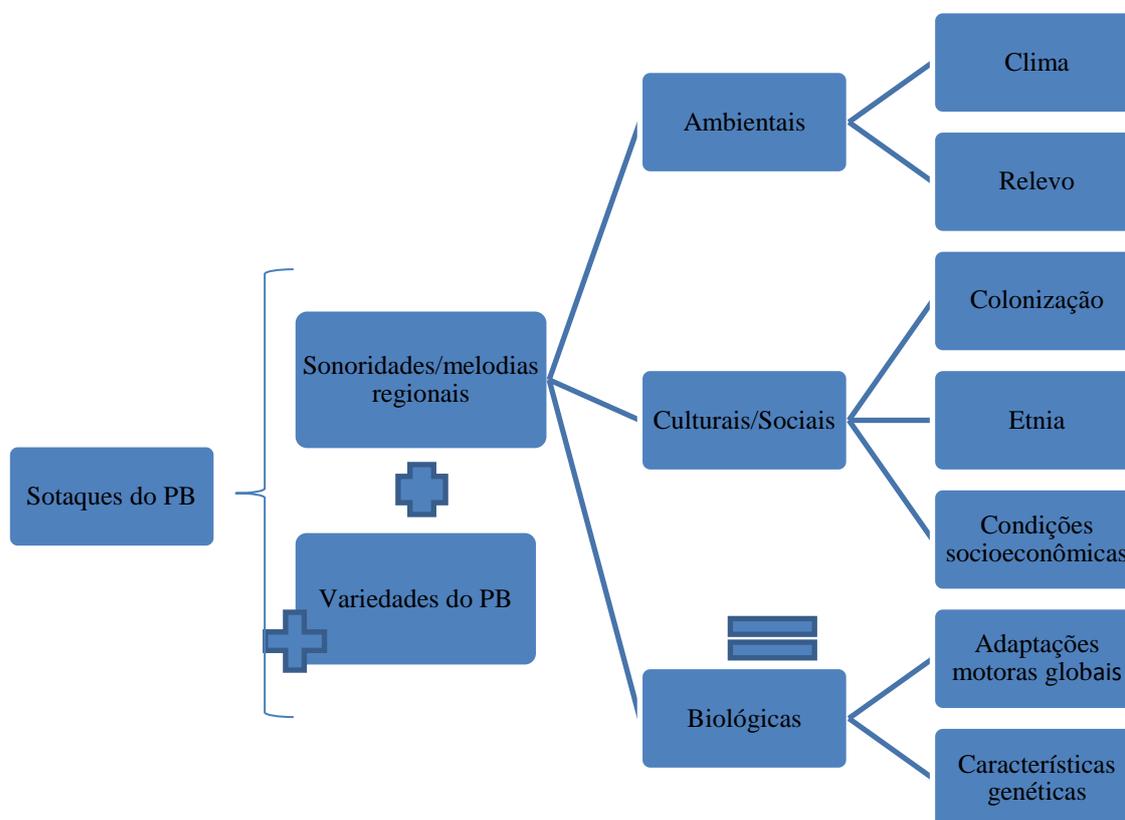


Figura 2: Organograma estrutural básico dos sotaques no português brasileiro (PB).

As diversas características ambientais, sociais e culturais de cada região, combinadas com as características biológicas dos falantes irão compor as sonoridades e as melodias que constituem os diferentes sotaques do português brasileiro. Sendo que, ao somar estas sonoridades típicas às características que compõem cada variedade do português no Brasil estrutura-se um mapa de sotaques que compõem diversas nuances melódicas da língua de Norte a Sul em todo o território nacional.

Diante do que foi afirmado, a estrutura abaixo ilustra este conceito conferindo ao sotaque uma definição específica, sendo que, ele é o resultado final da soma de todas as características de fala conferida às variedades do português no Brasil com as melodias e sonoridades que embalam a língua. Sendo assim, acredita-se que, além da extensa variedade do português brasileiro há um vasto quadro de nuances melódicas, por detrás das palavras, que particularizam ainda mais as falas do português no Brasil.

Essa soma se caracterizaria no final como os diferentes sotaques da língua portuguesa no Brasil.

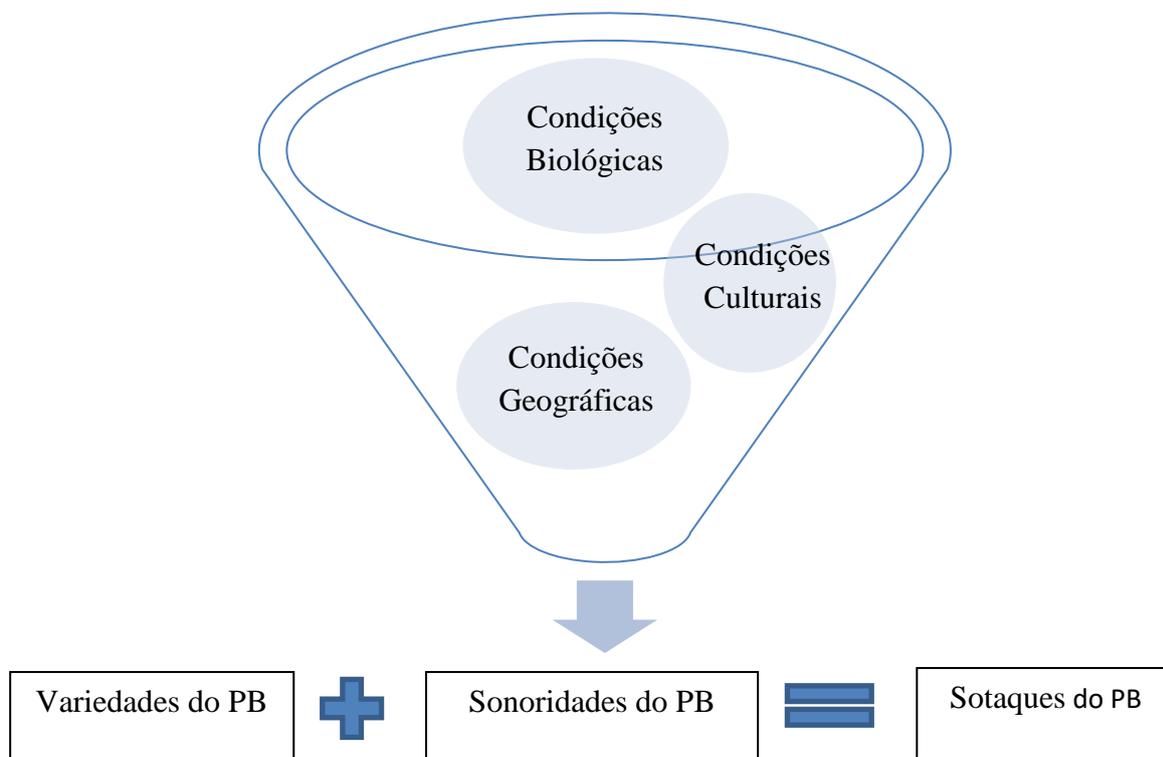


Figura 3: Equação dos sotaques no português brasileiro.

Cada sotaque deve ser estudado no local onde acontece em uma observação atenta sobre a cultura da comunidade falante, sobre os hábitos coletivos desta comunidade e sobre condições geográficas gerais que determinam acomodações neuromotoras de todo o sistema fonador (que procura se adaptar às condições ambientais específicas de cada região). Desta maneira, sotaques podem ser descritos por suas linhas melódicas construindo um novo mapa de diferenças linguísticas, um mapa de sonoridades desenhado pela variedade do português usado, pela sonoridade da fala, pela cultura e pelo desenho da geografia e do clima de cada região. Estas condições extrínsecas produzem um ritmo no corpo e na funcionalidade do aparelho fonador diferenciando os sotaques nas regiões brasileiras.

Na busca por material bibliográfico acerca da suavização/neutralização de sotaque no português brasileiro, tomando como ponto de partida o Primeiro Congresso

Nacional da Língua Cantada de 1937, foram raras as publicações encontradas sendo que as poucas referências localizadas ainda mantêm os argumentos propostos na metade do século passado. Encontram-se muitas referências acerca das variedades do português brasileiro (ora referidas como dialeto, ora referidas como sotaque), porém há poucas discussões sobre as técnicas de suavização de sotaque, que persistem até hoje no terreno permissivo do auto aperfeiçoamento.

Estas e técnicas e práticas de suavização e neutralização de sotaque foram se estruturando na história da língua portuguesa no Brasil tendo como referência as elites culturais do século passado e uma estética artística proposta para a literatura, para o canto, para o teatro e para a televisão.

Ao avaliarem-se as principais propostas da suavização ou neutralização de sotaque, à luz do preconceito linguístico, entende-se que a prática invade o perigoso terreno do desprestígio e minimiza a maioria das comunidades de fala no Brasil. Se o português brasileiro se diversifica em todo território nacional parece incoerente que uma região ou outra seja considerada padrão de fala de português. Independente de interesses particulares ou de grupos, que se fundamentam na importância de ter um sotaque neutro, é importante levantar esse questionamento conduzindo a novas reflexões e posturas diante da diversidade linguística do Brasil.

O incentivo a novas pesquisas promoverá um ambiente interativo com uma concepção mais dialógica e criativa capaz de desabilitar esses dispositivos de homogeneização propiciando espaços mais tolerantes e com menos silenciamentos. De acordo com Lucchesi (2015), no caso do Brasil, um país marcado por grande estratificação social, há maior reconhecimento e valorização de variedade linguística que se aproxima do padrão normativo, levando a crenças e atitudes preconceituosas em relação aos falantes. Isto confirma a hipótese de que o incentivo a estas práticas de suavização ou neutralização de sotaque funcionam como representadoras de crenças e definidoras de valores em relação à língua, às variedades da língua e em relação aos seus falantes na atualidade, favorecendo assim, que a língua permaneça como um instrumento de inclusão e de exclusão social.

As crenças que existem sobre a língua, especialmente sobre a diversidade do português no Brasil, é o mecanismo que sustenta o preconceito que incide sobre falantes de algumas regiões e de certas variedades. Contemplando a proposta de políticas linguísticas de Spolsky (2004) e os três eixos inter-relacionados à ciência e à pesquisa

ainda parecem a forma mais abreviada de chegar a uma consciência de equidade linguística no Brasil. É preciso que prática, crenças e gestão se articulem de forma convergente em um movimento claro que favoreça e vá ao encontro dos falantes e não ao encontro da norma ou de regras artificialmente impostas sobre a língua portuguesa no Brasil. Neste contexto, a suavização ou neutralização de sotaque é uma técnica construída sobre uma falsa crença de que há algumas variedades do português no Brasil que são melhores do que outras.

Não é possível ignorar que o tema do preconceito linguístico emerge das práticas e das técnicas de suavização de sotaque, visto que esta “variedade” artificialmente imposta se organiza sobre valores sociais relacionados a regiões do Brasil e a grupos de falantes que usufruem de maior privilégio social e econômico. Relações de poder são estabelecidas e hierarquias de oportunidades que se arrolam à língua e aos diferentes usos da língua portuguesa no Brasil fortalecem este preconceito que permanece bastante normalizado e naturalizado no país.

Os falantes de algumas variedades do português no Brasil são julgados pela região que habitam, pela forma que falam e pela cultura herdada ou acolhida, ou seja, são julgados pela sua identidade como sujeito social falante. O preconceito linguístico em relação às variedades e aos sotaques no Brasil é, portanto, direcionado para os falantes, para a cultura dos falantes e para áreas geográficas específicas onde eles vivem.

Isto pode justificar parcialmente porque alguns regionalismos são mais estigmatizados do que outros, sendo que a fusão de preconceitos sociais somados ao preconceito regional e econômico traça o desenho do preconceito linguístico direcionado aos sotaques do português brasileiro. Ao se aproximar mais do conceito de preconceito linguístico fica impossível dissociar o mesmo da suavização e da neutralização de sotaque, visto que esta técnica pressupõe que as adaptações sugeridas à pronúncia sejam necessárias em determinadas realidades ou contextos sociais e/ou profissionais, ou ainda, pressupõe serem mais prestigiadas do que todas as variedades e sotaques “reais” do português no Brasil.

O apagamento de marcas regionais na fala do português no Brasil, buscando uma uniformidade de pronúncia, enfatiza a cultura histórica do silenciamento, sendo que as práticas que incentivam o sotaque neutro nutrem ainda mais o preconceito linguístico que é bastante normalizado no Brasil. Isto retroalimenta a conduta de

profissionais que buscam pela técnica e a crença de que o sotaque suavizado ou neutro é um padrão ideal de fala para todos os brasileiros. A modificação ou supressão das marcas regionais ou sociais não eliminam nem invisibilizam as diferenças que existem no Brasil e sim avigoram as discrepâncias já existentes produzindo na artificialidade uma pronúncia que nada tem de neutra, pois integra características de variedades do português que são bem descritas e localizadas em algumas regiões.

Ainda que não seja tema desta pesquisa vale ressaltar que os estudos destas técnicas podem avançar e contribuir na complementação de disciplinas de expressão corporal na formação de profissionais do teatro e das artes cênicas. Isto também cooperaria para a minimização do preconceito linguístico, visto que a cultura da figura caricata não funciona sempre e perde a graça quando a referência de fala ou o sotaque do personagem não corresponde com a realidade linguística de nenhum falante e de nenhuma região do Brasil. Dessa forma, a preparação de personagens pelos atores com falas regionais (mesmo que na comédia), deve respeitar a variedade linguística e a matemática desta variedade, deve respeitar a sonoridade dos sotaques ao invés de reduzir tudo a uma reprodução tão caricata de falas que não se aproxima e nem estabelece relação com nenhuma região e com nenhum falante de português brasileiro.

Sendo desta maneira, anseia-se por mais pesquisas nas diferentes áreas que estudam as línguas, as artes e a saúde. A partir da reflexão entre as ciências será possível construir um espaço que possibilite a prática de políticas linguísticas que não promovam mais segmentação social. É preciso iniciar a ampliar a discussão acerca do tema suavização e neutralização de sotaque no português brasileiro, acirrando uma reflexão transdisciplinar entre ciências complementares que têm objetos de estudo em comum: a língua, a linguagem e a comunicação humana.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, Cléo Wilson. **Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual**. Revista de Letras Norte@mentos Estudos Linguísticos, Sinop, v. 6, n. 12, p. 31-52, jul./dez. 2013.

AMARAL, A. **Dialeto caipira**: gramática, vocabulário. São Paulo: “O livro”, 1920.

ANAIS do **Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

ANAIS do **Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1958.

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. In: \_\_\_\_\_. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1974. p. 231-262.

BALDAUF JÚNIOR. R. B. **Language Planning and Policy: Recent Trends, Future Directions**. American Association of Applied Linguistics, Portland, Oregon, v.1-8, p. 1-4 Mai, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é como se faz**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARBOSA PA, Madureira S. **Manual de Fonética Acústica Experimental**. Aplicações a dados do português. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

BARBOSA PA (1999). **Revelar a estrutura rítmica de uma língua construindo máquinas falantes**: pela integração entre ciência e tecnologia de fala. In: SCARPA, EM (org). Estudos de Prosódia. Campinas: Ed. Da Unicamp.

BARON-Cohen S, Staunton R. (1994). **Do children with autism acquire the phonology of their peers?** An examination of group identification through the window of bilingualism. *First Language*, 14, 241-248.

BIDERMAN, M. T. C. **Fundamentos da lexicologia**. In: BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 99-155.

BORBA, Francisco da Silva. **Pequeno vocabulário de linguística moderna**. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo : Nacional, 1976.

BORTONI-RICARDO, S. **Nós cheguei na escola, e agora?:** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURDIEU, P. (1982). **A Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp: 1996.

Bres, J. (1999). "L'entretien et ses techniques". *L'enquête socio/inguistique*. L-J. Calvet, L-J. et Dumont, P. Paris: L'Harmattan.

BRASIL. 1990. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto, Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 168 p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília/D.F.: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n 9.394/96. Brasília/DF: MEC, 1996.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na língua**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas:** proibições do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CIPRO NETO, P. **O que discutir sobre o polêmico livro?** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2605201106.htm>. Acesso em 06/06/2021.

**Como suavizar seu sotaque? Exercícios para neutralizar sotaque. Michelle Uguetto.** Youtube. 13 de janeiro de 2021. 5min e 59s. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=y9ukopmyo6I>. Acesso em 29 nov. de 2021.

COSTA, Iris Gomes da. A arte do sotaque. Youtube. 21 fev. de 2017. 26min e 24s. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=8CFQlgWG9ec>. Acesso em 13 nov. de 2021.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología.** México: ALFAL, 1982.

COSTA e FILLHO. **Do Português Arcaico ao Português Brasileiro.** Salvador. BA: Editora EDUFRA, 2004.

CRYSTAL, David (1988). **Dicionário de linguística e fonética.** Rio de Janeiro, Zahar Edição em português. 1 ed , 1985

Dicas para neutralizar o sotaque (parte 2). Luciane Sagretti. Youtube. 18 abr. de 2017. 9min01s. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=lyp3hFR9eJs&t=115s>>. Acesso em: 12 out. de 2020.

Dicas para neutralizar o sotaque (parte 3). Luciane Sagretti. Youtube. 06 jun. de 2017. 9min47s. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=NM9vk4nb8KA&t=176s>>. Acesso em: 12 out. de 2020.

Dicas para neutralizar o sotaque. Luciane Sagretti. Youtube. 09 jan. de 2017. 9min56s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=im3bCLsdzM0&t=101s>>. Acesso em: 12 out. de 2020.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer – norma linguística.** São Paulo: Contexto, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder.** In: GONÇALVES, M. et al. *Gramática e humanismo*, vol. 1. Universidade Católica Portuguesa: Braga, 2005.

Fonoaudiologia #4-neutralizando sotaque. Luisa Catoira. **Youtube**. 19jun.de2017.7min46s. Disponível em Locutores: [https://www.youtube.com/watch?v=shf\\_HqJzQE8&t=391s](https://www.youtube.com/watch?v=shf_HqJzQE8&t=391s)Acesso em: 12 out. de 2020.

FIORIN, J. L. **Língua, discurso e política**. Alea, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Governamentabilidade**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro, Graal, 2009b.

GÂNGAVO, P M. **A primeira história do Brasil**: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado)

Geraldi, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo, Martins fontes 1991

GOMES, L. (2007). **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Planeta do Brasil.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3 ed. Campinas: Alínea, 2003.

GRAGOATÁ, E. (2015). **O primitivismo e o “moderno”**. In: HARRISON, Charles; FRASCINA, Francis; PERRY, Gill. *Primitivismo, cubismo, abstração: começo do século XX*. Tradução Otacílio Nunes. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GRIGOLLETO, M. **Mídia e discurso sobre ensino de línguas na escolar**: circulação de saber e posição-sujeito para o aluno. *Eutomia (Recife)*, v. 9, p. 308-320. 2012.

GUIMARÃES, E. (2005, junho). **Brasil: país multilíngue**. *Ciência e Cultura*, 57(2), 22-23. Recuperado em 05 de maio de 2020 em <http://cienciaecultura.bvs>.

GUIMARÃES, E. R. J. e ORLANDI, E (org.). (1996). **Língua e Cidadania: O Português no Brasil**. Campinas: Pontes.

HANNA, E. S. (1986). **Difusão e Focalização Dialeto**: o caso de Brasília. Brasília: UnB: dissertação de Mestrado.

HEIDEGGER, M. **A questão da técnica.** In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. 8.ed. Petrópolis:Vozes, 2002. p. 11- 32.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências.** Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2008.

HUDSON, R. A. **Sociolinguistics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

IPHAN. (2007). **Estudos preliminares para o inventário nacional da diversidade linguística (INDL).** Recuperado 2 jul. 2020 de <http://portal.iphn.gov.br>.

KANGAS, Tove Skutnabb. **Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua.** *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 05, n. 02, p. 25-39, 2019.

KILOMBA,G. *Plantation memories. Episodes of everyday racism.* Münster: Ustrast, 2008.

KRUG, Marcelo Jacó. **Identidade e comportamento linguístico da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre eCaroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAFETÁ, João Luiz. **Os pressupostos básicos.** In: \_\_\_\_\_. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 11-27.

LAGARES, X. C. **Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados:** uma reflexão a partir do galego. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. *Políticas da norma e conflitos linguísticos.* São Paulo: Parábola, 2011, p. 169-192.

LAVER, J. and TRUDGILL, P. (1979). **Phonetic and linguistic markers in speech.** Scherer, K. R. and Giles, H. *Social Markers in Speech.* Cambridge: Cambridge University Press.

LOPES I. W, Lima I.L.B. (2014). **Prosódia e transtornos da linguagem:** levantamento das publicações em periódicos indexados entre 1979 e 2009. *Revista Cefac.* 16(2):651-9.

LOPES, W.L. **Referências e atitudes dos ouvintes em relação à variação linguística regional no telejornalismo**. 2012. 141 f. Tese (doutorado em linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARIANI, B. (2003). **Políticas de colonização linguística**. Letras: Espaços de Circulação da Linguagem, 27, 73-82. Recuperado 5 maio 2016 de 2020 em <http://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/648/showToc>

MAHER, Terezinha Machado. **Ecos e resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil**. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da;

.MARIANI, B. **Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico**. Cadernos de Letras da UFF, v. 36, p. 27-44, 2008.

MATTELART, A.; NEVEU, É. **Introdução aos estudos culturais**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. Discursos, 3, p. 75-92, 1993.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: (1920 - 1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MILROY, L. (1982). **Social network an linguistic focusing**. Romaine, S. (ed.) Socio/inguistic Variation in Speech Communities. London: Edward Arnold.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEIRO, L. **O primeiro congresso da língua cantada**: uma página esquecida da história da linguística. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 5. 2020 História das Ideias Linguísticas.

NASCENTES, Antenor (1953). **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro, Organização Simões

NORMAS para a boa pronúncia da língua nacional no canto erudito, ditadas pelo Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em São Paulo, em 1937. In: MARIZ, V. **A canção brasileira: erudita, folclórica e popular**. 4a edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1980.

Origem da palavra sotaque. Maurício Carvalho. **Youtube**. 19 fev. 2020. 9min e 52s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1s4lcp4yNYY>. Acesso: 10 nov. de 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística**. Synergies Brésil n° 7, 2009, pp. 19-26. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

ORLANDI, E. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, E. (2002). **Língua e Conhecimento Lingüístico**. São Paulo: Cortez.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **Variedades do Português no Mundo e no Brasil**. Cienc. Cult. vol.57: São Paulo Apr./June 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200017&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200017&script=sci_arttext&tlng=pt). Consultado em 06 maio 2021.

PETER, G.S.; CAMARGO, Z.A.; PINHO, S.M.R. **Atuação fonoaudiológica no telejornalismo**. In: PINHO, S.M.R. (org). **Temas em voz profissional**. Rio de Janeiro: Revinter, 2007. Cap. 3, p. 33-35

PFEIFFER, C.C. **Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos** – 1.ed. – São Paulo: Parábola, 2019.

PORTUGAL. **Lei do Diretório (1755)**. 1757. Disponível [http://www.nacaomestica.org/diretorio\\_dos\\_indios.htm](http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm). Acessado em 01 de setembro de 2020.

RIBEIRO DA SILVA, E. **A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos.** Trab. Ling. Aplic., Campinas, n. 52, v. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013.

RICENTO, T. **Historical and theoretical perspectives in language policy and planning.** Journal of Sociolinguistics.v.4, n. 2, p. 196-213, 2000.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, 2011, 53(2), p.197-217. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/2010>. Acesso em: 06/06/2021.

ROMAINE, S. **Language in society: an introduction to sociolinguistics.** New York: Oxford University Press, 1994.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguísticas, mídia e preconceito.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SERPA, Élio. **Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937: a insensatez maravilhosa da militarização das vogais.** Nacionalismo Raça e Língua. *Diálogos Latinoamericanos*, nº 03. Universidad de Aarhus, 2001, pp. 71 – 86.

SCOPARO, T. R. M. T.; MIQUELETTI, E. A. **Variação linguística: língua portuguesa e o preconceito na mídia.** Vocábulo, v. VI, p. 01-21, 2014.

SEGALLA, A.; CAVALCANTI, B. **O assassinato da língua portuguesa.** Disponível em: [https://istoe.com.br/138200\\_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/](https://istoe.com.br/138200_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/) Acesso: 05 jun. 2021.

SILVA NETO, Serafim da (1950) **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil** Rio de Janeiro, Presença, 1986, 5 ed.

SPOLSKY, B. **Language policy:key topics in Sociolinguistics.** Cambridge: Cambridge,2004.

SPOLSKY, B. **Language Management.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. **What is language policy?** In: The Cambridge Handbook of Language Policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** Ática SA. 3ª ed., São Paulo: 1990.

TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

UNESCO. 1996. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.** Disponível em: [http://penclub.no.sapo.pt/pen\\_internacional/dudl.htm](http://penclub.no.sapo.pt/pen_internacional/dudl.htm). Acesso em: 05/03/2020.

VIEIRA, L. A.D. A língua falada em teatro e telenovelas brasileiras: um percurso pela história das ideias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v.23, n.45, p46-89, jan./jun.2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, m. **Empirical foundations for a theory of language change.** Austin: University of texas Press, 1968.

YONNE Leite e Dinah Callou. **Como falam os brasileiros.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.